

INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E COTIDIANO

ANA KAROLINA CAVALCANTE ASSUNÇÃO

**VOZES DA LIBERDADE?**

Aberturas, limites e apropriações da Rádio Livre nos presídios do Ceará



Niterói  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E COTIDIANO

**VOZES DA LIBERDADE?**

ABERTURAS, LIMITES E APROPRIAÇÕES DA RÁDIO LIVRE NOS PRESÍDIOS DO CEARÁ

ANA KAROLINA CAVALCANTE ASSUNÇÃO

NITERÓI  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E COTIDIANO

**VOZES DA LIBERDADE?**

Aberturas, limites e apropriações da Rádio Livre nos presídios do Ceará

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA  
E COTIDIANO DA UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE (UFF) COMO REQUISITO PARCIAL  
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE.

**ORIENTADOR:** PROF. JOÃO BATISTA DE ABREU  
JÚNIOR

ANA KAROLINA CAVALCANTE ASSUNÇÃO

NITERÓI

2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**A851 Assunção, Ana Karolina Cavalcante.**

Vozes da liberdade? Aberturas, limites e apropriações da Rádio Livre nos presídios do Ceará / Ana Karolina Cavalcante Assunção. – 2015.

130 f.

Orientador: João Batista de Abreu Júnior.

Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2015.

Bibliografia: f. 123-130.

1. Rádio Livre (Ceará). 2. Criminologia. 3. Radiofusão; aspecto social. 4. Sistema penitenciário. 5. Poder. I. Abreu Júnior, João Batista de. I. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

**ANA KAROLINA CAVALCANTE ASSUNÇÃO**

**VOZES DA LIBERDADE?**

Aberturas, limites e apropriações da Rádio Livre nos presídios do Ceará

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA  
E COTIDIANO UNIVERSIDADE FEDERAL  
FLUMINENSE (UFF) COMO REQUISITO PARCIAL  
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE.

RIO DE JANEIRO, 18 DE JUNHO DE 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**PROF. JOÃO BATISTA DE ABREU JÚNIOR** – ORIENTADOR  
DOUTOR EM COMUNICAÇÃO (UFRJ)

---

**PROF. MÁRCIO CASTILHO (UFF)**  
DOUTOR EM COMUNICAÇÃO E CULTURA (UFRJ)

---

**PROF. MARCELO KISCHINHEVSKY (UERJ)**  
DOUTOR EM COMUNICAÇÃO E CULTURA (UFRJ)

À minha família, fonte de minha alegria e segurança, por todo amor, carinho e apoio incondicional.

## AGRADECIMENTOS

Dizem que dois anos passam rápido. Olhando agora, assim, eu digo passou mesmo, mas o tudo o que vivi e cresci nesses últimos dois anos parece não corresponder ao tempo cronológico. No dia 2 de maio de 2013, deixei família e amigos para me aventurar na academia e “no mundo”. E, por isso, meu primeiro agradecimento é para meu pai, Fernando, e minha mãe, Vera, que sempre me apoiaram incondicionalmente em todas as decisões que tomei. Meu irmão, Walderico (Lico), que sempre me deu apoio, se alegrou com minhas conquistas, e nunca deixou que eu desistisse de minhas escolhas.

Também agradeço à professora Catarina Tereza Farias de Oliveira, pela fundamental ajuda na elaboração do projeto de mestrado, sem a qual provavelmente não teria chegado até aqui, e também pelas palavras de força. Ana Rogéria, minha primeira editora e hoje amiga, que também me deu coragem e ajudou no processo de escolha do Programa de Pós-Graduação que iria cursar.

Minhas amigas que desde 2005 me acompanham no jornalismo e na vida, sobretudo Síria Mapurunga, Giselle Soares e Milena Ribeiro, que dividiram comigo – uma em cada PPG – “as dores e as alegrias” da vida acadêmica. Glícia, Iara, Lia e as “Pérolas do Ari”, por sempre me oferecerem sorrisos e braços abertos a cada “ida” a Fortaleza. Diego, pelo companheirismo, pela torcida e pelas viagens.

No Rio, onde morei por um ano, o agradecimento vai para Rosaly e Luiz, por abrirem as portas de casa, me proporcionando conforto, abrigo e amizade. Também agradeço aos que passaram e ainda estão na “Riachuelo”, pela convivência e partilha de contas e alegrias.

Durante o mestrado, tive a oportunidade de conhecer professores que me ajudaram a descobrir os rumos da pesquisa e me fazer perceber que seria capaz: um agradecimento especial a João Batista, que topou me orientar mesmo sabendo do desafio que seria “pesquisar a distância”; Márcio Castilho e Marcelo Kischinhevsky, pelas colaborações na qualificação, durante as aulas e agora na apresentação final da pesquisa; à Cláudia, secretária do PPGMC que sempre estava disposta a ajudar com um sorriso que tranquilizava até mesmo nos momentos de desespero. E às “meninas do PPGMC”, sobretudo Natália, Camille, Tati Lima e Tati Mendes, com quem dividi – mesmo de longe – as angústias da escrita, o carinho e a amizade. Agradeço ainda a Daniel Fonsêca, pelo companheirismo, amizade e segurança compartilhados durante quase dois anos.

Em agosto de 2014, a mudança para Brasília alterou a rotina e a perspectiva da pesquisa. Com trabalho de oito horas, longe da família e dos amigos, em uma cidade de difícil

adaptação, ficou difícil manter a rotina dos estudos. Um agradecimento à minha prima, Renata Aline, pela hospedagem inicial e por ser uma segurança nos momentos difíceis, e às meninas (e o menino) da Rádio Nacional, que me ensinaram “a fazer” radiojornalismo na prática. Aprendi muito nesses nove meses de convivência e experiência.

Um agradecimento especial à equipe da Rádio Livre (Felipe, Cynthia, Zairton e Rodrigo), que sempre me recebeu com carinho e atenção, e também à Rose, que “se abriu” para mim duas vezes, mesmo sem me conhecer profundamente. Com certeza, o dia 21 de abril de 2014 ficará guardado na minha memória.

Enfim, a todos que passaram pela minha vida de um modo especial nesses dois anos de caminhada, seja dando energia, palavras de conforto e admiração, meu muito obrigada!



Caminante, son tus huellas  
el camino y nada más;  
Caminante, no hay camino,  
se hace camino al andar.  
Al andar se hace el camino,  
y al volver la vista atrás  
se ve la senda que nunca  
se ha de volver a pisar.  
Caminante no hay camino  
sino estelas en la mar  
(Antonio Machado)

## RESUMO

ASSUNÇÃO, Ana Karolina. **Vozes da liberdade?** Aberturas, limites e apropriações da Rádio Livre nos presídios do Ceará. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2015.

Os presídios são instituições que pretendem ser fechadas, onde indivíduos que cometeram crimes vivem reclusos, sem o direito de ir e vir e contato direto com as pessoas que estão fora da instituição. Nesse aspecto, um sistema de alto-falantes (radiadora) instalado em unidades prisionais cearenses pretende ser um meio de comunicação e um elo entre familiares e internos. Ao mesmo tempo em que utiliza as características de companheiro, típicas do rádio, a radiadora também é uma forma de transmitir mensagens e ações da Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará (Sejus), responsável pela Rádio Livre e pela administração dos presídios. Divido em três capítulos, este trabalho expõe, na primeira etapa, questões relacionadas às prisões, problematizando a política de hiperencarceramento e contextualizando a situação dos presídios no Brasil e, mais especificamente, no Ceará. A segunda parte destaca as características do rádio e apresenta a Rádio Livre no contexto carcerário. Na terceira parte, a partir de audições de programas e entrevistas com familiares de internos e produtores da radiadora, analisa-se a programação da rádio, levando em consideração os limites estabelecidos pela Secretaria e as apropriações que internos e familiares fazem da iniciativa. O objetivo central desta pesquisa é perceber se a rádio é um veículo institucional da Sejus ou uma forma de comunicação entre familiares e internos.

**Palavras-chave:** 1. Rádio Livre. 2. Criminologia. 3. radiadora. 4. sistema carcerário. 5. poder.

## ABSTRACT

ASSUNÇÃO, Ana Karolina. **Voices of freedom?** Openings, limits and appropriations of Radio Livre in Ceará prisons. Dissertation (Master in Mídia e Cotidiano) - Institute of Arts and Media, Federal Fluminense University. Niterói (RJ), 2015.

The prisons are institutions that claim to be closed, where individuals who have committed crimes live prisoners without the right to come and go and direct contact with people who are outside the institution. In this respect, a speaker system (radiadora) installed in Ceará prisons intended as a means of communication and a link between families and inmates. While using the mate features, typical of the radio, the radiadora is also a way to transmit messages and actions of the Department of Justice and Citizenship of Ceará (Sejus), responsible for Radio Livre and the administration of prisons. Divided into three chapters, this work exposes in the first stage, issues related to prisons, questioning the hiperencarceramento policy and contextualizing the situation of prisons in Brazil and, more specifically, in Ceará. The second part highlights the radio features and shows the Radio Livre in the prison context. In the third part, from auditions programs and interviews with family members of inmates and producers radiadora, analyzes the programming of radio, taking into account the limits established by the Secretariat and the appropriations that internal and families make the initiative. The central objective of this research is to understand whether the radio is an institutional vehicle Sejus or a form of communication between family members and inmates.

**Keywords:** 1. Rádio Livre. 2. criminology. 3. radiadora. 4. prison system. 5. power

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
Em busca de uma metodologia .....	17
<b>1 Considerações sobre o sistema carcerário</b> .....	<b>22</b>
1.1 Crime e Castigo: as teorias sobre os crimes e a pena como punição .....	23
1.2 As prisões e o poder .....	29
1.2.1 Quem lucra com o crime? .....	34
1.3 Breves apontamentos sobre o sistema carcerário brasileiro .....	37
1.3.1 Sistema carcerário cearense .....	42
1.3.2 O perfil do preso no Ceará .....	48
1.4 O papel da Sejus no contexto carcerário cearense .....	52
<b>2 Uma radiadora nas prisões cearenses</b> .....	<b>55</b>
2.1 Rádio: o companheiro dos atarefados e dos solitários .....	55
2.2 Outras experiências de rádio em presídios .....	61
2.3 Programas de outras rádios com população carcerária como público-alvo .....	63
2.4 2009: o ano em que a música quebrou o silêncio nos presídios cearenses .....	64
2.4.1 Características da Rádio Livre .....	71
2.4.2 Rádio Livre: a liberdade está no ar? .....	75
2.5 A radiadora e o cárcere .....	78
<b>3 Os sons que vão para o cárcere</b> .....	<b>82</b>
3.1 A programação geral .....	83
3.2 Conexão Livre .....	89
3.3 Se Intera .....	93
3.4 Momento de Reflexão .....	96
3.4.1 A evangelização está no ar .....	99
3.4.2 Considerações sobre a programação religiosa .....	101
3.4.3 Sobre silêncios .....	104
3.5 Alô, Rádio Livre? .....	106
3.5.1 Considerações sobre os Alôs .....	111

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>117</b>
Não há ponto final .....	121
 <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	 <b>123</b>

## INTRODUÇÃO

No dia 15 de março de 1994, um grupo de religiosos e defensores de direitos humanos compareceu ao Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), no município de Aquiraz (localizado a 27 quilômetros de Fortaleza), no Ceará, para investigar denúncias de superlotação e violação dos direitos humanos de presos que lá se encontravam. A data ficou marcada na história do sistema penitenciário e na memória dos cearenses. O que deveria ser uma visita para ouvir as denúncias transformou-se em um sequestro com 12 reféns, entre eles o então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider. A foto do cardeal sentado no chão imobilizado por um preso estampou as capas dos principais jornais do Ceará e ainda hoje é lembrada ao se recordar do episódio.

Mais de vinte anos depois, o presídio que foi palco do sequestro não abriga mais ninguém. Desativado em agosto de 2013 por falta de condições de funcionamento – devido à superlotação, violações de direitos humanos, condições degradantes –, o Instituto agora espera para ser implodido e, no lugar dele, surgir mais três unidades penitenciárias (sendo uma de segurança máxima).

A ironia em toda essa história é que a unidade, inaugurada em 1970, foi vista durante muito tempo como “referência” no sistema penitenciário cearense. O fim dela também foi igual, mas como referência negativa, de algo que não deve se repetir. Em 2011, a penitenciária foi interditada após a passagem do Mutirão Carcerário – programa realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o objetivo de verificar os estabelecimentos prisionais do Estado e de analisar os processos dos presos – por conta da deterioração do prédio, das violências e da falta de controle do Estado no estabelecimento. Entretanto, as três unidades previstas para serem construídas no mesmo lugar do IPPS deverão guardar semelhanças com a antiga penitenciária.

Isso porque pouca coisa mudou no sistema carcerário cearense. O fechamento do IPPS, em 2013, não representou o fim da superlotação, nem das rebeliões, muito menos das violações dos direitos humanos. Mesmo com a inauguração de outras unidades penitenciárias, o sistema enfrenta os mesmos problemas, uma realidade semelhante ao restante do país.

Em janeiro de 2015, por exemplo, o Estado possuía 7.473 presos a mais que a capacidade. Até aquela data, o Ceará possuía 21.682 pessoas cumprindo pena, 18.109 em regime fechado ou provisório<sup>1</sup>.

As prisões têm o objetivo de punir indivíduos que cometeram crimes, mas também são instituições para “disciplinar” (Foucault, 1999) e buscar (re)integrá-los ao convívio com a sociedade. Nessa linha, projetos educativos, laborais e lúdicos são desenvolvidos em algumas unidades com a intenção de alcançar essa meta.

A ideia desta dissertação surge a partir do interesse em saber se existem em penitenciárias e presídios brasileiros experiências de comunicação que auxiliem a (res)socialização de reclusos. O objetivo inicial era estudar algo em que o preso fosse protagonista. O que tem a dizer uma pessoa “isolada” da sociedade (pelo menos fisicamente)?

Diversas pesquisas trabalham com presídios, seja com foco no trabalho do preso (Carvalho, 2009), seja a partir da visão dos próprios internos (Adorno, 1991), ou a partir da perspectiva da educação (Graciano, 2010). No campo da comunicação, algumas pesquisas com esse público (Alvarez, 2008; Miller, 2008; Bernardes, 2011; Bumachar, 2012; Leite, 2011) serviram de base tanto para compreender o processo de comunicação com o “mundo externo” nessas instituições como para também ajudar na delimitação do objeto desta pesquisa.

O percurso até chegar à Rádio Livre foi longo, com buscas e contatos com experiências parecidas em outros estados. A primeira sondagem ocorreu em 2010, durante trabalho final de especialização em Teorias da Comunicação e da Imagem, na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Em pesquisa pela Internet, encontrei reportagens sobre a Rádio Povo Mercado, experiência realizada na Cadeia Feminina de Votorantim, no sudoeste do Estado de São Paulo, que tinha as internas como protagonistas do processo de comunicação. A iniciativa depois foi levada à televisão com o projeto TV Cela, com programas exibidos em emissoras de televisão comunitárias da região e disponibilizados na Internet.

Em 2011, a constatação de que o projeto estava “parado” devido à superlotação na cadeia e a dificuldade no contato com a jornalista responsável pelo projeto (que não respondeu mais aos e-mails enviados) levou à continuidade das buscas por experiências

---

<sup>1</sup> Conforme apontado pelo jornal O Povo de 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/15/noticiasjornalcotidiano,3377349/numero-de-detentos-e-74-maior-que-capacidade-de-presidios.shtml>>. Acesso em: 24 de mai. 2015.

semelhantes em outros locais, com a expectativa de encontrar algo parecido no estado do Ceará, minha terra natal. Foi nessas buscas que surgiu o primeiro contato com a Rádio Livre, ainda em fase inicial.

Na época, a Rádio Livre estava presente apenas na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II) e era transmitida pela Internet. Surgida a partir do Projeto Renascer, desenvolvido na unidade a partir dos ideais de respeito e cultura de paz, a rádio estava em fase de implantação, com transmissão apenas de músicas religiosas e que passassem a sensação de tranquilidade, testemunhos, cultos religiosos e campanhas de saúde e informes de utilidade pública.

Não havia participação nem programas produzidos pelos internos. Foi nessa época que se deram o primeiro contato e a primeira entrada em uma unidade de privação de liberdade. Acompanhada por Rodrigo Moraes, executor do projeto da rádio e integrante da Igreja Batista Central (IBC), a visita permitiu que se conhecesse um pouco da unidade e se observasse como funcionava o sistema de som da instituição.

A ideia inicial – que resultou no trabalho de especialização – era pesquisar a rádio utilizando a metodologia da pesquisa-ação, a fim de desenvolver atividades e oficinas que contribuíssem para o projeto e estimulassem a participação do interno. Entretanto, devido à pouca experiência com rádio e à dificuldade de realizar trabalhos em instituições prisionais, optou-se por retornar à pesquisa em busca de experiências já consolidadas. Pretendia-se levantar os aspectos positivos e negativos para que a pesquisa pudesse contribuir tanto para a experiência já existente como para o surgimento de iniciativas semelhantes em outros locais.

Dessa forma, o projeto de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (PPGMC/UFF) foi sobre a Rádio Alternativa Esperança, experiência desenvolvida no município de Guarabira (a 98 quilômetros de João Pessoa), no agreste da Paraíba. A iniciativa foi tema de reportagens de jornais locais e nacionais e objeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Comunicação Social na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) com o livro-reportagem “A Voz da Liberdade: como uma rádio pode ressocializar presos em Guarabira (PB)”, da pesquisadora Marta Thais Leite (2011).

Para o desenvolvimento do projeto em questão, foi feita uma visita, em 2012, ao Fórum da cidade paraibana para conhecer a rádio. Caminhando pelo Centro do município, foi possível ouvir músicas vindas de caixas de som se misturando ao barulho das ruas. Dentro da



instituição, um pouco da história da rádio foi contada por um voluntário e filho de egresso do sistema, material que serviu de subsídio para o projeto de mestrado com o qual se conseguiu o ingresso no PPGMC.

Entretanto, em janeiro de 2013, ao entrar em contato com o responsável pela rádio, descobriu-se que a iniciativa não seria levada adiante após mais de seis anos de existência. A informação mal foi assimilada quando circulou, pelos principais veículos de comunicação de Fortaleza (Ceará), a notícia de que a Rádio Livre fora inaugurada com programação própria e estúdio equipado, sendo transmitida em cinco unidades de privação de liberdade (com previsão de logo se expandir para outros presídios).

Com isso, a Rádio Livre voltou a ser objeto de análise, entendendo que alguns aspectos – como o acompanhamento da produção e da transmissão dos programas – seriam interessantes para o desenvolvimento da pesquisa. O objetivo inicial deste trabalho era analisar a interação do preso com a família através da rádio. Para isso, seria necessário ouvir e observar a reação dos internos durante a audição dos recados transmitidos pela rádio e também dialogar com egressos para apreender as observações que fazem sobre a rádio. Entretanto, por motivos que serão colocados mais adiante, não foi possível desenvolver este objetivo.

A pesquisa, então, tomou outro rumo, tendo como finalidade analisar a Rádio Livre como meio institucional da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (Sejus), que acaba sendo apropriada também por familiares de internos, egressos e grupos religiosos. A hipótese que marca a pesquisa é a rádio como um instrumento de comunicação entre interno e familiar, mas também um dispositivo de controle do Governo sobre esse público. Interessa, então, saber o que motiva familiares e internos a utilizar a Rádio Livre, ao mesmo tempo em que se discute a intenção do Governo em promover e manter esse projeto para a população carcerária cearense.

Em visita ao estúdio da Rádio Livre, em abril de 2013, foi permitido o acesso a alguns bilhetes deixados por familiares e pelos próprios internos em urnas espalhadas nas unidades que possuem as caixas de som a fim de que os recados fossem lidos durante a programação da rádio. Ao ter contato com algumas dessas mensagens, foi possível perceber a importância da Rádio Livre para presos e familiares: os bilhetes vão desde pedidos de música a informações sobre advogados, autorização para visitas e nascimento de filhos.

Nesse cenário, à parte as limitações, a rádio se transforma num canal de comunicação

do preso com o meio externo à prisão. Através da radiadora – como também é denominado o sistema de alto-falantes no Ceará (Oliveira, 2002) –, os presos têm acesso a informações e músicas, ouvem a voz de familiares e amigos e têm notícias de “casa”. A rádio consegue, assim, diminuir minimamente os muros que separam a prisão do mundo externo. Ou, como disse a mãe de um interno em conversa informal comigo: “a rádio funciona como se fosse o celular do preso”, pois, quando alguém “de fora” quer dar alguma notícia de forma mais rápida, liga para a rádio e manda o recado. Se o preso não escuta na hora em que foi ao ar, alguém que ouviu pode depois repassar a informação.

Por conta disso, a pesquisa se concentra nos programas em que há participação de familiares ou de grupos religiosos. No caso, foram selecionados os programas *Conexão Livre* e *Se Intera*, por serem os dois programas que transmitem os recados dos familiares; e os programas religiosos, produzidos e apresentados por voluntários.

Um dos objetivos específicos é analisar as características desses programas e, se a rádio contribui para a (res)socialização dos reclusos com o mundo externo, de que modo isso ocorre. Para isso, o trabalho conta com análise dos programas da rádio e se baseia também em entrevistas realizadas com a equipe da Rádio Livre e com a familiar de um interno.

É preciso destacar que a pesquisa enfrentou alguns obstáculos que, na medida do possível, foram contornados de modo que o estudo não ficasse comprometido. Um deles foi a burocracia. A equipe de produção da rádio sempre mostrou-se disponível a ajudar. Entretanto, a entrada nos presídios não pôde ser autorizada pela equipe, pois tal autorização é de responsabilidade da Comissão Técnica Permanente (CTP) da Escola de Gestão Penitenciária e Formação para Ressocialização (EGPR) da própria Secretaria da Justiça e da Cidadania (Sejus) do Estado.

O primeiro contato com a equipe responsável por essa autorização foi feito em dezembro de 2013, quando essa comissão estava em fase de criação. Soube-se que o pedido de acesso só seria analisado depois que a instrução normativa regulamentando a comissão fosse assinada pela secretária-executiva da Sejus. Em fevereiro de 2014, em novo contato, o responsável por essa comissão informou que ela ainda não havia sido criada, mas que, para adiantar o processo, o projeto poderia ser submetido à Plataforma Brasil<sup>2</sup>.

Os passos começaram a ser dados. Entretanto, um novo fato mudou um pouco os

---

2 A Plataforma Brasil é um sistema nacional de cadastro e registro de pesquisas que envolve seres humanos. A partir de preenchimento de formulário digital, a pesquisa é enviada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) relacionado ao projeto e à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep).

rumos das perspectivas. Com minha convocação em um concurso público em Brasília, precisei mudar de cidade e o novo trabalho me impediu de manter minha dedicação exclusiva à investigação. Isso impossibilitou, por exemplo, a ida às unidades prisionais cearenses, pois a Rádio Livre só funciona em dias úteis, e prejudicou o andamento das entrevistas. Mesmo assim, ainda foram realizadas entrevistas com integrantes da rádio, com a mãe de um interno e com o executor do projeto da Rádio Livre, que contou a história da radiadora. Além disso, foram realizadas pesquisas documentais sobre a iniciativa e análises da programação.

A título de apresentação do que vai ser discutido nesta dissertação, optou-se por dividir o trabalho em três momentos. Dessa forma, a primeira parte destaca a situação do sistema carcerário no Brasil e no Ceará, ressaltando aspectos como: quantidade de internos, principais problemas enfrentados nos presídios, jogos de poder e castigo.

Esta primeira parte da pesquisa destina-se à contextualização do sistema carcerário brasileiro, com foco nos presídios e penitenciárias cearenses. O primeiro capítulo pretende ainda contextualizar o sistema carcerário cearense, assim como discutir aspectos relacionados à política adotada pelo Governo do Estado que leva ao hiperencarceramento. Assim, são abordadas questões como o perfil dos internos, o número de pessoas privadas de liberdade, as políticas de ressocialização, os principais problemas enfrentados nos presídios e a construção de novas unidades.

É fundamental essa primeira contextualização para a análise da Rádio Livre com o conhecimento prévio mínimo de como é o funcionamento da instituição na qual a iniciativa se insere. Da mesma forma, ao se tomar conhecimento sobre as unidades e o próprio sistema carcerário, fica mais fácil perceber o que está em jogo no sistema e até mesmo identificar as questões que estão envolvidas na criação e na atuação da rádio.

O capítulo seguinte dedica-se ao levantamento histórico e à caracterização da experiência da Rádio Livre, passando antes pelo debate sobre rádio. A discussão abrange os aspectos relacionados ao sistema de alto-falante, enfatizando a questão da escuta compulsória e do jogo de poder e as práticas de escuta. A audição compulsória traz a discussão da diferença entre as práticas de escutar e ouvir, conceitos importantes ao se analisar o veículo rádio.

Este capítulo também apresenta discussões relacionadas ao nome da rádio, com destaque o efeito de sentido do *slogan* “a liberdade está no ar”. Além disso, aponta as implicações que podem causar uma iniciativa como esta dentro de um ambiente prisional.

A avaliação da programação está no terceiro capítulo. O objetivo é analisar os programas com a participação de familiares e grupos religiosos. Neste caso, a observação concentra-se principalmente nos recados enviados aos internos e na seleção que é feita das mensagens que vão ao ar. A pergunta que norteia o capítulo é: até mesmo nos recados de familiares e internos essa apropriação é controlada? Pergunta que se pretende responder ao longo do trabalho, com uma explicação mais clara a partir da análise da programação.

Apesar de ser uma ferramenta importante para os presos, não se pode ressaltar somente os pontos positivos da rádio. Mesmo sendo um canal de comunicação que privilegia a população carcerária – ainda pouco abordada nos meios de comunicação tradicionais e, por que não dizer, ainda pouco visibilizada por grande parte da sociedade –, a Rádio Livre contém uma série de aspectos que precisam ser discutidos e questionados, tais como a participação dos presos, a seleção de músicas, mensagens e informações transmitidas, a presença majoritária de programas/músicas cristãs – evangélicas e católicas – e o silenciamento em relação a outras religiões. Todas estas questões também são tratadas neste capítulo.

### **Em busca de uma metodologia**

A pesquisa reflete um estudo de caso da Rádio Livre. A opção por esse estudo se deve ao caráter inovador da iniciativa. Como não há tantas experiências semelhantes, privilegiou-se a análise desta experiência específica para aprofundá-la, com destaque para os aspectos positivos e negativos da rádio em questão. Assim, o presente estudo acaba contribuindo para o andamento do projeto da Rádio Livre no Ceará e apontando formas de melhorias para a expansão da iniciativa.

Para Yin (2001), estudo de caso:

é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas. Novamente, embora os estudos de casos e as pesquisas históricas possam se sobrepor, o poder diferenciador do estudo é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional (Yin, 2001, p. 27).

A definição do objeto de pesquisa não é fácil. Mais difícil ainda é fazer o recorte necessário. Aqui, o objetivo principal é analisar o contato entre presos e familiares

estabelecido através dos recados enviados à Rádio Livre. Para isso, é preciso trilhar um caminho longo e até mesmo incerto, que pode ser alterado durante a audição dos programas e as entrevistas realizadas, questão recordada por Sérgio Adorno:

Em seu vagar metódico e desinteressado em busca da “verdade”, a investigação envereda por labirintos imprevistos, acabando em terrenos desconhecidos, movediços até, os quais todavia iluminam áreas de pouca visibilidade, atribuindo sentido aquilo que se afigurava à primeira vista marginal, secundário, irrelevante. Desse modo, para as ciências sociais, o recorte teórico-empírico elaborado a priori é tão somente indicativo, pois o objeto vai sendo construído ao longo do processo de investigação (Adorno, 1991, p. 5).

A ideia era realizar um trabalho de campo dentro das unidades prisionais. Entretanto, isso não foi possível. Inicialmente, por causa da dificuldade em conseguir autorização para a entrada nos estabelecimentos. Depois, a mudança de minha rotina, com o início de um trabalho em outra cidade, impossibilitou a ida à Fortaleza em dias úteis (quando a Rádio Livre é transmitida aos internos).

Esse fato também prejudicou o andamento das entrevistas fora das unidades. Sabe-se que é uma questão delicada lidar com tema relacionado à população encarcerada, e que, mesmo se tratando de pessoas que estão fora da instituição, recomenda-se um contato prévio para adquirir a confiança<sup>3</sup>. Assim, todas as entrevistas realizadas foram feitas presencialmente e após um contato inicial, com conversas informais para primeiro me apresentar e explicar o objetivo da pesquisa, deixando o entrevistado à vontade para perguntar o que quisesse sobre a pesquisa e minha motivação para desenvolvê-la.

Optou-se também por fazer pesquisa bibliográfica, com a leitura de autores que são referência em categorias como violência, prisão, poder e rádio, conceitos-chave para a pesquisa em questão. Foi necessário dar destaque a autores ligados à criminologia crítica e relações de poder para contextualizar melhor o objeto e compreender as implicações que uma rádio no ambiente carcerário podem causar.

Além disso, para ter noção da realidade dos presídios brasileiros e cearenses, iniciou-se uma pesquisa documental, com a análise de relatórios (Mutirão Carcerário – CNJ, 2012/2013), dados oficiais (Infopen, 2013), e informações do sítio eletrônico da Sejus e notícias envolvendo a temática divulgadas pelos dois principais jornais impressos do Ceará: O

---

3 A necessidade da relação de confiança ficou bastante clara quando um dos entrevistados me disse (da terceira ou quarta vez que visitava a Rádio Livre) que não tinha me passado o e-mail pessoal antes porque não me conhecia direito.

Povo e Diário do Nordeste durante o período da gestão do governador Cid Gomes (2007-2014).

As entrevistas com profissionais que atuam na Rádio Livre e com a mãe de um interno indicada pela equipe ocorreram entre os dias 21 e 25 de abril de 2014. Nesse período, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os profissionais da Rádio Livre Felipe Sampaio, jornalista profissional; Cynthia Corvello, estudante de História da Universidade Federal do Ceará (UFC) que cumpre regime semiaberto no presídio feminino Auri Moura Costa (IPF); e Zairton Filho, radialista, egresso do sistema prisional que realiza trabalho de evangelização nas unidades.

As entrevistas, com cerca de uma hora, se concentraram principalmente no funcionamento da rádio, assim como no papel que cada um assume na produção e o que ela significa para cada um.

O coordenador da radiadora já fora entrevistado em abril de 2013, quando contou um pouco da estrutura e da programação. Com todos os integrantes, houve um contato prévio antes da entrevista gravada para evitar possíveis desconfiças na relação entre pesquisadora e entrevistados.

A aproximação inicial com os familiares se deu a partir da própria rádio, com a indicação, por parte da equipe de produção, de pessoas que mais entravam em contato para enviar mensagens para os internos. Chegou-se, assim, ao contato da mãe de um interno da CPPL IV. Inicialmente, realizou-se um encontro em janeiro de 2014 para uma conversa informal (que não foi gravada) apenas a título de apresentação do objetivo da pesquisa e para saber um pouco sobre a relação que ela possui com a Rádio.

Em abril do mesmo ano, novamente em visita a Fortaleza, entrei em contato com a mãe do interno para, dessa vez, marcar uma entrevista semiestruturada sobre a interação que ela tem com o filho através da rádio. A entrevista foi gravada com o consentimento da entrevistada.

Antes da gravação, expliquei novamente o objetivo da pesquisa e a entrevistada assinou um documento em que autoriza a utilização das informações na pesquisa. Deixei claro que a identificação só seria feita se a entrevistada quisesse, e que poderia ficar à vontade para responder apenas as perguntas que achava conveniente, da mesma forma que, se não quisesse que alguma informação não fosse divulgada, caberia informar explicitamente à entrevistadora a fim de que o dado não fosse colocado na pesquisa.

Nesse caso, nos momentos em que a informação não era autorizada a ser divulgada, desliguei o gravador na frente da entrevistada. Vale destacar que a mãe do interno autorizou a identificação dela e do filho. Na ocasião, obteve-se a informação de que o filho fora absolvido e estava em liberdade, mas ele não pôde comparecer à conversa do dia 21 de abril de 2014. Como não tive contato direto com o jovem, preferi preservar a identidade dele e da mãe (visto que não houve autorização direta da parte dele).

Em janeiro de 2015, ainda foi realizada a entrevista com um dos idealizadores da Rádio Livre, Rodrigo Moraes. O objetivo foi entender o processo de surgimento da radiadora nos presídios cearenses e como foi a implantação e oficialização da rádio pela Sejus. A entrevista foi realizada na sede da Secretaria, já previamente combinada com o entrevistado.

Além da gravação em MP3, optou-se pela utilização do diário de campo para registrar elementos que não são possíveis de captar com o som, tais como postura, atitudes e olhares dos entrevistados, descrição do local onde ocorreram as entrevistas, interrupções etc. Esses gestos, como lembra Adorno (1991, p. 12), “estão carregados de sentido; trazem embutido o 'segredo' das práticas punitivas”, pois vão além do dito explicitamente pelo entrevistado, ou seja, estão marcados pela subjetividade do sujeito.

Nas conversas com os entrevistados, optou-se pela entrevista em profundidade, recurso metodológico que tem o objetivo de encontrar respostas a partir do discurso do entrevistado (Duarte, 2005). As informações adquiridas são analisadas e refletidas por mim, relacionando-as à realidade e às teorias estudadas.

A pesquisa recorreu a entrevistas semiestruturadas, ou seja, as conversas fluem a partir de um roteiro-base preparado por mim. O roteiro serve apenas para guiar a entrevista, deixando aberturas para o entrevistado discutir aspectos considerados por ele relevantes, assim como garante abertura para novos questionamentos e reflexões por parte da entrevistadora.

Alinhada com as entrevistas, foi feita uma análise da programação da Rádio Livre. O foco, nesse sentido, foram os programas nos quais há participação de sujeitos que não integram a equipe da Sejus. No caso, os programas *Conexão Livre* e *Se Intera*, em que há espaço para os recados; o *Momento de Reflexão*, programas religiosos feitos por grupos voluntários das igrejas católica e evangélica; e a hora dos recados propriamente dita.

Durante uma semana (entre os dias 6 e 10 de outubro de 2014) debrucei-me nos detalhes da programação. Isso não significa, porém, que essa tenha sido a única semana de

audição da radiadora. Durante os meses de setembro a dezembro, acompanhei diariamente a programação da Rádio Livre como ouvinte pela internet<sup>4</sup> e gravei toda a programação no meu computador pessoal para auxiliar na análise detalhada dos programas<sup>5</sup>. Nesse período, a rádio fez parte do meu cotidiano, pois escutava a programação enquanto almoçava ou me arrumava para o trabalho.

A Rádio Livre, de certo modo, tornou-se minha companheira, ajudando a quebrar um pouco o silêncio de quem tem a primeira experiência de morar sozinha ao mesmo tempo em que me fazia recordar da terra natal, seja pelo sotaque dos apresentadores, seja pelas palavras e expressões típicas do Ceará. Por vezes, emocionei-me com os recados de familiares, critiquei a abordagem de temas e “brincadeiras” feitas ao vivo, e me identifiquei com palavras de força e esperança que os apresentadores passavam nas mensagens.

Isso não significa que a pesquisa foi comprometida pelo sentimento da pesquisadora. Na medida do possível, tentei deixar de lado experiências pessoais. Mas sabe-se que é quase impossível, mesmo em um trabalho acadêmico, sair completamente de si para uma análise completamente imparcial e isenta de emoções. O lugar de fala de quem analisa será o de quem traz consigo outras experiências, um caminho já percorrido que não pode ser apagado da memória, nem ignorado. Assim, ao longo desta dissertação, talvez seja possível ao leitor identificar marcas de subjetividade da pesquisadora.

---

4 Pelo site: <http://www.ceara.gov.br/?secretaria=SEJUS&endereco=http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/component/content/article/54-categoria-video/1268-radio-livre>.

5 As gravações ocorreram por meio do programa Audacity, que capta a programação da rádio transmitida pela internet. Os arquivos estão salvos no meu computador pessoal.



## 1 O SISTEMA CARCERÁRIO CEARENSE

O Ceará, estado da região Nordeste do Brasil, apresenta crescente aumento da população carcerária. Em dezembro de 2008, por exemplo, segundo dados<sup>6</sup> da Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará (Sejus), o efetivo de presos no sistema carcerário em todo o estado era de 12.766. No ano seguinte, o número não sofreu grandes alterações, passando para 12.872.

Em 2010, porém, ano da reeleição de Cid Gomes<sup>7</sup> como governador do estado, o número saltou para 15.201, aumentando consideravelmente nos anos seguintes. Em 2011, o número de presos no estado chegou a 17.327. No ano seguinte, eram 17.657 presos administrados pela Sejus e 988 internos sob a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Estado, totalizando 18.645 presos em todo o estado.

Em 2013, a população carcerária no Ceará chegou a 19.392 e, em 2014, ultrapassou a casa dos 20 mil, chegando a 20.948 em outubro de 2014, segundo informações da Sejus. Desse total, quase metade (10.101) se constituía de presos provisórios.

Em reportagem publicada no dia 15 de janeiro de 2015, o jornal O Povo apontou que o Estado registrava o maior número de presos na história do sistema carcerário cearense. Eram 21.682 pessoas cumprindo pena, 18.109 em regime fechado ou provisório.

A Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado (Sejus), responsável pela manutenção e pelo controle do sistema carcerário, desenvolve uma série de projetos lúdicos, educativos e laborais com os internos. Assim, justifica a lógica segundo a qual a prisão serviria para privar o indivíduo de liberdade como punição por um ato que cometeu, mas também para “disciplinar” o sujeito a retornar ao convívio com a sociedade (Foucault, 1999).

Um desses projetos desenvolvidos pela Sejus, discutido na presente pesquisa, é a Rádio Livre, experiência que leva, desde janeiro de 2013<sup>8</sup>, música e informação para cerca de

---

6 As informações estão disponíveis na página eletrônica da própria Secretaria: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penitenciaria/39/70>>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

7 Cid Gomes foi eleito governador do Estado do Ceará pela primeira vez em 2006, tendo como uma das principais promessas de campanha o foco na segurança pública com o programa Ronda do Quarteirão, que consiste no policiamento em viaturas limitadas a um perímetro de até 3 quilômetros. Isso não significa, porém, que há uma relação direta entre crescimento de presos no Estado com o programa adotado pelo governo. Para tal afirmação, seria necessária uma pesquisa mais aprofundada sobre o tema.

8 Data que foi oficialmente inaugurada, mas a rádio já existia em caráter experimental desde 2009 em algumas unidades, como será apontado posteriormente.

seis mil<sup>9</sup> internos e internas de unidades prisionais cearenses. Para discutir a iniciativa, é preciso inicialmente destacar o contexto no qual ela está inserida.

Como se trata de uma experiência radiofônica voltada para o público encarcerado, deve-se tomar cuidado ao discutir o tema e ao fazer referência a essas instituições. E, devido à complexidade deste assunto e aos aspectos característicos desses estabelecimentos, optou-se por, neste primeiro capítulo, fazer uma contextualização do sistema carcerário cearense, apresentando aspectos relacionados à constituição dos presídios e destacando também questões referentes às regras e realidades existentes ali dentro.

É intenção deste capítulo também discutir as políticas de hiperencarceramento e de “(res)socialização” do sistema. Dessa forma, a pesquisa utiliza dados estatísticos e faz reflexões a partir de autores como Foucault (1999), Wacquant (2011) e Garland (1999).

### **1.1 Crime e Castigo: as teorias sobre os crimes e a pena como punição**

O Art. 1º do Código Penal Brasileiro, que ainda data de 1940<sup>10</sup>, afirma que “não há crime sem lei anterior que o defina”. Ou seja, o próprio Código já revela que “crime” não é nada mais do que uma infração à lei, à norma. A legislação, aqui, significa o limite do que se considera crime e do que não se considera, do legal para o ilegal. Limite, portanto, construído socialmente.

Assim, práticas consideradas criminosas no Brasil podem não ser crimes em outras nações, assim como o contrário. Como exemplo, pode-se citar o aborto. O procedimento, apesar de ser alvo de discussões e disputas religiosas, continua sendo crime no Brasil<sup>11</sup>, de acordo com os artigos 124, 125, 126 e 127 do Código Penal Brasileiro, mas já não é mais considerado violação à lei em países como Canadá e Uruguai.

---

9 Esse número pode variar devido à manutenção de equipamentos e reformas nas unidades. Em abril de 2014, por exemplo, durante entrevista com funcionários da rádio, o número de presos que tinha acesso à Rádio Livre estava em torno de cinco mil, pois a radiadora estava provisoriamente desativada em uma unidade devido a reformas no estabelecimento.

10 O Código Penal Brasileiro foi instituído em 1940 pelo Decreto-Lei 2.848. Apesar de várias modificações e atualizações já realizadas, a redação do artigo primeiro permanece a mesma. Um projeto de lei de reforma do Código Penal tramita no Senado Federal desde 2012, mas ainda aguarda análise e aprovação dos parlamentares. Entre os pontos apresentados no projeto do novo Código Penal estão: a elevação da pena para crimes de corrupção e desvio de dinheiro público, a tipificação de crimes de terrorismo, e o aumento da pena mínima para crimes hediondos

11 Salvo em casos de gestação resultante de estupro, fetos anencéfalos e gravidez que gere risco de morte para a mãe.

Entretanto, o entendimento de que o crime é social não foi – nem é ainda – consenso entre pesquisadores. Frade (2008) faz um mapeamento das principais teorias sobre o crime, como se destaca a seguir.

Durante muito tempo, as teorias individualistas, que colocam o crime como um problema do indivíduo, eram tidas como hegemônicas. Para essas teorias, as explicações dos crimes eram individuais – questões biológicas, genéticas, psicológicas –, não sociais. Autores como Cesare Lombroso, William Sheldon e Hans Eysenck (*apud* Frade, 2008) diziam que determinadas características físicas ou psicológicas dos indivíduos os predispunham a praticar delitos.

Conforme expõe Frade (2008), na contramão dessas teorias, surgiram, no início do século XIX, as teorias sociológicas, que colocam a sociedade como definidora do crime. Fazem parte desse grupo: (1) teorias funcionalistas, que apresentam o crime e o desvio como resultado de tensões estruturais e ausência de regulação moral da sociedade, com autores como Émile Durkheim e Robert K. Merton; (2) interacionismo simbólico, que coloca o crime e o desvio como fenômenos construídos socialmente, representado por autores como Edwin H. Sutherland e Howard Becker; (3) teorias do conflito, que incluem justiça social, poder e política para afirmar que as leis não são iguais para todos, já que quem está no poder dificilmente é punido, com representantes da nova criminologia (Taylor, Walton e Young) e do realismo da nova esquerda (Matthews e Young, Evans); e (5) teorias do controle social, que dizem que o indivíduo age racionalmente e comete crime de acordo com a oportunidade – teorias que serviram de base para políticas como “tolerância zero” – representadas por autores como Travis Hirschi e Gottfredson.

É interessante destacar especialmente as contribuições de Émile Durkheim no conceito de crime. O sociólogo deixa de lado a perspectiva individualista do crime para analisá-lo à luz de uma questão social a partir da teoria funcional-estruturalista. Na visão dele, “um ato é criminoso quando ofende os estados fortes e definidos da consciência coletiva” (Durkheim, 1999, p. 51), ou seja, quando fere sentimentos comuns à maioria dos integrantes de uma determinada sociedade.

Para Durkheim (2007), o crime não deve ser visto como “patológico”, nem o criminoso como “anormal”. De acordo com ele, o crime faz parte da estrutura da sociedade e pode ser entendido como todo ato com previsão de punição. Portanto, não existiria sociedade sem crime, dado que este não somente é normal como deve ser considerado um fator para a

sociedade “sadia”. No entanto, para Durkheim, isso não significa que a criminalidade não seja algo repugnável e que não deva ser controlada:

Fazer do crime uma doença social seria admitir que a doença não é algo acidental, mas, ao contrário, deriva, em certos casos, da constituição fundamental do ser vivo; seria apagar toda distinção entre o fisiológico e o patológico. Certamente pode ocorrer que o próprio crime tenha formas anormais; é o que acontece quando, por exemplo, ele atinge um índice exagerado. Não é duvidoso, com efeito, que esse excesso seja de natureza mórbida. O que é normal é simplesmente que haja criminalidade, contanto que esta atinja e não ultrapasse, para cada tipo social, certo nível que talvez não seja impossível fixar de acordo com as regras precedentes (Durkheim, 2007, p. 67).

Émile Durkheim (2007, p. 68) justifica essa normalidade do crime a partir de alguns pontos. Para ele, não há sociedade isenta de criminalidade. Isso porque, uma vez que o crime “consiste num ato que ofende certos sentimentos coletivos dotados de uma energia e de uma clareza particulares”, para não possuí-lo, esses sentimentos coletivos deveriam estar intrínsecos também nos sentimentos individuais de todos os membros da sociedade. Ou seja, os indivíduos precisariam não só obedecer as “regras” da sociedade, como estas deveriam partir da própria pessoa e comporiam um sentimento recíproco a todos os integrantes da sociedade.

Mesmo nesses casos, diz Durkheim, o crime não deixaria de existir, pois logo surgiriam novas formas de delito. Além disso, em uma sociedade sem crimes existiriam outras regras que, se não fossem respeitadas, seriam passíveis de punição, por mais leves que fossem a desobediência e mais brandas que fossem as penalidades. O exemplo trazido na obra é bem didático nesse sentido. O roubo é um ato criminoso, mas uma ofensa, não. Para o autor, numa sociedade sem roubos, as pessoas seriam mais sensíveis a outras questões, como a ofensa, podendo esta se tornar um ato digno não mais de tolerância e censura, mas de repressão.

Outro ponto diz respeito à mudança da moral e do direito da sociedade. O crime serve, portanto, para contestar e avançar nas mudanças desse aspecto. A ideia aqui não é entrar na discussão se determinado crime é verdadeiramente contestatório ou não, e se é digno deixar de ser crime ou não, mas apenas destacar que o pesquisador também observou que, em alguns casos, o crime pode ser “uma antecipação da moral por vir, um encaminhamento em direção ao que será!” (Durkheim, 2007, p. 72).

Mesmo com ressalvas às ideias do sociólogo, não se pode negar a contribuição dele ao romper com as correntes anteriores que destacavam o crime como patológico para iniciar uma nova discussão, que serviu de base para teorias posteriores.

A presente pesquisa aprofunda a questão da criminalidade e do sistema penal a partir da perspectiva da Criminologia Crítica, a qual adota um discurso político sobre a criminalização. Para esta teoria, o crime é determinado pelas instâncias jurídicas, ou seja, pela lei, tal como exposta no Código Penal Brasileiro, no início da discussão deste tópico. A Criminologia Crítica – ou a Nova Criminologia – traz para o debate o sistema penal, questionando inclusive a legitimidade das instituições de controle.

Baratta (1982, p. 167) explica que a criminologia crítica parte da perspectiva de que a criminalidade é um *status* imposto para determinados indivíduos a partir de duas seleções: a dos bens protegidos pela lei penal e dos comportamentos considerados ofensivos a eles; e a das pessoas que carregam o estigma de quem comete algum tipo de infração. “La criminalidad es [...] un 'bien negativo' distribuído desigualmente según la jerarquia de intereses fijada en el sistema socioeconómico, y según la desigualdade social entre los individuos” (Baratta, 1982, p. 167).

Para essa perspectiva teórica, a criminalidade também passa pela questão socioeconômica e mesmo política, pois não basta o indivíduo violar as normas, as regras apresentadas nos códigos penais. Ele também precisa seguir uma “hierarquia” para ser tachado de criminoso, o que também vai influenciar na pena e no cumprimento ou não dela.

Em resumo, a criminologia crítica questiona o direito penal. Segundo Baratta (1982), ela mostra justamente que o direito penal não é um direito igual para todos, mas que também contribui para a manutenção das desigualdades e das hierarquias existentes:

Esto equivale a decir que no sólo las normas del derecho penal se forman y aplican selectivamente, reflejando las relaciones de desigualdad existentes, sino que el derecho penal ejerce también una función activa, de reproducción y de producción, respecto a las relaciones de desigualdad. En primer lugar, la aplicación selectiva de las sanciones penales estigmatizantes, y especialmente de la cárcel, es un momento supraestructural esencial para el mantenimiento de la escala vertical de la sociedad. Influyendo negativamente sobre todo en el estatus social de los individuos pertenecientes a los estratos sociales más bajos, dicha aplicación selectiva actúa de modo de obstaculizarles su ascenso social. En segundo lugar, y es ésta una de las funciones simbólicas de la pena, el hecho de castigar ciertos comportamientos ilegales sirve para cubrir un número más amplio de comportamientos ilegales que permanecen inmunes al proceso de criminalización. De esse modo, la aplicación selectiva del derecho penal tiene como resultado colateral la cobertura ideológica de esta misma selectividad (Baratta, 1982, p. 173).

Desse modo, as desigualdades e as hierarquias do sistema penal vão se refletir diretamente nas punições e se mostrar no local onde ficam mais evidentes: nas prisões. São nesses locais que se encontra boa parte das pessoas marginalizadas da sociedade. Emprega-se o termo, aqui, no sentido mais amplo, com referência tanto às pessoas consideradas criminosas como aquelas que ficam à margem da sociedade, ou seja, pessoas colocadas em segundo plano.

Também é importante ressaltar que o próprio entendimento de crime pode variar até mesmo entre pessoas de determinados grupos sociais. Entre os presos, por exemplo, nem sempre alguém que cometeu um delito é visto como um criminoso, uma pessoa do “mundo do crime”, tal como exposto por Robson Carvalho:

Nesses termos, qualquer indivíduo, por exemplo, que viole alguns destes bens, é considerado, do ponto de vista do Direito, um criminoso. Todavia, na medida que estas normas permeiam significativamente as relações entre os presos, e entre estes e a administração, elas são relativizadas de acordo com as regras e os valores da população prisional, assumindo significados distintos. Assim, o mesmo indivíduo que foi qualificado pelo ordenamento jurídico como criminoso, poderá ser qualificado pelos seus pares na prisão de outra maneira. Quem por ventura cometeu um homicídio, em razão de um “descuido” ou de uma eventualidade, sem ter uma inserção regular no mundo do crime, poderá ser considerado um “não criminoso”, “não bandido”, “trabalhador”, “cidadão” etc (Carvalho, 2009, p. 56).

O crescente número de crimes relatados pela imprensa e o aumento da sensação de insegurança fazem surgir o que Paulo Vaz (2009) chama de “vítimas virtuais”, pessoas que, de posse de informações de violências sofridas por terceiros, mudam a rotina para evitar a possibilidade de também se tornar vítimas. É cada vez mais comum pessoas evitarem passar por determinado local ou sair de casa em determinados horários por medo de serem vítimas da violência, mesmo que nunca tenha ocorrido nada com elas.

Apenas a “possibilidade” de ser vítima de violência (agravada pelas notícias de jornais ou relatos de pessoas próximas) já é o suficiente para que alguém se sinta vítima em potencial e, por isso, deixe de realizar atividades que lhe agradavam (como sair com amigos à noite ou frequentar locais mais distantes de casa) pela simples possibilidade de sofrer algum tipo de violência.

Para Vaz (2009, p. 54), a vítima virtual é aquela “que responsabiliza o Estado pelos sofrimentos existentes, não porque suas leis e práticas de prevenção favorecem determinados grupos sociais ou são modos de sustentar preconceitos, mas porque seus agentes são

incompetentes e/ou corruptos”.E isso leva muitas pessoas a exigirem das autoridades políticas mais incisivas e punitivas, ações que tentem prevenir e também castigar quem pratica algum ato delituoso, situação parecida com a apresentada por Garland (2001) ao discutir a questão nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha:

Esta sensación de un público temeroso y resentido ha tenido fuerte impacto en el estilo y el contenido de las políticas públicas en los últimos años. Se ha redramatizado el delito. La imagen común vinculada al welfarismo, del delincuente como un sujeto necesitado y desfavorecido, merecedor de ayuda, ha desaparecido prácticamente en la actualidad. En cambio, las imágenes conjuradas para acompañar la nueva legislación tienden a ser descripciones estereotípicas de jóvenes ingobernables, depredadores peligrosos y delincuentes de carrera incorregibles. Acompañando estas imágenes proyectadas y como una respuesta retórica a ellas, el nuevo discurso de la política criminal invoca sistemáticamente un público lleno de ira, cansado de vivir con temor, que exige medidas fuertes de castigo y protección (Garland, 2001, p. 45).

Assim, não é raro ouvir em conversas e debates pessoas reclamando da insegurança e solicitando das autoridades medidas mais enérgicas contra quem comete atos delituosos, penas rigorosas e mais repressão policial. Exemplo evidente é o debate que ocorre (estimulado principalmente pela mídia comercial e setores conservadores da sociedade) sobre a redução da idade penal após a notícia de atos infracionais (como assassinatos que geram grande comoção nacional) cometidos por adolescentes, como foi o caso do menino João Hélio, em 2007<sup>12</sup>.

Garland (1999) chama a atenção para o fato de que não só a prisão, mas as diversas formas de castigo devem ser pensadas de forma complexa. Assim, devem-se levar em consideração aspectos positivos e negativos do castigo, analisá-lo de forma ampla e contextualizada, observando seus impactos em vários setores da sociedade.

Analisando dessa forma, o autor chega a conclusão de que, se utilizado de forma puramente instrumental, o castigo não só não reduz o índice de criminalidade, como também

12 A morte de João Hélio Fernandes, em 2007, foi amplamente divulgada pela mídia e reacendeu o debate sobre a redução da maioridade penal. O menino, de seis anos, estava no carro com a mãe quando foi vítima de um assalto, tendo o corpo arrastado pelo carro por mais de quatro quilômetros no Rio de Janeiro (RJ). Entre os acusados, um adolescente de 16 anos, que cumpriu medidas socioeducativas. Em março de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993, permitindo que a proposta inicie o processo de tramitação no Congresso Nacional. A medida divide opiniões. Enquanto a pesquisa Datafolha, realizada em abril de 2015, revela que 87% da população brasileira é a favor da redução da idade penal de 18 para 16 anos, várias organizações sociais e organismos internacionais como ONU (Organização das Nações Unidas) apresentam propostas contrárias à redução. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-87-sao-favor-da-reducao-da-maioridade-penal-15877273>>. Acesso em: 17 de maio de 2015. Sobre o posicionamento das Nações Unidas, confira em: <<http://nacoesunidas.org/nacoes-unidas-no-brasil-se-posicionam-contra-a-reducao-da-maioridade-penal/>>. Acesso em: 17 de maio de 2015.

nunca passará de um “mal necessário” (Garland, 1999, p. 338). Isso porque, para o autor, deve-se pensar o castigo como instituição social. Ou seja, se analisado de forma ampla, constata-se que o castigo é algo limitado, que não reduz a criminalidade. Dessa forma, Garland conclui que uma política preocupada em promover a disciplina e o controle social não deve tomar o castigo como ponto central, mas sim a socialização das pessoas.

## 1.2 As prisões e o poder

O projeto desenvolvido no Ceará abrange uma pesquisa sobre comunicação em presídios. As prisões, instituições que têm o objetivo de punir os responsáveis por atos infracionais ao mesmo tempo em que se apresentam como espaços de (res)socialização e (re)integração à sociedade, são constantemente alvo de críticas. Como observa Michel Foucault (1999), elas já nascem junto com um movimento para reformá-las.

Entretanto, não foi sempre que se utilizou a prisão como medida punitiva para quem comete ato criminoso. Foucault lembra que, até o século XVIII, o suplício, com a espetacularização da violência e do sofrimento do condenado, era uma das principais formas de punir. A partir dos séculos XVIII e XIX, essa prática começa a dar lugar à outra modalidade de punição, mais voltada à perda de direitos. Dessa forma, o castigo do corpo, na sociedade soberana, vai sendo substituído pelo castigo “da alma”.

Se antes o condenado era objeto do soberano, do rei, a partir dos séculos XVIII e XIX ele passa a ser do coletivo, já que a infração atinge não só o soberano, mas toda a sociedade, inclusive ele mesmo, parte integrante do grupo. A punição, portanto, tem que ser útil para o coletivo.

Assim, define-se a prisão como um mecanismo de punição da sociedade moderna, o qual serve para “docilizar” os indivíduos e discipliná-los. Mesmo essa forma de castigo é criticada pelos reformadores, os quais destacam que a prisão é cara, deixa os indivíduos na ociosidade e não responde à especificidade dos crimes (Foucault, 1999, p. 94-95).

Foucault (1999, p. 196) é mais enfático ao alertar que se conhecem “todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa quando não inútil. E entretanto não 'vemos' o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”. Ora, mesmo com todos os problemas de superlotação, reincidência, a prisão ainda é, na atualidade, o principal mecanismo de punição para os que cometeram atos infracionais.



O filósofo francês ressalta a “obviedade” da prisão como pena de “privação de liberdade”, mas também como mecanismo disciplinar, para tornar o “corpo dócil”, ou seja, disciplinar os indivíduos para retornar à convivência com a sociedade. Falar de disciplina, para Foucault (2008), significa discutir poder.

“A disciplina é uma técnica de exercício de poder” (2008, p. 105). Uma técnica que não surgiu nas prisões, mas que tem fortes relações com elas e com outras instituições totais, como mosteiros, escolas e casernas. “A disciplina é uma técnica de poder que implica a vigilância perpétua e constante dos indivíduos. Não basta olhá-los às vezes ou ver se o que fizeram é conforme às regras. É preciso vigiá-los durante todo o tempo da atividade e submetê-los a uma perpétua pirâmide de olhares” (Foucault, 2008, p.109).

Não seria a prisão uma forma de controle e vigilância dos corpos dos internos? Nos estudos, Foucault analisa, por exemplo, a estrutura de panóptico de Bentham<sup>13</sup>. Nos dias atuais, além da arquitetura de enclausuramento, as prisões são dotadas de sistemas de câmeras e de salas de controle, onde agentes ficam responsáveis por observar o cotidiano dos internos em alas, pátios, corredores e áreas comuns. Ou seja, nas prisões surge um novo tipo de poder, que passa dos castigos físicos para os castigos “na alma”, a partir da vigilância e privação de liberdade.

Apesar de não ter formulado uma “teoria geral do poder” (p. X, 2008), Foucault faz uma análise interessante dele. Para o autor, o poder não é uma coisa, um objeto que uma pessoa pode possuir e outra não. Também não é algo imposto de cima para baixo. Assim, ele aponta que, se existe poder, há resistência. Para ele, o que existem são relações de poder e este funciona em rede, ou seja, de alguma maneira todos estão ligados a ele.

No trabalho penal, há “uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção” (Foucault, 1999, p. 204). Existe, no trabalho, um mecanismo disciplinar, de “ocupar o tempo de ócio” nas penitenciárias, assim como também, através do trabalho, estabelecer uma relação de poder, em que o indivíduo fica submetido a formas de trabalho e a padrões colocados pelo mercado de produção.

---

13 Panóptico é o modelo de prisão criado no século XVIII pelo filósofo Jeremy Bentham e estudado por Michel Foucault (1999). O modelo consistia em uma estrutura arquitetural que permitia a uma única pessoa, em uma torre, observar todos que estavam em células dispostas ao redor da torre sem que os indivíduos vigiados pudessem ver o vigilante. Para Santos (2011), o panóptico representa o início da sociedade de controle, de uma forma em que poucos conseguem controlar muitos. Como as pessoas que são vigiadas não sabem quando nem por quem estão sendo observadas, o modelo de Bentham garante uma relação de poder porque as pessoas acabam se comportando como se estivessem sendo vigiadas mesmo sem estarem.

A relação de poder também pode ser vista em outros aspectos, como na limitação de direitos e na imposição de normas de conduta e atividades, como destaca Santos (2010, p. 30): “Nela, o indivíduo come o que outros impõem, se lê, lê o que é permitido, só obtém informações controladas, sofre de abstinência sexual compulsória, padece com doenças, padece com falta de momentos lúdicos”.

Garland (1999, p. 194), ao analisar o trabalho de Foucault, percebe que, para o filósofo francês, o próprio ato de castigar já é uma forma de poder, a qual pressupõe a ideia de controle e de produção de uma conduta, que pode ser alcançada tanto através da disciplina como por meio de ameaças ou como forma de exemplo para a população.

Na análise de Foucault (2008), é na prisão onde o poder tem capacidade de se manifestar em “estado puro” e de se justificar a partir de aspetos morais, como se as pessoas que estivessem presas “merecessem” estar ali por terem cometido algum ato condenável para a sociedade:

O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais ínfimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente “justificado”, visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem (Foucault, 2008, p. 73).

E é ao analisar o poder nas prisões que Foucault aponta todas as críticas e os inconvenientes desses estabelecimentos, seguindo a hipótese de que a prisão sempre esteve relacionada a um projeto de transformação dos indivíduos; um projeto que falhou desde o início.

Desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, servia apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa (Foucault, 2008, p. 131-132).

Essa visão é questionada por Garland (1999). Apesar de tomar Foucault como referência, o pesquisador critica o filósofo francês. Para Garland (1999), apesar de ser

importante a crítica ao sistema penitenciário e apontar os fracassos dele como estratégia para reforma, não é possível concluir que o fracasso da prisão seja uma estratégia política.

En términos penitenciarios, pues, la cárcel apoya diversos objetivos, y es más o menos "funcional" o "exitosa". Tampoco es necesario argumentar que los "fracasos" de la prisión son "útiles", como indican Foucault y otros. El hecho de que refuerce la criminalidad y ayude a producir reincidentes no es una consecuencia "útil" que deseen las autoridades, ni parte de alguna "estrategia" encubierta. Es un costo tolerado para perseguir otros objetivos como la retribución, la inhabilitación y la exclusión, y se acepta con la misma renuencia con que el gobierno acepta absorber los altos costos financieros involucrados en el frecuente uso de la prisión. Mientras las autoridades -y el público- sigan considerando que dichos costos son superados por la conveniencia de confinar a los trasgresores (y este deseo es un elemento establecido en las creencias del público, los marcos institucionales y la tradición social), la prisión seguirá siendo una institución "funcional", y no un acertijo ni un anacronismo (Garland, 1999, p. 335).

Garland (1999) aponta que os objetivos da prisão não se restringem ao controle da delinquência (ou seja, em "transformar" os indivíduos em "corpos dóceis"). Essas instituições serviriam também para punir os sujeitos infratores, excluindo-os do convívio com o restante da sociedade durante período determinado pela Justiça.

En una época en que el castigo corporal se ha vuelto incivilizado y la violencia franca es impensable, la prisión es una forma de violencia sustituta y sutil, una manera de retribución suficientemente discreta y "negable" que concita la aceptación cultural de la mayoría de la población. Pese a sugerencias ocasionales de que el confinamiento se ha vuelto demasiado benévolo -una opinión pocas veces compartida por fuentes informadas-, en general se acepta que la prisión logra imponer penurias, privación seria y sufrimiento personal a la mayoría de los trasgresores que cruzan sus umbrales (Garland, 1999, p. 335).

Desse modo, o autor destaca a complexidade da prisão, uma instituição de vários objetivos e que conseguiria alcançar alguns e fracassar em muitos. Apesar de mostrar que a instituição não fracassou de todo, Garland não deixa de lado as críticas feitas a ela.

Recorrentemente, têm-se notícias de problemas em presídios, como superlotação, falta de infraestrutura e condições de higiene, casos de torturas e homicídios, entre outros. Além disso, a política de encarceramento envia aos presídios indivíduos cujos crimes não necessariamente representariam um perigo para a sociedade.

Nesse aspecto, é interessante observar a experiência da Rádio Livre no Ceará: funcionando através de caixas de som espalhadas pelas unidades prisionais, não seria ela uma imposição do Governo do Estado? Como o controle é da direção dos presídios, os presos não

têm o direito de ligar/desligar ou aumentar/baixar o volume da radiadora<sup>14</sup>, sendo esta uma forma compulsória de escuta.

Assim, apesar de se mostrar como uma ferramenta que aproxima o interno do “mundo externo”, os presos são obrigados a ouvir compulsoriamente, de segunda a sexta-feira (das 8h às 19h), a programação da rádio, reforçando, dessa maneira, que a direção das instituições, os agentes penitenciários, e a equipe de comunicação da Secretaria têm o poder de decidir o que os reclusos vão ouvir nessa radiadora, quando vão ouvir, e em qual volume.

Entretanto, para Foucault (2008, p. 75), o poder não existe como propriedade, ou seja, ninguém é dono do poder, mas “ele se exerce” em um sentido, é uma relação de força, “com uns de um lado e outros do outro”. Ele alerta, porém, que o poder não pode ser considerado algo homogêneo, de um grupo de indivíduos sempre dominando e exercendo poder sobre os outros. O poder circula, funciona em rede, e nem sempre é repressivo. O poder também teria um potencial positivo, ou seja, é capaz de construir algo. E, onde há poder, há também resistência.

Dessa forma, Foucault (2008, p. 149-150) não considera o poder algo “localizado no aparelho de Estado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados”.

No caso dos presídios, devem-se destacar diversas formas de poder, tanto partindo dos dirigentes para os internos como entre os próprios privados de liberdade.

A natureza e o sentido da dinâmica sócio-prisional caracterizam-se por uma série de peculiaridades que fazem da prisão uma “minissociedade”, cujos aspectos mais significativos aparecem caricaturados. No seu interior, duas estruturas de poder se relacionam numa permanente tensão: uma política, ligada aos princípios organizacionais, e outra “social”, referente aos presos entre si (Carvalho, 2009, p. 82).

Assim, existem tanto as “regras” impostas da direção da instituição e dos agentes penitenciários para os presos – como horário de alimentação e da “tranca”<sup>15</sup>, materiais que podem entrar no presídio etc –, como os internos estabelecem as próprias regras de

---

14 No Ceará, o sistema de alto-falantes também é conhecido como radiadora ou rádio poste, como apresentada pela própria Sejus no sítio eletrônico: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/component/content/article/54-categoria-video/1268-radio-livre>>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

15 “Tranca”, na linguagem dos presídios, significa o momento em que os internos são recolhidos e trancados nas celas, não podendo mais sair para realizar atividades nos pátios ou corredores das prisões. No caso do sistema carcerário cearense, a “tranca” ocorre às 17h.

convivência, como não olhar diretamente para a visita do outro interno, não caguetar (denunciar) os companheiros de cela, respeitar mães e esposas, entre outros. Da mesma forma, os internos também têm estratégias, como rebeliões e greves de fome, para tentar conquistar mudanças nas instituições ou até mesmo chamar a atenção das autoridades e da “sociedade externa” para as condições em que vivem.

### 1.2.1 Quem lucra com o crime?

Sendo o fracasso das prisões uma estratégia política ou não, é inegável que há quem lucre com o crime e com a existência de presídios. Os ganhos vão além do “saldo” da ação criminosa. Os crimes servem, por exemplo, para “justificar” a vigilância da sociedade, para justificar, segundo Foucault (2008), a existência do aparato policial.

Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinquente? [...] Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isto. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como seria aceitável se não houvesse os delinquentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinquentes? (Foucault, 2008, p. 137-138).

Há quem lucre com a sensação de insegurança e o medo da violência, que muda o cotidiano social. Nos grandes centros urbanos, casas de muros baixos foram, aos poucos, substituídas por condomínios fechados, com paredes altas ou grades e câmeras de vigilância. As lojas de ruas ao ar livre dos centros comerciais também perdem clientes para *shoppings*, lugares fechados e com segurança, onde nem todos podem andar ou circular livremente<sup>16</sup>.

---

16 Entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014, grupos de jovens das periferias de grandes cidades organizaram os “rolezinhos”, encontros em *shoppings*. O “rolezinho” começou em São Paulo e se espalhou por cidades como Guarulhos, Campinas e Rio de Janeiro. Os encontros foram muitas vezes alvo de críticas por parte da polícia, da mídia comercial e de frequentadores dos centros comerciais, que tentaram criminalizar o movimento. Nos “rolezinhos”, ficou evidente que os *shoppings* são locais de segregação, ambientes de consumo e lazer apenas para quem tem poder de compra. Chamou ainda atenção o fato dos encontros despertarem insegurança em lojistas (a ponto de muitos fecharem as portas durante os “rolês”) e em frequentadores do *shoppings* – muitas vezes com o acionamento da polícia – mesmo sem ter a ocorrência de roubo ou furto. (“Rolezinhos' em shoppings são grito por lazer e consumo, dizem funkeiros”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/12/rolezinhos-em-shoppings-sao-grito-por-lazer-e-consumo-dizem-funkeiros.html>> Acesso em: 13 jan. 2015)

Essa sensação de insegurança faz surgir o que a pesquisadora Luzia Fátima Baierl (2008, p. 143) chama de “indústria do medo”. Ela considera essa indústria um dos negócios de maior crescimento atual.

É por medo de ser alvo de violência que cidadãos com recursos buscam blindar os carros, procuram serviços de segurança privada, seguros de vida e de patrimônio etc. E, por trás disso, empresas que oferecem serviços e lucram com a insegurança e o medo dos outros. Um negócio que, mesmo sendo bastante difundido, ainda é pouco questionado e debatido.

Garland (2001) destaca que, antes, o delito era visto como algo de responsabilidade do Estado e o controle da criminalidade era função exclusiva de policiais, políticos e agentes do governo. Atualmente, porém, o controle do delito é uma atividade mais ampla, que envolve Estado, comunidade e empresas privadas. Ele agora é descentralizado, utilizado inclusive por empresas privadas para fins comerciais.

Al mismo tiempo, hemos visto la llamativa expansión de la seguridad privada, que originariamente creció a la sombra del Estado pero que es reconocida cada vez más por el gobierno como un socio en la producción de seguridad y el control del delito. La actividad policial posee ahora una economía mixta, de provisión pública y privada, a medida que más y más funciones rutinarias de seguridad son asumidas por las policías privadas y más y más empresas y hogares invierten en tecnologías y servicios de protección ofrecidos por la industria de la seguridad privada. Comienza a aparecer también una mezcla similar de lo público y lo privado en el sector penal con el sorprendente crecimiento de las prisiones privadas, luego de más de un siglo en el que la administración de las instituciones penales se desarrolló como una función estatal que excluía los intereses privados o comerciales (Garland, 2001, p. 57).

A perspectiva do crime e da insegurança como mercado para gerar lucro de empresas alcançou até as prisões. Em alguns países, como nos Estados Unidos, é possível encontrar prisões privatizadas há mais de 30 anos. Mais recentemente, a prática vem sendo implementada aqui no Brasil.

A privatização da prisão, segundo Wacquant (2011), surgiu em 1983, nos Estados Unidos. Em uma época em que o hiperencarceramento era o lema, o Estado não dava mais conta de, sozinho, construir e administrar todas as prisões necessárias para suprir a demanda de presos. Com isso, conseguiu a “ajuda” do setor privado. Isso ao mesmo tempo em que a palavra de ordem era a desvalorização do Estado, com a mínima interferência possível dele nos serviços (Wacquant, 2002), e como parte da implantação do neoliberalismo, com o enfraquecimento do Estado e a lógica segundo a qual a iniciativa privada é mais eficiente.

Esse é um mercado que cresce a cada ano. Wacquant alerta para o crescimento dessas empresas no país norte-americano: na década de 1990, 17 firmas já “cuidavam” de 140 unidades em 20 estados, com empresas que têm ações na bolsa e a perspectiva de crescer cada vez mais com serviços que vão desde a gestão do estabelecimento (com vigilância e serviços) à projeção e construção arquitetônica, manutenção, administração, transporte de presos, e empregados.

Entretanto, Wacquant (2008) observa que o aumento do número de encarcerados não se deve exclusivamente à privatização das prisões, mas principalmente a uma política de criminalização e punição da pobreza:

O lucro com prisões não é a causa principal, mas uma consequência secundária e incidental do desenvolvimento hipertrófico do aparato penal. O fato de interesses privados estarem sendo beneficiados pela expansão das funções governamentais decerto não é novo tampouco específico ao encarceramento: a distribuição de todos os bens públicos importantes nos Estados Unidos, desde a educação e a habitação até a segurança e a saúde, confere um papel amplo para o terceiro setor e o setor de serviços e comércio — em relação, por exemplo, ao fornecimento de assistência médica e social, a punição permanece surpreendentemente *pública*. A privatização tampouco é necessária para o crescimento carcerário. [...] Na realidade, se os operadores comerciais simplesmente desaparecessem da noite para o dia, os estados e municípios enfrentariam interrupções operacionais, e mais superlotações e obstáculos de curto prazo ao crescimento, mas a prevalência e a fisionomia social do encarceramento permaneceriam intactas (Wacquant, 2008, p. 17, grifos do autor).

Mesmo não sendo a causa principal da privatização das prisões, é inegável que o lucro é um grande atrativo para o investimento de empresas privadas nesses estabelecimentos. E, para garantir esse lucro, quanto mais presos, melhor.

No Brasil, as experiências com presídios privados começaram em 1999, no Paraná<sup>17</sup>. De acordo com relatório da Pastoral Carcerária da Igreja Católica (2014), existem cerca de 30 estabelecimentos prisionais privados. Eles estão espalhados em estados como: Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Amazonas.

E a ideia de algumas empresas é expandir o negócio<sup>18</sup>. Segundo a Pastoral Carcerária (2014), a empresa Reviver, que possui contratos para operar unidades prisionais na Bahia,

---

17 A primeira penitenciária de fato privada foi inaugurada em 2013, na cidade de Ribeirão das Neves, Minas Gerais, fruto de uma Parceria Público-Privada (PPP). As demais funcionavam pelo modelo de cogestão, com apenas alguns serviços terceirizados.

18 A privatização das prisões também foi defendida por políticos brasileiros. Nas eleições presidenciais de 2014, o candidato à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, defendeu o modelo de Parceria Público-Privada (PPP) para os estabelecimentos prisionais. Cf. em: <<http://noticias.r7.com/brasil/privatizacao-do-sistema-carcerario-e-caminho-sem-volta-diz-especialista-14102014>> Acesso em: 17 de jan. 2015.

Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Alagoas, já estuda novos projetos em São Paulo, Goiás, Ceará e mais uma unidade em Alagoas.

A principal crítica apresentada por entidades e organizações da sociedade civil diz respeito à lógica do mercado adotada na prisão. Com uma administração que segue a lógica da empresa privada, os estabelecimentos são instalados para garantir lucro aos administradores. E, portanto, a prioridade passa a ser o lucro, obtido por meio de corte de gastos e de maiores repasses do governo<sup>19</sup>.

Além disso, como funciona sem a “interferência” do Estado, a administração trabalha de acordo com os interesses empresariais. Assim, apesar de oferecer infraestrutura e atendimento melhores (com destaque para a atenção médica), a garantia de direitos como educação e trabalho fica a critério do interesse da empresa que administra a unidade, como constata o relatório da Pastoral Carcerária:

[...] a introdução de oportunidades de trabalho e estudo, no caso dos modelos de cogestão, depende não apenas dos estados, mas principalmente das empresas, já que são elas as responsáveis pela operacionalização das unidades. Sabe-se que as empresas ficam restritas aos termos do contrato e não tem interesse em flexibilizar esses termos para se reajustar às necessidades dos presos e das unidades, uma vez que tais ajustes significam menor lucro. Essa situação gera uma anomalia que resulta em empresas garantindo, a seu critério, o acesso de presos ao direito de trabalhar e estudar (Pastoral Carcerária, 2014, p. 30).

Ainda em relação às prisões privadas, a Pastoral Carcerária destaca, a partir de visitas às unidades, alguns aspectos que as diferenciam das outras. De acordo com o relatório da entidade, a disciplina nessas unidades é diferente, com mais restrições ao contato com o “exterior”. Segundo o relatório, a programação televisiva também é controlada e muitos não têm acesso a meios de comunicação como jornais e revistas<sup>20</sup>.

### **1.3 Breves apontamentos sobre o sistema carcerário brasileiro**

Torturas, superlotação, péssimas condições sanitárias. Essas são algumas das situações recorrentes nos presídios brasileiros apontadas não só pela imprensa, mas também por

19 Segundo reportagem “Quanto mais presos, maior o lucro”, da Agência Pública (2014), um preso custa ao Estado, em média, entre R\$1.300,00 e R\$ 1.700,00. No presídio de Ribeirão das Neves (MG), o governo repassa R\$ 2.700,00 por mês por preso ao consórcio que administra a unidade. Além disso, o contrato prevê a obrigação do poder público de garantir “lotação” mínima de 90% da capacidade do estabelecimento durante a vigência do acordo. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>>. Acesso em: 17 de jan. 2015.

20 O relatório não destaca como é o uso e o acesso a rádios a pilha.



organizações não-governamentais nacionais e internacionais. O capítulo dedicado ao Brasil do Relatório Mundial 2014<sup>21</sup>, elaborado pela organização *Human Rights Watch*, denuncia tortura, falta de saneamento, superlotação e assistência médica inadequada a presos brasileiros, problemas recorrentes em delegacias e centros de privação de liberdade no país.

A situação chegou ao conhecimento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio de uma publicação de 2012 que contém os relatórios produzidos pelo Mutirão Carcerário. O documento denuncia não apenas a superlotação e as condições desumanas nos presídios, mas também a desorganização da Justiça em alguns estados, que acabam por “esquecer” nas prisões pessoas que até mesmo já cumpriram pena. Um exemplo foi o que ocorreu na Paraíba, onde o Mutirão Carcerário descobriu, em 2011, um interno que cumpriu o dobro da pena imposta pelo Judiciário (CNJ, 2012).

O caso não é isolado. Entre 2010 e 2011, durante a ação do Mutirão Carcerário no país, o programa analisou 310 mil processos, com a libertação de 24,8 mil internos que já tinham direito à liberdade. O descaso mostra que a questão do Sistema Prisional no Brasil não se restringe às prisões, mas também à morosidade da Justiça.

Uma das principais questões no sistema carcerário brasileiro – que atinge todos os estados – está vinculada à superlotação. O número de pessoas presas no Brasil não para de crescer e, com ele, o número negativo de vagas disponíveis no sistema.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em junho de 2014, o Brasil possuía mais de 563.526 pessoas presas no sistema, número que deixa o país em quarto lugar no *ranking* dos países com maior população carcerária, atrás somente de Estados Unidos (2.228.424 presos), China (1.701.344) e Rússia (676.400). Desses, 41% eram presos provisórios.

O monitoramento também apresentou dados relativos às pessoas em prisão domiciliar<sup>22</sup>. Segundo o CNJ, o país possuía 147.937 pessoas cumprindo regime em prisão domiciliar. Somando os dois contingentes, até junho de 2014, o Brasil tinha 711.436 presos. Com esse número, sobe no *ranking* de países com maior número de presos, passando a ocupar

---

21 O capítulo referente ao Brasil no relatório está disponível em: <<http://www.hrw.org/pt/world-report/2014/country-chapters/121500>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

22 De acordo com o CNJ, a prisão domiciliar pode ser concedida pela Justiça a presos de qualquer regime: fechado, aberto ou semiaberto, que estejam cumprindo pena ou em prisão provisória. Geralmente, é dada a pessoas com problemas de saúde que não podem ser tratadas na unidade ou quando não há estabelecimento voltado para um tipo de regime específico (o que ocorre às vezes no semiaberto, pois os presos desse regime não podem ficar na mesma unidade dos que cumprem o fechado). Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28746-cnj-divulga-dados-sobre-nova-populacao-carceraria-brasileira>> Acesso em: 17 de jan. 2015.

o terceiro lugar mundial, atrás somente de Estados Unidos e China, que possuíam, respectivamente, 2.228.424 e 1.701.344, segundo o Centro Internacional de Estudos Prisionais, de Londres. Vale lembrar que a China tem 1,3 bilhão de habitantes, mais de seis vezes a população do Brasil (200,4 milhões), e os Estados Unidos têm 318,9 milhões de habitantes.

Ultrapassar a casa do milhão de presos parece assustador, mas vale lembrar que o Brasil não está muito distante dessa realidade. O relatório do Conselho aponta que existem 373.991 mandados de prisão em aberto no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), ou seja, o total de pessoas que já estão presas somado ao número de mandados em aberto chega a 1.085.454 pessoas<sup>23</sup>.

Das 27 unidades federativas do Brasil, o Ceará aparece nas estatísticas nacionais na nona posição de maior número de presos totais (presos no sistema carcerário e em prisão domiciliar), com 16.294; atrás de São Paulo (297.096), Minas Gerais (68.452), Rio de Janeiro (37.453), Santa Catarina (30.838), Rio Grande do Sul (30.513), Pernambuco (30.324), Paraná (29.656), e Distrito Federal (19.477). O estado com menor população carcerária em junho de 2014 era Roraima, com 1.775.

Com o elevado número de presos, o *déficit* no sistema carcerário brasileiro também mostra-se alto. Segundo o relatório de monitoramento do CNJ, faltam 206.307 vagas nas prisões. Se unido ao número de presos em prisão domiciliar, esse número sobe para 354.244.

Boa parte do elevado número de pessoas encarceradas se dá pelos presos provisórios, aqueles que aguardam julgamento. Dados do CNJ de junho de 2014 revelam que 41% da população carcerária no país compõem-se de presos provisórios.

Em alguns estados, a quantidade de presos provisórios supera muito a dos já julgados. É o exemplo de Sergipe, que, em 2014, possuía 76% da população carcerária composta por presos provisórios. É impressionante como esse percentual não é exceção no país. Outros estados seguem a mesma linha, com mais da metade dos presos sendo provisórios. É o caso dos estados: Piauí (68%), Bahia (64%), Amazonas (63%), Ceará (59%), Maranhão (57%), Alagoas (55%), Goiás (53%), Mato Grosso (52%) e Pernambuco (50%).

Wacquant (2011), ao abordar a realidade carcerária dos Estados Unidos e como o neoliberalismo e a política de “tolerância zero”<sup>24</sup> naquele país contribuíram para o

---

23 Dados disponíveis em: [http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf) Acesso em: 17 de jan. 2015

24 Política iniciada em Nova Iorque (Estados Unidos), que perseguia pequenos delinquentes e reprimia mendigos

hiperencarceramento de pobres, acaba por também falar muito da realidade brasileira. A política neoliberal, com a adoção do “Estado mínimo” nos aspectos econômicos e sociais, acaba por gerar uma transição do que o autor chama de “Estado-Providência” para “Estado-Penitência”, ou seja, passa-se do Estado de Bem-Estar social para o Estado punitivo.

Pastana (2007), ao analisar as penas adotadas no Brasil, observa que a Justiça Penal brasileira segue a linha do encarceramento:

No Brasil, as respostas à criminalidade consistem, portanto, em sua grande maioria, em penas severas, traduzidas na ausência do respeito às garantias constitucionais e no recurso amplo ao encarceramento. Nessa linha, nossos governos democráticos contemporâneos freqüentemente adotam uma posição punitiva que visa reafirmar a aptidão do Estado em punir e controlar a criminalidade (Pastana, 2007, p. 195).

Nesse aspecto, a pesquisadora considera que o Estado brasileiro assume cada vez mais a postura de um “Estado Punitivo” (Pastana, 2009, p. 209), privilegiando a repressão e a punição em detrimento de uma ação mais social. O importante não é mais ter um Estado econômico e social (isso agora fica por conta do mercado), e sim um Estado policial, repressivo, que atinge, sobretudo, a camada mais pobre da sociedade, como bem destaca Wacquant:

Em tais condições, desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira *ditadura sobre os pobres* (Wacquant, 2011, p. 12, grifos do autor).

A questão também é apresentada por Paulo Vaz (2005, p. 10), que discute a utilização de um Estado autoritário, capaz de reduzir o poder sobre cada indivíduo, mas que fortalece a intervenção policial e o autoritarismo para satisfazer os anseios das chamadas “vítimas virtuais”. Ou seja, o pesquisador frisa que, em nome dessas possíveis vítimas (geralmente pessoas da classe média), o Estado estaria “autorizado” a reprimir certos grupos da sociedade antes mesmo do crime ocorrer, como forma de evitar o delito<sup>25</sup>. “Na utopia da vítima virtual,

---

e sem-tetos, uma forma de criminalizar a pobreza.

25 Algo parecido com o descrito no filme de ficção científica *Minority Report* (dirigido por Steven Spielberg e lançado em 2002), que apresenta a cidade de Washington (EUA) em 2054. No filme, o setor policial da cidade possui paranormais capazes de prever homicídios, fazendo com que os policiais prendam os suspeitos e evitem que o crime ocorra. Para uma discussão mais aprofundada sobre o filme, confira: Hudson, Barbara. **Minority Report: prevendo o futuro na vida real e na ficção** (2012).

ninguém deveria precisar alterar seu estilo de vida porque outros o colocam em risco” (Vaz; Sá-Carvalho; Pombo, 2005, p. 10). Assim, caberia ao Estado o papel de reforçar o policiamento (e também o encarceramento) a fim de evitar que determinados grupos considerados “suspeitos” pudessem cometer (ou ameaçar realizar) crimes que afetariam diretamente essas pessoas.

As prisões cearenses e brasileiras – como se detalhará mais adiante – seguem um perfil básico: a maioria dos encarcerados é formada por homens, jovens, negros, pobres e de baixa escolaridade. O próprio censo comum diz que “rico não vai para a cadeia”.

Sobre a administração dos conflitos no Brasil, Roberto Kant de Lima (1996) afirma que a sociedade brasileira é excludente e hierarquizada, e que os indivíduos têm acesso diferente a direitos e deveres. Apesar dos direitos “iguais e universais”, com as mesmas leis para todos, a forma de aplicação de cada norma pode variar de acordo com os interesses.

Em nosso caso, a existência dessa “dissonância” judicial, útil para julgar diferentemente casos semelhantes, de categorias sociais distintas, como que levando em consideração seus diferentes códigos de honra, hoje vai-se refletir na baixa credibilidade das instituições judiciárias e policiais [...] sempre em dificuldades para explicar decisões tomadas com base em princípios contraditórios, pelas diferentes camadas e pelos diferentes atores do sistema. A resolução tradicional [...] não resiste à demanda de universalização de uma cidadania igualitária, encarnada nas reformas democráticas por que passou a sociedade e a cultura brasileiras (Lima, 1996, p. 173-174).

A justiça, para o autor, é um exemplo de manutenção de privilégios e desigualdades, visto que se trata de uma instância demorada e que requer profissionais especializados para a defesa dos cidadãos. Kant de Lima (1996, p. 175) aponta que “institutos como a 'fiança', até hoje vigentes, servem para mostrar que a propriedade é, afinal, o centro desse sistema de administração de conflitos”. Para alguns tipos de delitos, só é preso quem não tem dinheiro para pagar a fiança, uma forma clara de mostrar quem, de fato, deve ir para a prisão.

Além da questão da criminalização da pobreza, Wacquant (2011) também chama a atenção para as prisões como perspectiva de lucro e de mercado de trabalho desqualificado. Para o pesquisador, o sistema prisional pode atuar como regulador do mercado de trabalho de setores da sociedade inferiores. Isso porque a prisão tanto “retira” do mercado trabalhadores desocupados em busca de emprego, como emprega outros no setor de bens e serviços prisionais (agentes penitenciários, profissionais da área da saúde, serviços gerais etc).

Em compensação, a privação de liberdade acaba por contribuir, indiretamente, para o crescimento do mercado de trabalho informal, visto que os egressos – seja por preconceito da

sociedade ou por não estarem qualificados – enfrentam mais dificuldade de conseguir um emprego formal após a reclusão.

Vale ressaltar ainda que, mesmo com o artigo 5 da Constituição Federal de 1988 estabelecendo que “todos são iguais perante a lei” e com artigo 41 (XII) da Lei de Execução Penal de 1984 determinando a “igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena” como direito do preso, não é bem isso que se observa em alguns estabelecimentos prisionais brasileiros.

A publicação do Mutirão Carcerário (2012) revela que em Roraima, na região Norte, por exemplo, a maioria dos presos divide celas superlotadas, enquanto que alguns funcionários públicos, policiais civis e militares e ex-magistrados presos desfrutam de benefícios, como celas com ar-condicionado, televisão e frigobar. Situação parecida pode ser encontrada também no Rio de Janeiro:

Confortáveis instalações para os detentos “colaboradores”, que ajudam nos serviços administrativos do presídio: quartos com ar-condicionado, frigobar e eletrodomésticos variados. Foi esse o cenário de privilégios revelado pelo Mutirão Carcerário do CNJ, nas carceragens da Polícia Civil de Grajaú e de São João de Meriti, no Rio de Janeiro, entre outubro e dezembro de 2011. Se de um lado poucos desfrutavam da situação de conforto, de outro, a maioria dos homens detidos nessas unidades se amontoavam para passar o dia e dormir à noite em celas fétidas, insalubres, com ventilação e iluminação precárias (CNJ, 2012, p. 154).

Casos como esses evidenciam a exclusão e a hierarquia existentes na sociedade brasileira, tal como exposto pelo antropólogo Roberto Kant de Lima (1996, p. 167). Ele observa que, no Brasil, os cidadãos têm acesso diferente a direitos e deveres, visto que as relações são regidas por “diferentes ‘códigos de honra’”. Assim, no Brasil, as formas de administrar conflitos podem variar de acordo com os interesses de cada grupo da sociedade, que vale tanto para aspectos da Justiça (que ainda não está ao alcance de todos) como da polícia (que utiliza de mecanismos diversos para cada grupo social).

### **1.3.1 Sistema carcerário no Ceará**

No Ceará, o número de internos no sistema prisional cresce a cada ano. Em janeiro de 2014, o estado possuía 19.392 presos cumprindo pena<sup>26</sup>, maior número registrado até então

---

26 Reportagem: “Ceará tem 19.392 presos, o maior número da história”, divulgada no dia 10 de janeiro de 2014 pelo jornal cearense O Povo, escrita pelo jornalista Bruno de Castro.

no estado, com uma taxa de crescimento que superava a média nacional. Esse número difere do apresentado anteriormente pelo CNJ, pois é um dado mais atualizado, divulgado pela Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejus). Optou-se por destacar, do ponto de vista específico do estado, informações mais atualizadas, provenientes de fontes locais.

Em entrevista concedida em 30 de dezembro de 2013 ao programa *Debates do Povo*, da Rádio O Povo/CNB, a então secretária estadual da Justiça e Cidadania, Mariana Lôbo, apontou que, enquanto o aumento da média brasileira de detentos era de 5,5%, no Ceará, essa taxa chegava a 10%.

Um ano depois, em janeiro de 2015, o número de indivíduos cumprindo pena subiu para 21.682, sendo que 18.109 em regime fechado ou provisório<sup>27</sup>.

O crescente número de presos tem levado o Governo a construir mais unidades prisionais. Somente nos últimos anos, pelo menos quatro instituições foram inauguradas: Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo (localizada no município de Pacatuba), inaugurada em novembro de 2011; Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto (CPPL III), e Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Penitenciário Elias Alves da Silva (CPPL IV), que começaram a funcionar em julho de 2009, agosto de 2010 e agosto de 2012, respectivamente, sendo todas no município de Itaitinga, na Região Metropolitana de Fortaleza. O quadro abaixo apresenta melhor as unidades prisionais ativas sob responsabilidade da Sejus:

**Quadro 1:** Unidades prisionais cearenses

<b>Nome do presídio</b>	<b>Inauguração</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Localização</b>	<b>Status atual</b>
Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF)	Agosto de 1974/ Nova penitenciária inaugurada em 2000	380 internas	Aquiraz (Região Metropolitana de Fortaleza)	Ativo para fechado e semiaberto (possui Rádio Livre)
Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II)	Setembro de 2002	498 internos	Itaitinga (Região Metropolitana)	Ativo, com parte destinada a semiaberto interdita em agosto 2014
Penitenciária Francisco Hélio Viana	Novembro 2011	500 internos condenados	Pacatuba (Região Metropolitana)	Ativo – regime fechado (possui Rádio Livre)

27 De acordo com reportagem “Número de detentos no Ceará é 74% maior que capacidade de presídios”, publicada no dia 15 de janeiro de 2015 pelo jornal O Povo. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/15/noticiasjornalcotidiano,3377349/numero-de-detentos-e-74-maior-que-capacidade-de-presidios.shtml>>. Acesso em 18 de jan. 2015.

Hospital Geral e Sanatório Penal Professor Otávio Lobo	Setembro de 1968	36 leitos	Itaitinga (Região Metropolitana)	Ativo
Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes	Setembro de 1968		Itaitinga (ao lado do Hospital Geral e Sanatório Penal)	Ativo
Penitenciária Industrial Regional do Cariri	Novembro de 2000	546 internos	Juazeiro do Norte (região sul do estado)	Ativo – regime fechado
Penitenciária Industrial Regional de Sobral	Março de 2002	500 internos	Sobral (região norte do estado)	Ativo – regime fechado
Unidade Prisional Agente Luciano Andrade Lima – antiga CPPL I		900 internos	Itaitinga (região metropolitana)	Ativo – vários regimes
Unidade Prisional Desembargador Adalberto de Oliveira Barros Leal (Carrapicho)	2007	900 internos, mas está em processo desativação para ser Centro de Triagem	Caucaia (entrada do aterro sanitário)	Antes recebia presos provisórios, em fase de mudança para centro de triagem (possui Rádio Livre)
Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto – CPPL II	Julho de 2009	952 internos	Itaitinga	Ativo (Possui Rádio Livre)
Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto – CPPL III	Agosto 2010	952 internos	Itaitinga	Ativo – possui Rádio Livre
Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva – CPPL IV	Agosto de 2012	936 internos	Itaitinga	Ativo – possui Rádio Livre
Colônia Agrícola do Cariri	Década de 1970		Santana do Cariri	Ativo – regime semiaberto

**Fonte:** Produção própria, com informações da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus)

A perspectiva é ainda construir mais unidades: em agosto de 2013, o Governo desativou o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) – penitenciária conhecida pela superlotação e pelo desrespeito aos direitos humanos, interdita após inspeção do Mutirão Carcerário em 2011 – e, no lugar dele, está prevista a construção de outras três unidades, sendo uma de segurança máxima.

Outras duas unidades também já estão em construção: a Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) V, em Itaitinga, com capacidade para cerca de mil internos, e a Cadeia Pública Feminina, em Aquiraz, que deve abrigar 500 detentas.

Controlar esse hiperencarceramento parece ser um desafio para o novo secretário da pasta, o advogado Hélio Leitão<sup>28</sup>. Em entrevista<sup>29</sup>, ele, que já foi presidente da seção cearense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criticou a política de encarceramento em massa: “Se nós não partirmos para uma política de não encarceramento, com a formação de uma nova mentalidade, a gente vai estar construindo (presídios) e enchendo (de presos). Isso vai ser uma espiral sem fim” (2015).

E essa “espiral” parece já se apresentar no Ceará. Isso porque, mesmo com a inauguração de novos prédios, a superlotação ainda persiste. A reportagem do jornal *O Povo* revelou que, dos 21.682 internos do sistema carcerário, 18.109 estão em regime fechado (inclusive privação provisória de liberdade) disputando espaço em penitenciárias e presídios construídos para receber 10.636 presos. Ou seja, o Ceará possui um *déficit* de 7.437. No ano anterior, 2014, o *déficit* era de 3.400 vagas<sup>30</sup>.

Como se pode perceber, o sistema carcerário cresce cada vez mais e a quantidade de prisões e penitenciárias construídas não é suficiente para receber o contingente de presos, nem possuem condições humanas para tal.

Essa situação também é discutida no relatório do Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça. Segundo o documento do programa – que visitou presídios cearenses entre agosto e setembro de 2013 –, seria necessário construir mais seis unidades no estado para corrigir o problema de superlotação nos estabelecimentos prisionais do Ceará.

A superlotação carcerária transgride frontalmente a lei de execução penal, que em seu artigo 92, § único, alínea b, estabelece, como requisito básico das dependências coletivas, um limite de capacidade máxima que atenda os objetivos de individualização da pena. Assim, a superlotação das prisões, além de acarretar o que a exposição de motivos da lei n.º 7.210/84, em seu item de n.º 100, denomina de “sementeiras da reincidência”, desencadeia também, a violação constitucional consistente em impossibilitar a individualização da pena (CNJ, 2013, p. 45).

---

28 Com a eleição do governador Camilo Santana (2015-2018), a então secretária da Justiça e Cidadania, Mariana Lôbo, sai da pasta para, no lugar dela, ocupar o advogado criminalista Hélio Leitão, que já foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do estado do Ceará.

29 Publicada no dia 15 de janeiro de 2015 pelo jornal *O Povo*.

30 Reportagem: “Ceará tem 19.392 presos, o maior número da história”, divulgada no dia 10 de janeiro de 2014.



Como exemplo de número de internos acima da capacidade de vagas o relatório do CNJ citou a situação da Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Penitenciário Luciano Andrade Lima (CPPL I), em Itaitinga. De acordo com o documento do Mutirão, o estabelecimento foi construído para abrigar 900 presos, mas, durante a inspeção realizada em 2013, havia 1.287 internos, sendo 620 pessoas já condenadas.

Outra questão polêmica diz respeito à educação nas prisões. Apesar de o artigo 18 da Lei de Execução Penal (LEP) estabelecer o ensino fundamental como obrigatório, as unidades não apresentavam em dimensão suficiente a assistência educacional ao preso<sup>31</sup>. Segundo relatório do Mutirão Carcerário de 2013, algumas unidades não proporcionavam nenhum tipo de assistência nesse setor, fato que ocorria em: Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Penitenciário Luciano Andrade Lima (CPPL I), Casa de Privação Provisória de Liberdade Desembargador Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal (CPPL Caucaia) e Cadeia Pública de Tianguá.

Algumas unidades, segundo o relatório, sequer possuíam bibliotecas. Era o caso da CPPL I, da CPPL de Caucaia, Cadeia Pública de Tianguá, Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto (CPPL III).

Em relação ao trabalho, o Mutirão Carcerário apontou que os presos no Ceará não têm muitas oportunidades para esse tipo de atividade. Muitos ficam apenas em tarefas internas, como faxina, cozinha e artesanato. De acordo com o relatório, dos estabelecimentos inspecionados, apenas quatro davam oportunidade de trabalho remunerado: Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira (IPPO II), com 10 presos trabalhando em marcenaria e um na lapidação de pedras e fabricação de semi joias; Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, com presas realizando trabalhos artesanais e confecção de peças de vestuário feminino; Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), com 11 presos atuando na área de serigrafia; e Penitenciária Francisco Hélio Viana (Penitenciária de Pacatuba), com 15 presos na cozinha e três na padaria, empregados de empresas terceirizadas.

O relatório de 2013 informa que algumas unidades não davam nenhuma oportunidade de trabalho ao preso, nem mesmo para a remissão da pena, situação evidenciada no

---

31 Aos poucos, essa situação parece estar mudando em algumas unidades, principalmente no que diz respeito a aulas preparatórias para o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Com o incentivo e as aulas, em 2014, 1.167 internos participaram da avaliação com o objetivo de ingressar em instituições de ensino superior.

documento em estabelecimentos como: CPPL I, CPPL III, Penitenciária Industrial Regional de Sobral e Cadeia Pública de Tianguá.

Outras irregularidades apontadas no relatório tratam da restrição de visitas do sexo masculino (podem entrar nos presídios apenas um sábado por mês, das 9h às 12h), e proibição de visitas de adolescentes do sexo feminino, sob a alegação de que já possuem “corpo de mulher”; restrição de horário de banho de sol; e presos do regime semiaberto na mesma unidade que os demais.

Essas situações apresentadas no relatório do Mutirão Carcerário evidenciam as irregularidades presentes nas prisões, lugares que deveriam “ressocializar” os indivíduos. Entretanto, o que fica – muitas vezes aceita pelo senso comum – é a prisão como local de punição e de sofrimento.

Agamben (1998) faz uma releitura da expressão “vida nua” apresentada por Benjamin através da biopolítica de Foucault. Na biopolítica, a vida passa a ser gerida pelo Estado, uma vida que não tem sentido sem o aspecto político. Para Foucault, portanto, a biopolítica é a vida biológica, natural do homem, nos mecanismos de poder.

Agamben aponta que “vidas nuas” são vidas que não podem ser sacrificadas, mas que são “matáveis”, indivíduos cujas mortes são “justificáveis” (e muitas vezes “aprovadas” pela sociedade). Ou seja, os direitos, no nascimento, são iguais para todos, mas apenas alguns são dignos deles. Outros são apenas “vidas nuas”, vidas que não podem ser sacrificadas – visto que são sagradas –, mas que podem morrer, são insignificantes.

Es como si toda valorización y toda “politización” de la vida (tal como está implícita, en el fondo, en la soberanía del individuo sobre su propia existencia) implicase necesariamente una nueva decisión sobre esse umbral más allá del cual la vida deja de ser políticamente relevante, y no es ya más que “vida sagrada” y, como tal, puede ser eliminada impunemente. Toda sociedad fija este límite, toda sociedad – hasta la más moderna – decide cuáles son sus “hombres sagrados”. Es posible, incluso, que este límite, del que dependen la politización y a *exceptio* de la vida natural en el orden jurídico estatal, no haya dejado de ampliarse en la historia de Occidente y se halle presente hoy necesariamente –en el nuevo horizonte biopolítico de los estados nacionales soberanos– en el interior de cada vida humana y de cada ciudadano. La nuda vida ya no está confinada en un lugar particular o en una categoría definida, sino que habita en el cuerpo biológico de todo ser vivo (Agamben, 1998, p. 176-177).

O autor compara as “vidas nuas” aos prisioneiros dos campos de concentração na Alemanha nazista. Nos dias atuais, vê-se que ainda existem “vidas nuas”, seja nos mortos executados no Massacre do Carandiru (em outubro de 1992), na Chacina da Candelária (em

julho de 1993) ou até em casos como o do Sandro do Nascimento, conhecido como sequestrador do ônibus 174<sup>32</sup> (em junho de 2000). São vidas que foram apagadas sob a “justificativa” – do Estado (aqui representado pela polícia e forças de segurança) e da mídia comercial – de manutenção da ordem e da segurança pública.

João Camilo Penna, ao analisar os relatos de sobreviventes do Carandiru, destaca a presença de “vidas nuas” nas prisões brasileiras:

[...] é na existência carcerária, enquanto [sic] laboratório da pobreza brasileira, que vamos encontrar de forma literalmente concentrada a *vida nua* em sua versão contemporânea no Brasil. [...] É na prisão que a normalidade anormal do estado de exceção que regula os bairros pobres, periferias, comunidades e favelas do Brasil se manifesta como um precedente jurídico para a vida fora do complexo penitenciário (Penna, 2013, p. 30, grifos do autor).

Para o autor, episódios como o Massacre do Carandiru mostram que os presos no Brasil vivem em um “estado de exceção permanente, completamente fora do regime regular de cidadania que é seu direito constitucional” (Penna, 2013, p. 139). Execuções, torturas, falta de higiene e condições insalubres configuram o desrespeito aos direitos humanos recorrentemente encontrado nas prisões brasileiras.

### 1.3.2 O perfil do preso no Ceará

A Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) do Ceará divulgou, em 2014, um Censo Penitenciário realizado nos anos de 2013 e 2014 no estado. Optou-se por discutir aqui os principais pontos trazidos nesse trabalho por considerar uma forma de “conhecer” e “adentrar” nesse espaço tão fechado e obscuro que é o sistema penitenciário. Neste caso, a ideia é conhecer um pouco quem são esses presos, de onde vêm e o que fazem.

Com base em entrevistas com 12.040 presos<sup>33</sup>, o Censo Penitenciário cearense destaca

32 Os três episódios, em ordem cronológica: Massacre do Carandiru: ocorreu em 2 de outubro de 1992, no Pavilhão 9 da casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo (SP). O Massacre, como ficou conhecido, ocorreu após uma operação policial entrar na unidade para conter uma rebelião. Pelo menos 111 internos (embora alguns relatos afirmem que o número é maior) foram mortos. Na Chacina da Candelária, em 1993, oito jovens (seis menores de idade) sem-tetos foram executados por policiais militares em frente a igreja da Candelária, no Centro do Rio de Janeiro (RJ). Em 2000, Sandro do Nascimento, “sobrevivente” da Candelária, tentou assaltar o ônibus da linha 174, no Rio de Janeiro. O crime se transformou em um sequestro, com pessoas mantidas reféns no veículo. A operação policial, registrada ao vivo pelas câmeras de televisão, resultou na morte de uma refém. Como “desfecho”, policiais asfixiaram Sandro na viatura, antes mesmo de chegar à delegacia.

33 De todo o sistema carcerário cearense sob responsabilidade da Sejus, incluindo CPPLs, penitenciárias, cadeias públicas, distritos policiais, e hospital e manicômio judiciário.

questões como história de vida, dados processuais, relações familiares, reincidência no crime e atividades laborais dos internos. Acredita-se que, no caso da presente pesquisa, esses dados se mostram relevantes, pois destacam o perfil dos presos do sistema carcerário cearense, incluindo aí os prováveis ouvintes da Rádio Livre, objeto em questão desta pesquisa.

É de conhecimento que a população no sistema (principalmente quem está em privação provisória de liberdade) não é fixa, mas, mesmo assim, esses dados se mostram importantes para se ter uma noção mais “real” do perfil do preso. No início do Censo, em janeiro de 2013, a população carcerária, sob responsabilidade da Sejus, no estado somava 12.633 pessoas. Dessas, a equipe conseguiu entrevistar 12.040, sendo que 4,7% não quiseram ou desistiram de participar.

De acordo com o censo, a maior parte dos presos no Ceará (64,4%) se concentra na Região Metropolitana de Fortaleza. As unidades que possuem maior número de presos são as Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPLs), que, na época, eram cinco (com a de Caucaia, que posteriormente foi desativada para se transformar em centro de triagem).

Dos 12.040 entrevistados, a pesquisa revelou que 11.457 eram homens com idade média de 30,2 anos. Já entre as 583 mulheres, a idade média era de 31,1 anos. Do total, a faixa etária predominante era de 22 a 29 anos, o que mostra que, de fato, a maior parte da população carcerária é formada por jovens.

A pesquisa também levou em consideração o local onde moravam antes da prisão. Mais da metade dos entrevistados (57%) informou que morava na Região Metropolitana de Fortaleza, com destaque principalmente para a capital. Em relação a Fortaleza, o trabalho dividiu os moradores por regionais e, depois, por bairros. É interessante observar que, nesse aspecto, a regional com maior número de pessoas presas é a VI, a maior da capital e a que reúne os bairros mais afastados do Centro<sup>34</sup>.

No âmbito geral da cidade, os bairros que mais aparecem no censo são os de periferia – e os que recorrentemente são classificados nos jornais da cidade como violentos –, como Pirambu, Barra do Ceará, Praia do Futuro, Papicu, Bom Jardim, Messejana e Barroso.

Outro ponto que merece destaque é a religião. Importante não só por fazer parte da

---

34 O município de Fortaleza é dividido em sete regionais, de acordo com divisão realizada pela Prefeitura da cidade: Regional do Centro; Regional II, formada por 15 bairros do extremo Oeste da cidade; Regional III, composta por 20 bairros (a maioria considerada nobre); Regional IV, que abrange 17 bairros; Regional V, composta por 19 bairros; Regional VI, com 18 bairros; e a Regional VII, formada por 29 bairros, com população estimada em 600 mil habitantes, é a maior regional da cidade, abrangendo 42% do território da cidade. Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais>>. Acesso em: 19 de maio de 2015.

vida e da construção de identidade da pessoa, mas também do ponto de vista desta pesquisa sobre a Rádio Livre, visto que boa parte da programação compõe-se de músicas religiosas (principalmente cristãs). De acordo com o censo, a maior parte dos presos se apresenta como católica (43,9%). A religião que se segue também é cristã: 25,6% se declararam evangélicos.

É importante lembrar, entretanto, que a religião ainda é um tema que gera discussão e é, muitas vezes, alvo de discriminação. E, por isso, algumas religiões podem ter sido “subnotificadas”. Mesmo assim, chama a atenção o número de pessoas que afirmaram que não têm religião: 3.254, o que equivale a 28% do total, mais até do que os que se declararam evangélicos.

Apesar de a maioria ser solteira (47,1%), casados (12,2%) e em união estável (36,2%) superam juntos os primeiros. 2,9% se declararam homossexuais ou bissexuais. Em relação à cor da pele, 34,2% se autodeclararam pardos ou indígenas, 29,5% amarelos ou asiáticos, 18,9% brancos e 13,9% negros.

A situação prisional dos internos mostra que os presos provisórios (49,1%) são maioria no sistema carcerário cearense, seguidos de apenados (42,5%), e que estão no regime semiaberto, mas recolhidos no sistema (5,2%). 2,5% não souberam informar a situação prisional.

Outro dado relevante é o tipo de crime cometido. Apesar de crimes contra a pessoa serem os que mais chamam a atenção da mídia comercial e que revolta a sociedade, são os crimes contra o patrimônio que surgem em primeiro lugar no *ranking* de infrações praticadas por pessoas do gênero masculino.

Segundo o Censo da Sejus, entre os homens, 5.527 cometeram crimes contra o patrimônio, 2.907 contra a pessoa, e 2.267 relacionados a drogas. Entre as mulheres, os crimes relacionados a entorpecentes está em primeiro lugar, com 334, seguido de crimes contra o patrimônio, 163, e, por último, crimes contra a pessoa, com 59.

Apesar de 1.868 pessoas não saberem a renda familiar mensal, 4.763 revelaram que a renda familiar era até dois salários-mínimos. A maioria (55,1%) é reincidente, ou seja, já foi presa mais de uma vez.

De acordo com a pesquisa, 20,9% das pessoas estão presas de um a seis meses, enquanto que 25,2% estão de um a dois anos, e 23,4% estão de cinco a oito ou mais anos. O número de visitas é baixo no sistema carcerário. Mais de 50% dos entrevistados afirmaram que não recebem visitas. Por outro lado, 30% disseram receber visitas semanais.

Os números de presos que estudam não se mostram animadores. Mesmo com o baixo índice de escolaridade, ainda são poucos os privados de liberdade envolvidos em atividades educativas: de acordo com o Censo, 88,2% dos presos não estudam nas unidades prisionais e 91,6% não fazem cursos profissionalizantes. E o nível de escolaridade não é elevado: 52,5% não concluíram o ensino fundamental, e 14,2% têm ensino médio incompleto. Apenas 0,3% declarou possuir ensino superior completo.

Em relação ao trabalho, o Censo mostra que 72,7% dos internos estavam trabalhando no momento da prisão. Entretanto, há um destaque para o elevado índice de pessoas que tiveram experiências apenas em atividades informais antes da prisão. De acordo com a pesquisa, 60,3% nunca tiveram experiência de trabalho formal (incluindo quem não estava trabalhando no momento da prisão).

De um modo geral, o que se percebe com relação à população carcerária do estado é a alta incidência de vínculos laborais precários, denotados, principalmente, pela maioria de situações de informalidade antes do encarceramento. Ainda que a informalidade, de per si, não possa ser tomada como um fator de marginalização pode associar-se a outros dados, como a baixa escolaridade [...] que contribuem em conjunto para uma condição de maior vulnerabilidade social (Sejus, 2014, p. 81).

Todos esses fatores – contratos trabalhistas informais, baixa escolaridade e rendimento familiar de no máximo dois salários-mínimos, além da pouca profissionalização – evidenciam que a população carcerária cearense é composta, principalmente, pela parcela da população mais vulnerável.

A situação se agrava ao se constatar que a maioria dos internos entrevistados (85,7%) nunca realizou atividades laborais dentro das unidades, enquanto que somente 14,3% trabalham ou já trabalharam dentro dos presídios.

É interessante observar a descrição que a pesquisa faz das celas dos presídios:

Dentro das celas, encontram-se símbolos e vestígios de uma tentativa por parte do que está isolado de manter um tênue fio com a sociedade que os tenta alijar. Observam-se afixadas nas paredes páginas de revistas com fotografias, nomes de familiares ou ente queridos, versículos bíblicos, frases de incentivo, nomes de baixo calão, riscos com a contagem dos dias ali passados. Também é comum encontrar um televisor (Sejus, 2014, p. 135).

Trata-se de uma tentativa de manter o contato com o “mundo lá fora” ao mesmo tempo em que colocam um pouco de si no ambiente, como forma de demarcar território e reafirmar a

identidade. Também uma forma de se expressar e de se comunicar, de ouvir e de ser “ouvido” ou “lido”.

#### **1.4 O papel da Sejus no contexto carcerário cearense**

No Ceará, a Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) é responsável pela “manutenção, supervisão, coordenação, controle, segurança e administração” do Sistema Penitenciário cearense. Ou seja, compete a ela garantir o cumprimento das penas colocadas pelo sistema Judiciário.

Além de administrar a execução penal, de acordo com o sítio eletrônico<sup>35</sup>, a Sejus também coordena programas em defesa dos direitos humanos e de promoção da cidadania, tais como: Programa de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas (Provita), Casas do Cidadão, Caminhão do Cidadão<sup>36</sup>, Escritório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos, e Escola de Formação para a Gestão Penitenciária.

Também responde pela coordenação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho Penitenciário do Estado do Ceará, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, além da Comissão Especial de Anistia e do Centro de Referência e Apoio à Vítima de Violência.

A Sejus, no âmbito penitenciário, desenvolve ações e projetos com o objetivo de “colaborar para a recuperação social do preso”. Através da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e Egresso (Cispe), desenvolve ações de capacitação e atividades laborais tanto para os que estão no sistema como para os que já saíram de lá.

Alguns deles são: Acordes para a Vida (aulas de violão para internos); Arca das Letras (produção de arcas que são utilizadas como bibliotecas); Batalhão Ambiental (limpeza de parques públicos); Brincar Vir Ver (ações para filhos de internas de até 11 anos de idade); Cores da Liberdade (parceria com empresas privadas que capacitam os internos para o trabalho com pintura e pintam as paredes das unidades); Fabricando Oportunidades (trabalho de artesanato dentro das unidades); Lapidar (fabricação de joias e lapidação de pedras); Maria Marias (cursos para mulheres em áreas como teatro, coral, dança de salão, além de capacitação profissional em construção civil, jardinagem, informática, culinária e estética);

---

35 Secretaria da Justiça. Disponível em: [www.sejus.ce.gov.br](http://www.sejus.ce.gov.br). Acesso em: 27 de jan. 2015

36 Casas e Caminhão do Cidadão são programas onde as pessoas podem tirar carteira de identidade, título de eleitor e outros serviços no mesmo lugar.

Mãos que Constroem (capacita internos e egressos na construção civil de obras públicas, como Arena Castelão e Veículo Leve sobre Trilhos – VLT); Plantando o Amanhã (curso de jardinagem para pessoas dos regimes aberto e semiaberto); Oficina de Serigrafia. Ainda existem outros projetos como: Vozes da Liberdade (coral), Grafitart (técnicas de grafite) e o Polo de Inclusão Social do Preso e Egresso (ligado à área agrícola).

Vale destacar também que a Secretaria possui convênios com empresas privadas para a utilização de mão de obra encarcerada em setores como confecção, padaria e fabricação de produtos de limpeza. Um exemplo dessa parceria ocorre entre o Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF) e a empresa de confecção feminina Famel. Internas trabalham na fabricação de roupas da grife dentro da unidade e, em troca, recebem  $\frac{3}{4}$  de salário-mínimo (remuneração mínima determinada pela Lei de Execução Penal – LEP nº 7.210/1984) e remissão de pena (um dia a menos para cada três dias trabalhados).

É nesse contexto se que se insere a Rádio Livre, que será examinada no próximo capítulo. Inaugurada oficialmente em 10 de janeiro de 2013, a rádio leva música e informação a internos de unidades penitenciárias da Região Metropolitana de Fortaleza.

O projeto, da Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo do Ceará, funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, com o objetivo de contribuir para a (re)integração dessas pessoas, possibilitando um “contato” com quem está fora do sistema carcerário. Conta com programas de música, entretenimento, religião, saúde, educação, curiosidades e assuntos relacionados à Justiça.

Além de um jornalista responsável pela produção e pela locução de programas, a iniciativa conta ainda com dois funcionários: um egresso do sistema penitenciário, responsável pela parte técnica e produção e apresentação de programas de entretenimento; e uma apresentadora e produtora que está em regime semiaberto. Além do trio, a rádio tem a colaboração de funcionários da própria Sejus e de integrantes de comunidades religiosas<sup>37</sup>.

De acordo com o site da Secretaria<sup>38</sup>, cerca de seis mil internos ouvem a programação da rádio através de 250 caixas de som espalhadas por vivências das seis unidades que participam do projeto: Casas de Privação Provisória de Liberdade II, III e IV, em Itaitinga, e Centro de Triagem, em Caucaia, conhecida como “Carrapicho”; Penitenciária Francisco Hélio

---

37 Os programas religiosos são majoritariamente evangélicos e católicos (em entrevista realizada em janeiro de 2014, os produtores da rádio afirmaram que ainda existia um programa dedicado aos espíritas, mas não estava indo ao ar por problemas de compatibilidade de horários do grupo espírita com a equipe da rádio).

38 Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/component/content/article/54-categoria-video/1268-radio-livre>> Acesso em: 11 jun. 2013.



Viana de Araújo, em Pacatuba; e Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF). Mais recentemente, o prédio do Núcleo da Defensoria Pública de Execuções Penais também passou a transmitir a programação da radiadora.

## **2. UMA RADIADORA NAS PRISÕES CEARENSES**

A Rádio Livre é um projeto da Secretaria da Justiça e Cidadania do Ceará (Sejus). Apesar de ser pioneira no Estado, não é a primeira experiência de comunicação nos presídios brasileiros nem o único veículo de comunicação a que os internos têm acesso para saber o que se passa fora das unidades prisionais.

Este capítulo pretende apresentar essas iniciativas e um breve histórico do surgimento da Rádio Livre. Além de pesquisa bibliográfica, com destaque para notícias divulgadas pela mídia cearense, algumas entrevistas foram feitas com produtores, apresentadores e o próprio idealizador da Rádio. O objetivo foi conseguir o máximo de informações sobre a origem e o caminho percorrido pela Rádio Livre até aqui.

Cerca de seis mil internos escutam a programação da rádio através de 250 caixas de som espalhadas por vivências das seis unidades que participam do projeto: Casas de Privação Provisória de Liberdade II, III e IV, em Itaitinga (distante 25 km de Fortaleza), e Casa de Privação Provisória de Liberdade, em Caucaia (a 16 km da capital cearense), conhecida como “Carrapicho”; Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo, em Pacatuba (a 25 km de Fortaleza); e Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), também em Itaitinga.

A transmissão do sinal é via internet. Assim, a programação vai do estúdio localizado na sede da Secretaria, em Fortaleza, para as unidades. Trabalhadores da Sejus podem ouvir e participar da programação pela intranet. Já familiares e as demais pessoas externas ao sistema penitenciário têm acesso aos programas pelo sítio eletrônico da Sejus e em caixas de som instaladas nas entradas das unidades e na recepção do Núcleo de Execuções Penais (Nudep) da Defensoria Pública do Estado do Ceará, em Fortaleza, apenas em dias úteis.

### **2.1 Rádio: o companheiro dos atarefados e dos solitários**

Ferraretto e Kischinhevsky (2010, p. 1009-1010) consideram rádio um “meio de comunicação que transmite, na forma de sons, conteúdos jornalísticos, de serviço, de entretenimento, musicais, educativos e publicitários”. Apesar de a rádio em questão funcionar através de alto-falantes e com acesso também pela Internet, isso não reduz o conceito, pois a tendência atual é compreender o rádio como “uma linguagem comunicacional específica, que

usa a voz (em especial, na forma da fala), a música, os efeitos sonoros e o silêncio, independentemente do suporte tecnológico ao qual está vinculada” (Ferraretto; Kischinhevsky, 2010, p. 1010).

Dessa forma, atualmente se considera rádio desde as tradicionais frequências AM e FM até concepções mais atuais, como *webrádios* e *podcastings* (Ferraretto; Kischinhevsky, 2010). A Rádio Livre possui características específicas. No caso, ela também é conhecida como radiadora. A expressão, apresentada no próprio sítio eletrônico da Sejus, refere-se, no Ceará, ao sistema de alto-falantes e, em alguns lugares, também recebe o nome de amplificador (Oliveira, 2002).

Mesmo com o surgimento e a difusão de outras tecnologias, o rádio ainda é um dos meios mais acessíveis, porque está ao alcance da maioria da população devido ao baixo custo e ao fácil acesso. Além disso, chega a quase todas as localidades e não precisa saber ler ou escrever para acompanhar as informações transmitidas.

Além da acessibilidade, o timbre de voz do locutor e outros recursos sonoros dão uma sensação de aproximação entre emissor e receptor. Em algumas casas, o rádio serve como despertador, como companheiro para ajudar a dormir; algumas pessoas enviam pedidos de ajuda ou conselhos, outras utilizam-no simplesmente como som ambiente ou como companhia para não se sentirem sozinhas.

Abreu e Bertolini (2011) destacam que o rádio possui uma oralidade “aparente ou virtual”. Ou seja, a produção e a locução no rádio, a partir de recursos técnicos, tais como de tom da voz, pausas e efeitos sonoros, tentam “simular” a coloquialidade, uma forma de tentar se aproximar do ouvinte e fazer com que ele se identifique com o que está sendo dito.

No caso dos comunicadores, o uso da função fática de linguagem – aquela em que o emissor se dirige diretamente ao interlocutor – tenta estabelecer um vínculo com o ouvinte, tratado no singular. “Você, que está aí em casa ou no trabalho”. Do ponto de vista do ouvinte, tem-se a impressão de uma conversa, ou seja, de uma relação de mão dupla, pontuada por efeitos de mesa e trilhas sonoras (Abreu; Bertolini, 2011, p. 17).

O rádio também desperta interesse por estimular a imaginação do ouvinte e também pela facilidade de prender e desprender a atenção. Quantas vezes não “imaginamos” o tipo físico do locutor ou locutora ou as cenas descritas em uma notícia? E quantas vezes também “grudamos os ouvidos” no aparelho sonoro para prestar atenção em uma entrevista ou notícia e outras vezes deixamos o aparelho ligado sem nem perceber que ele está ali?

Ele acompanha a pessoa nas atividades do dia a dia, principalmente pelo fato de permitir atenção compartilhada, informa sobre os principais acontecimentos, servindo de “canal” entre ouvinte e mundo externo, tal como lembra Mario Kaplún:

Cuando se analiza la forma en que la gente escucha radio y las razones por las que lo hace, se descubre que estas son en realidad ambivalentes y más complejas de lo que aparecen a primera vista. No toda la relación del oyente con la radio se sustenta en actitudes tan triviales, de mera procura de placer y facilidad. Para el oyente, la radio es también una compañía, una presencia en su vida con la que él establece relaciones que responden a necesidades culturales y a motivaciones psicológicas hondas (Kaplún, 1999, p. 80).

Meio de comunicação sonora, o rádio tem o papel de aguçar o sentido da audição do ouvinte. Como não é possível ver, muitas vezes a imaginação completa a descrição de cenas apresentadas pelos locutores ou pelo fundo sonoro de uma matéria ou programa. É interessante, por exemplo, lembrar das “surpresas” que os ouvintes têm quando conhecem o locutor que os acompanha diariamente<sup>39</sup>.

Grisa (2003), ao investigar a audiência popular de uma emissora radiofônica do Rio Grande do Sul, constata dez “sentidos” da escuta da rádio de audiência popular: lúdico, afetivo, ritualização, parceria, comunhão, distinção social, reconhecimento, segurança ontológica, pedagógico, e solidariedade. Mesmo que esses sentidos não sejam observados em todas as rádios, é interessante detalhá-los neste trabalho para conhecimento do que o rádio, segundo Grisa, é capaz de despertar.

O primeiro “sentido” apresentado pelo pesquisador a partir de conversas com ouvintes da Rádio Farroupilha, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), é o da solidariedade. Segundo o autor, muitos ouvintes enxergam a rádio como “promotora de *ajuda*” (2003, p. 234), que realiza ações sociais ou divulga histórias de pessoas que estão com problemas com o objetivo de que alguém possa se solidarizar. A perspectiva, aqui, é de serviço, de colaboração entre pares, como ocorre com a Rádio Livre quando divulga campanhas e ações para arrecadar livros para as bibliotecas dos presídios.

O sentido lúdico, apresentado por Grisa, refere-se ao rádio como fonte de entretenimento, sendo muitas vezes utilizado em momentos de lazer e descontração, para

---

39 Um caso foi quando vi pela primeira vez o apresentador da Rádio Livre Gilson Lamark. Ao escutar a voz do apresentador todas as manhãs pela internet, imaginava ser um homem forte e alto. Quando o vi pela primeira vez, em janeiro de 2015, no entanto, percebi que era “um pouco” diferente do que imaginara: estatura mediana e magro, aparentemente mais jovem do que esperava.

aliviar as tensões cotidianas e até como forma de passatempo, algo fundamental no ambiente carcerário, onde muitos acabam passando muito tempo no ócio.

Outro sentido, já abordado aqui por outros autores, é o afetivo. Para Grisa, nesse sentido, o rádio “vai se configurar como promotor da intimidade, permitindo às ouvintes o estabelecimento de uma relação com o meio através de laços predominantemente emocionais” (2003, p. 242-243). Locutor e ouvinte estabelecem, em vários momentos, uma relação de intimidade, de admiração e até mesmo de experiências pessoais, seja através de cartas enviadas à produção ou por meio de participação nos programas. A voz do locutor se torna conhecida e reconhecida pelos ouvintes assíduos de determinado programa. Ela é companheira e também a que desperta a imaginação do ouvinte e, em alguns casos, estabelece uma relação de amizade entre ouvintes e locutores.

Esse sentido também é observado na Rádio Livre. Foi o caso, por exemplo, da mãe de um egresso e da equipe da Rádio Livre. De tanto a ouvinte ligar e enviar recados para o filho que estava preso, ela foi convidada a participar de algumas ações da radiadora nas unidades prisionais e passou a frequentar o estúdio da rádio para conversar com os apresentadores.

Outro aspecto abordado pelo autor é o da distinção social, que pode ser percebida a partir do consumo. Consumir determinados produtos por opção pode gerar *status* (em determinados contextos). Por exemplo, o fato de possuir o aparelho de rádio e o de escolher determinados programas que vai ouvir. Amparado nos estudos de Martín-Barbero (*apud* Grisa, 2003), o pesquisador diz que “o que se consome materialmente ou simbolicamente e o modo como se consome constroem um espaço onde é possível demarcar diferenças, distinguir-se do outro e afirmar essa distinção” (Grisa, 2003, p. 147).

Nas prisões, essa distinção pode ser percebida, por exemplo, entre os internos que possuem aparelho de rádio a pilha. Num contexto em que a maioria é pobre, o aparelho sonoro, em muitos casos, não aparece como prioridade entre os itens enviados pelas famílias às unidades. Em muitos casos, não há condições de mantê-lo funcionando devido ao custo de manutenção e de compra de pilhas. Em determinadas situações, o rádio também é considerado moeda de troca<sup>40</sup>.

---

40 Durante entrevista à mãe de um interno do sistema prisional cearense, questionou-se o uso de rádios a pilha no presídio. A resposta obtida foi justamente que poucos conseguiam manter o aparelho devido ao custo das pilhas: “Eles levavam aquelas [pilhas] assim que quase não dava pra nada. Então, quer dizer, a maioria passava dias sem ligar o rádio. Porque, como é que eles vão manter?” (Entrevista realizada no dia 21 de abril de 2014). Em outros casos, o rádio é utilizado como moeda de troca por droga ou proteção de presos mais antigos ou que têm mais poder dentro da prisão.

Grisa também aponta que o rádio desperta o sentido de reconhecimento. Para ele, esse sentido faz parte de uma noção de identidade dos ouvintes que tanto reconhecem a programação da rádio (de já saber qual programa vai passar ou qual o locutor de cada programa) como também se reconhecem nela, como se fizessem (e alguns, de fato, fazem) parte da ação.

É a construção de um sentido que se inicia – ou termina, não importa, trata-se de um processo – com o receptor identificando gêneros, linguagens, códigos (...). Pode, inclusive, ocorrer um uso direto dos elementos identificados, dando-lhes uma funcionalidade, permitindo ao ouvinte intensificar sua interação com o meio (Grisa, 2003, p. 248).

Também compreende uma noção de identidade, para o autor, o sentido de “segurança ontológica”, ao dizer que, se por um lado, pode existir um sentido de diferenciação entre as pessoas; por outro, o rádio também pode despertar a certeza de uma identidade humana, aproximando as pessoas a partir de elementos que comungam entre si, percebendo que, antes de tudo, são seres humanos.

Grisa (2003) ainda destaca outros sentidos, como o de parceira, já destacado aqui pela perspectiva de rádio companheiro, que acompanha a pessoa nas atividades do dia a dia, no deslocamento ao trabalho ou até mesmo ao dormir, como forma de a pessoa não se sentir sozinha; o sentido pedagógico, de ensinar ou transmitir aos ouvintes informações que podem ser úteis para o cotidiano (ou até mesmo no sentido mais educacional mesmo, com aulas transmitidas pelo rádio, como já ocorreu em outros tempos e ainda ocorrem em programas com dicas para vestibular ou pra o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem<sup>41</sup>).

Há ainda o sentido de comunhão, de partilha de algo em comum, seja do local onde vive, seja dos assuntos abordados na rádio e que são divididos com outros ouvintes. Para o autor, o rádio pode ser considerado um instrumento que une a pessoa à comunidade, o individual ao social. E, por fim, ele também cita o sentido de ritualização, que era mais presente antigamente, quando a escuta do rádio era coletiva<sup>42</sup> de modo que todos se reuniam

---

41 Vale destacar que a própria Rádio Livre faz uso desse sentido, transmitindo aos internos do sistema prisional dicas para o Enem, com participação de professores do próprio sistema. Cf: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2014-12/domingo-radio-livre-prepara-presos-para-o-enem>>. Acesso em: 21 de mai. 2015. Num sentido mais geral, a radiadora também se utiliza do caráter pedagógico nas campanhas de utilidade pública, como as que dão dicas de como prevenir doenças sexualmente transmissíveis e de combater o mosquito da dengue, por exemplo.

42 Se antes a escuta era coletiva e o rádio ocupava o lugar central da sala, hoje, o equipamento é, muitas vezes, individual e móvel, podendo ser ouvido no trajeto de casa para o trabalho, em estádios de futebol, no carro ou até mesmo pelo celular, o que mostra essa mudança no hábito de escuta. Assim, o “ritual” da escuta, de várias pessoas reunidas em silêncio ao redor do equipamento sonoro foi, aos poucos, sendo modificado e

em um mesmo lugar para ouvir o programa, numa espécie de ritual e de encontro de pessoas. Esses dois sentidos também podem ser observados na Rádio Livre quando os internos se reúnem para ouvir os recados de familiares e amigos, já que a escuta se dá de forma coletiva.

Ferraretto (2007) chama a atenção para as contribuições de Harold Mendelsohn ao observar as funções do rádio que pode, ao mesmo tempo, ser uma companhia para as atividades cotidianas e despertar o sentimento de pertencimento a um grupo. A pessoa pode, por exemplo, ouvir rádio apenas para não se sentir sozinha (como companhia) como também pode ouvir com o sentimento de que faz parte de um grupo, já que a mesma informação é compartilhada com vários ouvintes e, muitas vezes, as emissoras têm um público com interesses parecidos (como rádios voltadas para jovens ou emissoras religiosas). Dessa forma, o ouvinte também pode se sentir “parte” de um grupo ou comunidade<sup>43</sup>.

Kaplún (1999) também destaca alguns aspectos ligados ao rádio. Para ele, por ter o caráter de despertar apenas a audição, o rádio apresenta várias possibilidades e recursos, como o poder de sugestão (que aguça a imaginação do ouvinte), a identificação, a empatia e a relação afetiva. Há uma identificação com locutores, determinados programas ou personagens, que oferece ao ouvinte uma relação afetiva, de proximidade com o locutor.

Por outro lado, o fato de ser unissensorial e utilizar apenas a audição também pode comprometer a concentração do ouvinte. Como não utiliza a visão, fica mais fácil a pessoa se distrair com outras coisas, o que faz com que um grande desafio do rádio seja justamente manter o ouvinte atento às mensagens (Kaplún, 2008; Ávila; Hernández, 2013), sem se tornar algo chato ou cansativo.

O rádio, como destaca Kaplún (1999), ainda possui outras limitações, como a fugacidade da informação, ou seja, o ouvinte, diferentemente do leitor, não pode “reouvir”<sup>44</sup> o que foi dito. Assim, uma frase ou palavra mais complexa pode “perder-se” no caminho, e a

---

individualizado, com cada pessoa fazendo um uso diferente e de modo distinto do rádio (cada um coloca na emissora que mais gosta e escuta de modo diferente, uns mais atentos, outros apenas como “música de fundo”).

43 Isso fica bem evidente, por exemplo, nas redes sociais, onde há páginas ou comunidades das próprias emissoras, em que os ouvintes podem trocar mensagens e compartilhar opiniões sobre determinado assunto. Assim, ao mesmo tempo em que se identifica (publicamente) como ouvinte de determinada rádio, ainda conhece e interage com outras pessoas do “mesmo grupo”.

44 Nesse aspecto, é interessante lembrar que se fala do rádio aberto tradicional, pois, em alguns casos, nos dias atuais, já é possível ter acesso às matérias e reportagens (ou até mesmo a programas) que foram transmitidas pelo rádio. Algumas emissoras radiofônicas já possuem, por exemplo, páginas na internet em que disponibilizam algumas reportagens e entrevistas já exibidas. É o caso, por exemplo, da Rádio CBN (<http://cbn.globoradio.globo.com/>) e da Radioagência Nacional (<http://www.radioagencianacional.ebc.com.br/>). Acessos em: 21 de mai de 2015. Lembrando que, em alguns casos, também é possível ouvir a mesma programação ao vivo pela internet.

informação não chega a ser absorvida corretamente. Ou mesmo a chance de o ouvinte mudar de estação ou desligar o aparelho por não compreender a mensagem se torna maior.

Essa limitação favorece o uso da redundância para tornar tudo mais simples, o que, algumas vezes, significa ser mais direto, repetir mais as informações e não trabalhar com vários conceitos ao mesmo tempo.

Esses aspectos são relevantes no caso em questão porque a Rádio Livre se destina a um público privado de liberdade – daí a importância do rádio como companheiro e como elemento de contato com a realidade fora da instituição.

## 2.2 Outras experiências de rádio em presídios

A Rádio Livre não é a primeira radiadora a funcionar em presídios no Brasil. Outras experiências em estados como São Paulo e Paraíba já ganharam repercussão nacional e passaram muitos anos no ar. No entanto, não tiveram continuidade por questões diversas – pela superlotação nos presídios, falta de apoio do governo ou pela não renovação da equipe responsável.

Uma dessas experiências ocorreu em 2007 e 2008 na Cadeia Feminina de Votorantim, em São Paulo, com a rádio “Povo Marcado: a voz da mulher encarcerada”<sup>45</sup>. Com um computador e uma mesa de som, as internas produziam programas radiofônicos a partir das próprias celas. Faziam reportagens, recebiam personalidades para entrevistas e produziam programas que eram transmitidos pelas rádios comunitárias da cidade.

O projeto, desenvolvido pela Secretaria de Cultura de Votorantim em parceria com a Delegacia Central, contava com o apoio de uma equipe voluntária, que ajudava na parte técnica e na produção de materiais jornalísticos. A rádio, que foi tema de documentário<sup>46</sup> produzido por jornalistas voluntários do projeto, mais tarde se transformou em programa televisivo, a “TV Cela”<sup>47</sup>, transmitida por uma TV Comunitária local, que seguia os mesmos moldes de participação das internas no processo de produção<sup>48</sup>.

---

45 Informações no blog “Povo marcado”. Disponível em: <<http://povomarcado.blogspot.com.br/>>. Último acesso em: 29 de abr. 2014.

46 O documentário sobre a rádio Povo Marcado pode ser assistido pela internet através do endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=h6k19bK9qfU&list=PL312651BFF5F2D5A2>>. Acesso em: 29 de abr. 2014.

47 Informações no blog: <<http://projetotvcela.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 29 de abr. 2014.

48 Em contato com a equipe responsável pelo projeto através de correio eletrônico, em 2011, soube-se que o projeto passava por dificuldades por falta de verba e de profissional voluntário para a parte de edição. Na época, a cadeia pública de Votorantim passava por um processo de interdição, e o projeto ficou apenas do



Outra iniciativa que também tem o protagonismo de presos ou que é destinado a eles foi a Rádio Alternativa Esperança<sup>49</sup>, desenvolvida pela Vara de Execuções Penais de Guarabira, município paraibano localizado a 98 quilômetros de João Pessoa. Idealizada pelo juiz Bruno Azevedo, então na 1ª Vara da Comarca de Guarabira, a rádio levou, de 2006 ao final de 2012, música e informação a presos e comunidades da cidade. A rádio destinava-se aos internos dos presídios João Bosco Carneiro e Vicente Carneiro de Pontes (mais conhecido como Presídio Regional) e para a população de Guarabira de modo geral. A programação era transmitida através de caixas de som espalhadas pelos dois presídios e pelas ruas da cidade.

Ao todo, eram 57 caixas de som, sendo 47 espalhadas pelas ruas do Centro de Guarabira e pelos conjuntos Clóvis Bezerra, Lucas Porpino e Antonio Mariz – comunidades com maior número de familiares de detentos – três no Presídio Regional, e sete no João Bosco Carneiro. A iniciativa funcionava de segunda-feira a sábado, das 7h às 18h. Instalada em uma sala no Fórum da cidade, possuía equipamentos doados e existia graças à ajuda de voluntários. Com o slogan “a voz da liberdade e ressocialização”, a rádio transmitia aos ouvintes programas de esporte, música, religião e de notícias.

Os microfones da rádio ficavam “abertos” à comunidade. Familiares que queriam mandar recados para os internos podiam utilizar a rádio, assim como grupos e organizações interessadas em produzir programas. No caso dos presos, sugestões, pedidos de músicas e críticas eram feitos através de cartas.

Como o espaço físico da rádio era no fórum, sendo, portanto, fora do presídio, os internos que atuavam na iniciativa<sup>50</sup> – geralmente já em regime semiaberto – precisavam se deslocar até o fórum, o que demonstrava que nem todos os presos podiam participar da rádio – era necessário demonstrar confiança e interesse em participar do projeto.

A iniciativa, porém, não seguiu em frente. Em janeiro de 2013, após contato telefônico com o juiz responsável pelo projeto, a pesquisadora foi informada de que a rádio estava sem funcionar devido à mudança de comarca do juiz. Tal situação revela que iniciativas como essa

---

lado de fora (com edição, distribuição e veiculação dos programas). Desde então, o blog não foi mais atualizado e não se tem mais informações sobre a continuidade da iniciativa.

49 Para mais informações sobre a rádio, cf: LEITE, Marta Thais. **A voz da liberdade**: como uma rádio pode ressocializar presos em Guarabira/PB. Olinda: Livro Rápido, 2011.

50 A participação dos presos se dava tanto através de cartas com sugestões, críticas e pedidos como por internos voluntários que iam ao Fórum operar o equipamento de som ou fazer a locução dos programas. Um exemplo de preso que trabalhou na rádio foi Marconi Macena. Hoje egresso do sistema prisional, ele foi locutor desde a criação da rádio, em 2006, indo todos os dias ao Fórum de Guarabira para apresentar programas. Mesmo em liberdade, Marconi seguia ajudando a rádio e ainda convidou o filho adolescente para colaborar como voluntário.

em presídios são apenas políticas de gestão que, infelizmente, não dão continuidade após a ausência dos idealizadores<sup>51</sup>.

### 2.3 Programas de outras rádios com população carcerária como público-alvo

A Rádio Livre não é o único meio de comunicação disponível para os internos das unidades prisionais no Ceará. Além de comunicação por cartas, alguns internos têm acesso a rádios a pilha, televisão e mesmo – em alguns casos – a telefones celulares<sup>52</sup>.

No caso dos programas destinados à população carcerária produzidos por outras emissoras radiofônicas, podem-se citar dois que possuem muita audiência: *Momento do Presidiário*, veiculado todos os dias, das 20h às 21h, pela FM Universal; e *Se Liga*, apresentado aos domingos, a partir das 18h, pela Rádio Universitária FM.

Segundo Cynthia Corvello<sup>53</sup>, que cumpre regime semiaberto, esses programas são bastante ouvidos, principalmente porque transmitem recados para o público carcerário. Apesar de não serem objetos específicos deste estudo, é importante destacar aspectos desses dois programas que transmitem mensagens aos detentos.

O *Momento do Presidiário* é transmitido todos os dias, das 20h às 21h, pela Rede Aleluia, ligada à Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). Em Fortaleza, o programa vai ao ar na frequência FM 99,9. *Momento do Presidiário* possui audiência de familiares e presos de várias unidades prisionais do Brasil, os quais escutam música gospel, reflexões, passagens bíblicas e recados transmitidos dos familiares para os presos.

Já o *Se Liga! O som do Hip-Hop* existe desde 1999 e vai ao ar todos os domingos, das 18h às 20h, pela Rádio Universitária FM (FM 107,9, em Fortaleza), ligada à Universidade Federal do Ceará (UFC). Produzido pela Central Única das Favelas (Cufa), tem o objetivo de dar visibilidade às culturas das periferias, principalmente através do *rap*. Há momentos em que os locutores mandam “Salves”<sup>54</sup> para os ouvintes, com destaque para pessoas de bairros

---

51 Em agosto de 2012, fiz uma visita à Rádio Alternativa Esperança, no fórum do município de Guarabira (PB). Lá, fui recebida por um adolescente, filho de Marconi Macena. A informação que tive foi que, na época, não havia internos atuando na rádio e muitos programas estavam sem ir ao ar por falta de voluntários.

52 Apesar de ser proibido o uso de celulares nos presídios, o uso desses aparelhos ainda é uma realidade nos presídios brasileiros e, portanto, não se deve negar também a existência desses equipamentos como meio de comunicação. Segundo reportagem do portal Tribuna do Ceará, em 2012, 3.158 celulares foram apreendidos nas unidades prisionais do estado, deixando o Ceará em terceiro lugar entre os estados com maiores apreensões de celulares em presídios. (Reportagem publicada em 7 jan. 2013 e disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/tag/celulares-apreendidos/>>. Acesso em: 8 de mai. 2014).

53 Em conversa informal, após entrevista concedida à pesquisadora no dia 22 de abril de 2014.

54 “Salve”, na gíria, seria como mandar um “alô”, um cumprimento.

pobres de Fortaleza e Região Metropolitana e internos do sistema penitenciário do Ceará<sup>55</sup>. O programa disponibiliza espaço para quem quiser mandar um “Salve”, sendo o recado lido pelos locutores.

A produção está a cargo do presidente nacional da Central Única das Favelas (Cufa), Preto Zezé, e a apresentação é feita pelo grafiteiro Davi Favela.

#### **2.4 2009: o ano em que a música quebrou o silêncio nos presídios cearenses**

Por ser uma experiência ainda recente em presídios cearenses, antes da análise, é importante saber como o projeto da rádio surgiu nas unidades. Um breve histórico é fundamental para compreender muitas questões apresentadas por ela. As informações foram obtidas a partir de notícias de jornais e no próprio portal da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) e em entrevistas realizadas com o idealizador da radiadora, Rodrigo Moraes.

A Rádio Livre foi institucionalizada em 10 de janeiro de 2013, mas a história não começa nessa data. Uma notícia publicada em novembro de 2009<sup>56</sup> dava conta do surgimento da iniciativa, ainda em caráter experimental.

O publicitário Rodrigo Moraes, hoje assessor educacional da Sejus, foi o idealizador da rádio. A ideia<sup>57</sup> surgiu a partir de uma conversa entre o então secretário de Justiça, Marcos Cals<sup>58</sup>, o pastor da Igreja Batista Central (IBC), Armando Bispo, e a diretora da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), capitã Keydna Carneiro.

Em 2009, o então secretário da Sejus pensou em instalar nas CPPLs II e III, que seriam inauguradas<sup>59</sup>, um sistema de som para que a direção pudesse se comunicar com os internos:

---

55 Durante a transmissão do “Se Liga!” no dia 27 de abril de 2014, os locutores mandaram “Salves” para “todos os internos do sistema penitenciário” e depois ainda leram um recado para as meninas do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa.

56 Disponível em: <[http://www.adital.com.br/site/noticia\\_imp.asp?cod=42983&lang=PT](http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=42983&lang=PT)>. Acesso em: 31 de jan. 2015. Na época, a pesquisadora trabalhava na agência e teve conhecimento da iniciativa, mas ainda não estava nos planos desenvolver uma pesquisa sobre o assunto.

57 Em entrevista concedida à pesquisadora, no dia 26 de janeiro de 2015, na Sejus. A conversa foi gravada, com a prévia autorização do entrevistado.

58 Foi secretário da Sejus de 2007 a 2010, durante o primeiro mandato do ex-governador Cid Gomes. Foi presidente da Assembleia Legislativa, quando era deputado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 2013, desfilou-se do partido e passou a integrar o Partido da Solidariedade (SD).

59 De acordo com o endereço eletrônico da Sejus, a CPPL II foi inaugurada no dia 1º de julho de 2009. Um ano depois, foi a vez da CPPL III: inaugurada no dia 24 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penitenciaria/39/69>>. Acesso em: 31 de jan. 2015.

Marcos Cals pensou em instalar nas duas CPPLs novas, que são a CPPL II e a CPPL III, um sistema de som, que são caixas de som instaladas em cada vivência, que ele idealizou e pensou para comunicar com os internos. A comunicação era muito voltada a questão da segurança. E ele também pensou - inclusive na inauguração da CPPL II, ele viu uma mãe que queria falar com um interno. Então ele disse: “nós temos um sistema de som. Fale lá”. Então ele levou ela ao sistema de som e ela deu o primeiro recado (Moraes, 26 de jan. 2015).

O projeto inicial não era desenvolver uma rádio dentro das unidades, mas apenas uma forma de comunicação entre direção e internos. Segundo Moraes, antes de a CPPL II receber os internos, Armando Bispo, capitã Keydna Carneiro, Marcos Cals e major Plauto de Lima (consultor de segurança na época) visitaram a unidade. Na ocasião, o pastor da IBC viu as caixas de som e perguntou ao secretário de que se tratava. Ao descobrir que elas serviriam para a comunicação com os internos, o pastor resolveu ligar para Rodrigo: “Ele disse pra mim: ‘aqui nos presídios têm caixas de som. Veja o que a gente pode fazer’. Fiz uma visita à unidade e, vendo toda aquela estrutura, então eu disse: vamos implantar aqui”, recorda.

Aos poucos, a rádio foi ganhando conteúdo. Primeiro somente músicas, depois o publicitário passou a dar “bom dia” aos internos, receber familiares que iam até a sala de som da unidade (localizada no município de Itaitinga, Região Metropolitana de Fortaleza) para mandar recados aos parentes presos, e, posteriormente, convidar diretores e funcionários da Secretaria para passar informes aos internos. Os assuntos iam desde questões relacionadas a visitas a dicas de saúde.

Como o modelo da CPPL III seguiu o mesmo da CPPL II, a rádio passou a ser transmitida também na nova unidade, e para o público “externo” via internet:

Pela minha experiência de rádio web, a gente trabalhou transmitindo o sinal via internet. Aí surgiu outro pensamento: se é via internet e nós podemos passar de uma unidade pra outra, via internet nos podemos fazer, então, com que a sociedade possa ouvir a rádio. Surgiu aí a ideia de um site em que os familiares pudessem ouvir a mesma programação que os internos (Moraes, 26 de jan. 2015).

Na época, como a rádio ainda não tinha um caráter institucionalizado, sendo apenas supervisionada pela Sejus, a programação era transmitida por outro site<sup>60</sup>. Rodrigo Moraes também atuava na rádio de forma voluntária:

---

60 Antes de ser transmitida pelo portal da Sejus, familiares podiam ouvir a rádio pelo endereço: <<http://www.nmidiaproducoes.com.br/radiolivre.html>>, atualmente desativado. Acesso em: 9 de abr. 2011.

Como meu trabalho era voluntário, trabalhava indo pra unidade, do meu próprio bolso, porque acreditava nesse projeto. Eu acreditava na humanização do sistema penitenciário. Tenho um cunho cristão. Então, entendo que o homem pode mudar. Cometeu um erro, mas ele não é um erro. Então, pra mim, a rádio foi uma forma de falar com a massa. Falar sobre os princípios, falar sobre família, sobre algo que aquele público não teve ou perdeu na sua jornada. Nós tentamos resgatar através da comunicação da rádio. Falando que existem pessoas aqui fora que quer bem, que a vida deles não acaba no sistema penitenciário. Então, sempre dando palavras de esperança e de fé praquele [sic] público, né? (Moraes, 26 de jan. 2015).

No início, a rádio funcionava durante 15 horas por dia<sup>61</sup>, com músicas religiosas e de som ambiente, testemunhos e campanhas de utilidade pública, como combate à dengue.

Moraes destaca que, naquele período, a rádio fazia parte de um projeto desenvolvido na CPPL II chamado “Renascer”. Esse projeto, que começou com seis detentos, contava com mais de 700 participantes dos 1.130 presos da época. Das seis vivências do presídio, quatro já tinham sido “pacificadas”<sup>62</sup> pela iniciativa.

A história do Renascer começou com a da CPPL II. De acordo com informações da página do projeto, três meses após a inauguração e logo depois da chegada dos detentos vindos de outras penitenciárias, a direção do presídio tentou implantar um programa de autoadministração dos internos dentro das vivências<sup>63</sup>.

A ideia era fazer com que os detentos tivessem a oportunidade de se organizar através de lideranças eleitas por eles próprios, as quais ficariam encarregadas de levar à direção do presídio as demandas dos internos. Entretanto, a forma de participação planejada pela direção não funcionou. Isso porque os presos eleitos líderes passaram a reivindicar demandas de acordo com o interesse pessoal, e não o coletivo.

Assim, o “Renascer” foi cancelado. No entanto, outro grupo de presos se reuniu e solicitou à direção uma vivência que seria destinada aos internos que quisessem dar seguimento à ideia inicial. Além de ações de socialização, como cursos e celebrações

61 Conforme reportagem “Rádio Livre leva música, notícia e evangelização a presos provisórios no Ceará”, publicada pela Adital no dia 11 de novembro de 2009. Disponível em: <[http://www.adital.com.br/site/noticia\\_imp.asp?cod=42983&lang=PT](http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=42983&lang=PT)> Acesso em: 31 de jan 2015.

62 O termo, utilizado pelos próprios participantes do projeto, transmitia a ideia de que as pessoas seguiam uma “cultura de paz”, sem drogas, armas ou assassinatos nos presídios. Cf: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/detentos-comemoram-a-retomada-de-outra-vivencia-1.183533>> e <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/854-cppl-ii-comemora-2-anos-do-projeto-renascer>>. Acessos em: 23 de mai. 2015.

63 O projeto estava disponível no sítio eletrônico: <<http://www.renascerpaz.com.br/index.php>>, atualmente desativado. Acesso no dia 9 de abril de 2011. Foi no aniversário de dois anos desse projeto, em outubro de 2011, que a pesquisadora teve a oportunidade de conhecer a CPPL II e verificar o funcionamento e a localização das caixas de som na unidade. O nome “vivência” é utilizado em alguns presídios como sinônimo para pavilhão, ala (corredores onde ficam as celas).

religiosas, o “Renascer” incorporou a Rádio Livre, com músicas, testemunhos e informações de utilidade pública. Segundo o idealizador da experiência, Rodrigo Moraes, a radiadora “era a única forma de ouvir uma música, de ouvir uma mensagem, de ter uma reflexão, de saber sobre saúde, de saber sobre educação... a rádio era a única forma naquela unidade”<sup>64</sup>.

Para Moraes (2015), a rádio oferecia a vantagem de divulgar informações a quem não fazia parte do Renascer:

Para aquele que não estava dentro do projeto, era uma luz no fim do túnel. Muitas vezes a rádio transmitia as ações do projeto Renascer. Então, aquele que estava na Babilônia, como era chamada, aquele que estava fora do projeto, vivendo no ilícito, querendo decidir pelo crime, a rádio mostrava a esperança pra você, né? Há um outro caminho, há o caminho da família, há o caminho do trabalho, há o caminho do estudo, há o caminho da ressocialização (Moraes, 26 de jan. 2015).

A expansão da rádio ocorreu aos poucos. Primeiro na CPPL II, depois na CPLL III. Com isso, segundo Moraes, outras unidades, que já possuíam sistema de som, também foram incorporadas. Foi o caso do Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa (IPF).

É importante falar aqui sobre o impacto na comunidade na primeira vez que a rádio foi ligada. No Auri Moura Costa, as mulheres – a primeira música que a gente colocou foi a que elas gostam, um forró né – então, você ouvia da administração, a euforia, a alegria, a satisfação das internas dentro da vivência. E aí é meio paradoxal, né? Presa, e dançando, e rindo, e se alegrando. Então é por isso que a gente coloca como pacificação no sistema penitenciário (Moraes, 26 de jan. 2015).

Foi nessa época que Cynthia Corvello – hoje estudante de História da Universidade Federal do Ceará (UFC) que cumpre regime semiaberto e atua na rádio desde 2013 – teve o primeiro contato com a radiadora.. Para ela, a primeira impressão da rádio não foi positiva. No dia 29 de novembro de 2011, escreveu uma carta sobre isonomia e igualdade de direitos para os familiares a fim de que eles a publicassem em um blog<sup>65</sup> que ela mantinha.

64 Na época, não era permitido aos internos o uso e a permanência de equipamentos sonoros na unidade, conforme destacou a reportagem da Adital. Disponível em: <[http://www.adital.com.br/site/noticia\\_imp.asp?cod=42983&lang=PT](http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=42983&lang=PT)>. Acesso em 1º de fev. 2015. Atualmente o rádio a pilha é permitido em todas as unidades, sendo apenas um por interno, como aponta o Manual do Visitante das Unidades Penitenciárias do Estado do Ceará (Sejus, 2014, p. 33).

65 Como não podia ter acesso à Internet, já que, naquela época, estava em regime fechado, Cynthia escrevia cartas para os familiares, em São Paulo, publicarem em um blog. Foi a forma que a interna conseguiu para manter contato com amigos e familiares. No blog, além de críticas, dava sugestões de livros e falava um pouco das angústias, sonhos e do próprio cotidiano do presídio. O blog está disponível em: <<http://digamecomquemandas.blogspot.com.br/>> Acesso em: 30 de abr. 2014.

Na carta, publicada no dia 19 de dezembro de 2011, Cynthia reclamou da transmissão no dia 28 de novembro:

Caixas de som espalhadas por todo o presídio (não há lugar sem elas!) transmitiram músicas evangélicas e/ou *gospion*<sup>66</sup> [sic] da manhã até tarde da noite do dia 28/11 e pela manhã (antes das 6:00h teve início) do dia 29/11. Entendam, não havia como evitar o som, pois estou presa em um labirinto de corredores e à minha cela e em todos esses espaços haviam as músicas a martelar (Corvello, 2011).

Além de discordar do horário da programação, a interna ainda criticou o conteúdo transmitido pela radiadora – músicas religiosas, mas sem respeitar a diversidade de religiões existente na unidade:

Se, por acaso, essa atitude foi determinada porque a maioria aqui é “evangélica”, ainda sim fere o princípio da isonomia. Portanto, independente dos motivos ou se [sic] quem partiu a iniciativa, fica aqui o meu pedido: NÃO FAÇAM MAIS! Por favor, permitam que, pelo menos essa escolha pessoal seja feita por nós: Qual religião seguir. Para as que apreciam, usem seus rádios, afinal podemos ter rádio na cela (Corvello, 2011, destaques da interna).

Três meses depois, a estudante escreveu nova carta aos familiares, dessa vez informando que o problema do som já fora resolvido e elogiou a iniciativa:

Uns quatro dias depois desse “acidente” a programação harmonizou – um *mix* de MPB, músicas calmas, algumas evangélicas, sertanejo, enfim, som ambiente mesmo: variado, calmo, agradável. E, em intervalos, frases de auto-ajuda, trechos da bíblia, informações do interesse de nós pessoas encarceradas, histórias de superação. Ainda não sei o que realmente fez com que, naquele fatídico dia, a programação fosse tão estranha. Apenas posso (e devo!) dizer que a “Rádio Livre” hoje em dia é uma presença discreta e gostosa em nosso cotidiano (Corvello, 2012).

Na carta, publicada no blog no dia 12 de março de 2012<sup>67</sup>, a interna desculpou-se pela “precipitação” da crítica anterior e informou que a equipe da rádio tomou conhecimento do problema ocorrido em novembro devido à reclamação escrita no blog. Depois desse episódio, a radiadora continuou a transmitir músicas, depoimentos e informes, conforme relatado por Cynthia.

66 Ela quis dizer *gospel*.

67 A mensagem destacada está disponível no blog de Cynthia Corvello: <<http://digamecomquemandas.blogspot.com.br/search/label/Cartas%20de%20Cynthia?updated-max=2012-06-03T19:29:00-03:00&max-results=20&start=40&by-date=false>>. Acesso em: 2 de mai. 2014.

A crítica à rádio, porém, não foi isolada. Em vários momentos, Rodrigo Moraes conta que enfrentou resistência principalmente dos agentes penitenciários, que, muitas vezes, desligavam as caixas de som por considerarem a radiadora “um benefício para o preso”. “E eu, no meu carro, muitas vezes saía da Cidade 2000<sup>68</sup> pra Itaitinga. E muitas vezes chegava lá e verificava que a rádio estava desligada. Ia pra lá só pra ligar a rádio, quando eu dava as costas, já percebia que a rádio tava desligada”, relata.

O projeto, porém, não só seguiu a transmissão, como também se expandiu para outras unidades. A antiga CPPL de Caucaia também já possuía sistema de som e recebeu a Rádio Livre<sup>69</sup>. As unidades mais novas foram construídas não apenas com os equipamentos sonoros, mas também com estúdios para a rádio. Foi o caso da Penitenciária Francisco Hélio Viana de Araújo, na Pacatuba, inaugurada em novembro de 2011, e da CPPL IV, em Itaitinga, em agosto de 2012.

A partir desse momento, o idealizador da rádio acredita que “a instituição incorporou a ideia da Rádio Livre. Então, é por isso que podemos dizer, pra alguns, que a rádio foi oficializada. Ou, podemos dizer, ela foi melhor equipada, assistida. E aí começou essa ação.”

Ele permaneceu como voluntário até o início da gestão de Mariana Lôbo<sup>70</sup> à frente da Secretaria da Justiça e Cidadania. Logo quando chegou à Sejus, a secretária pediu para conhecer melhor o trabalho da Rádio Livre nas unidades.

Então ela [Mariana Lôbo] me chamou para que esse projeto fosse uma política de governo e prioridade da gestão dela. Fui contratado como terceirizado para pensar na rádio de maneira macro, pra institucionalizar a rádio, pra que não fosse só nas unidades que já tinha, mas que todas as unidades do sistema penitenciário pudessem ser contempladas (Moraes, 26 de jan. 2015).

Moraes conta que fez um projeto, com orçamento e equipamentos necessários para montar a rádio, e conseguiu recursos da Secretaria para montar estúdio, dentro da própria Sejus, e fazer com que as próximas unidades a serem construídas tivessem o sistema de som.

Antes de 2013, a rádio ganhou uma equipe para ajudá-lo nos programas que surgiam. “Então foram contratados dois assistidos<sup>71</sup> que estão até hoje para colaborar na programação.

68 Bairro de Fortaleza. Distância da Cidade 2000 a CPPL II é de aproximadamente 32 quilômetros.

69 Nas outras unidades, mais antigas, a rádio não foi implantada por questão de infraestrutura (pois não possuem sistema de som).

70 Defensora Pública, assumiu o lugar de Marcos Cals na Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) em 2010, lá permanecendo até o fim do mandato do governador Cid Gomes, em dezembro de 2014. Após a saída dela, assume a secretaria Hélio Leitão, advogado e ex-presidente da OAB-CE.

71 Como também são chamados internos do sistema prisional. Outros nomes comuns são: reeducandos,



Nada melhor do que uma pessoa que passou por dentro do sistema penitenciário para participar e colaborar com a programação da rádio”, recorda.

Se a radiadora foi uma forma de as unidades prisionais abrirem as portas para o “mundo externo”, ela também abriu as portas para Rodrigo Moraes na Sejus. O crescimento da Rádio Livre no sistema penitenciário cearense caminha junto com o crescimento do idealizador da radiadora dentro da Secretaria.

O trabalho do publicitário, até então voluntário, cresceu após a sua contratação pela Sejus. E, depois de instalar os equipamentos, construir o estúdio e formar a equipe, Moraes transferiu a responsabilidade do projeto para o jornalista Felipe Sampaio.

Depois que a rádio foi entregue, com todo o estúdio, funcionando tudo do jeito que eu sonhei, fui convidado para ser coordenador de Inclusão Social do Preso e do Egresso, junto com a Keydna, que foi parceira por quase dois anos no projeto Renascer.

Então eu abdiquei, eu renunciei à rádio, o sonho, para pensar agora políticas e ações para o preso e para o egresso. Fui quase dois anos coordenador de inclusão social do preso e egresso. Nós tínhamos um programa na rádio, o programa da própria Cispe [Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso].

Mas a rádio, eu passei o bastão para o Felipe, para que ele pudesse focar as ações na rádio e me daria mais a liberdade para pensar questão de educação, questão de trabalho, de emprego e renda para os apenados. E o que a gente tivesse para contar, a necessidade de utilizar a rádio pra comunicar os programas, pra comunicar as oportunidades, pra desenvolver fomentar a leitura, a cultura, a educação dentro dos presídios, nós utilizávamos o meio de comunicação rádio (Moraes, 26 de jan. 2015).

Em 2014, um ano após a institucionalização da Rádio Livre, Rodrigo Moraes deixou a coordenação da Cispe e tornou-se assessor para assuntos educacionais, mas não deixou de interagir com os internos. Pela radiadora, eles têm acesso a informações de cursos, inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e até dicas para a avaliação<sup>72</sup>.

Com estúdio montado e equipe formada, a Rádio Livre foi oficialmente inaugurada pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará no dia 10 de janeiro de 2013. Além da estrutura, a rádio se vinculou à assessoria de comunicação da Secretaria. As pessoas que estão fora do sistema penitenciário cearense e que desejam ter acesso à rádio podem ouvi-la pelo sítio eletrônico da Sejus<sup>73</sup>.

---

presos, detentos, apenados (para os que já foram julgados).

72 A atuação da Rádio Livre com dicas para o Enem foi tema de reportagem da Agência Brasil em dezembro de 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/domingo-radio-livre-prepara-presos-para-o-enem>>. Acesso em: 3 de fev. 2015.

73 Endereço eletrônico da Sejus: [www.sejus.ce.gov.br/radiolivre](http://www.sejus.ce.gov.br/radiolivre).

A iniciativa funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, com programas de música, esportes, informações gerais e religião. A programação<sup>74</sup> segue estrutura parecida durante todos os dias de semana, com pequenas mudanças principalmente na fala das autoridades.

A equipe da rádio é formada pelo jornalista Felipe Sampaio e por profissionais que já passaram pelo sistema prisional cearense, como a estudante Cynthia Corvello e o jornalista Gilson Lamark. Na formação inicial, também integrava a equipe o radialista Zairton Filho.

#### 2.4.1 Características da Rádio Livre

A Rádio Livre é transmitida aos internos através de caixas de som, sistema também conhecido como “rádio-poste”, radiadora ou sistema de alto-falante. Esse tipo de rádio era muito comum nos anos 1940, quando as pessoas se reuniam em praças e espaços públicos para escutar, coletivamente, notícias da comunidade e recados. Em muitas cidades, principalmente no interior do país, a rádio-poste chegou antes mesmo do que a radiodifusão.

Com o preço dos aparelhos de rádio mais acessíveis e a ampliação da radiodifusão, esse tipo de transmissão radiofônica perdeu força, passando a escuta sonora a ter um caráter mais individual (principalmente após o surgimento de rádios movidos a pilha e, mais recentemente, de aparelhos portáteis, como celulares com rádio).

Mesmo assim, a rádio-poste ganhou notoriedade durante a década de 1980, com conteúdos e objetivos não-comerciais, quando a rádio com caráter popular e comunitário<sup>75</sup> ganhou força na América Latina (Peruzzo, 1998). Atualmente, mesmo em número reduzido, as “rádios-poste” ainda estão presentes em várias comunidades e estabelecimentos<sup>76</sup>,

---

74 Programação disponibilizada pelo coordenador da rádio no dia 22 de abr. 2014.

75 Cicília Peruzzo (2011, p. 13) considera comunicação popular, alternativa ou comunitária: “como expressão das lutas populares por melhores condições de vida que ocorrem a partir de movimentos populares e representam um espaço para participação democrática do ‘povo’”. Ou seja, é uma comunicação que tem a população como protagonista, em contraponto à mídia comercial hegemônica.

76 Um exemplo de rádio poste é a rádio Centro de Comunicação Alternativa, da comunidade São Vicente de Paulo (também conhecida como Quadra), localizada em Fortaleza, Ceará. cf.: ASSUNÇÃO, Ana Karolina; RIBEIRO, Milena de Castro; BONFIM, Síria. **A Quadra está no ar: estudo de caso da Rádio Centro de Comunicação Alternativa**, em Fortaleza. In: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 2012, Recife. Outro exemplo é a rádio Saara, no Rio de Janeiro (RJ), que tem fins comerciais. A rádio possui 65 alto-falantes espalhados em 11 ruas de comércio popular do centro da cidade do Rio de Janeiro, região conhecida como Saara. De segunda a sábado, transmite músicas e propagandas dos estabelecimentos comerciais do local. Disponível em: <<http://www.radiosaara.com.br/index.html>>. Acesso em: 23 de mai. 2015.

principalmente em bairros da periferia e cidades do interior do país, com os mais variados objetivos, como comunitários, religiosos e comerciais.

Entretanto, é preciso analisar o aspecto institucional da Rádio Livre. Sem finalidade comercial, deve-se levar em consideração que se trata de uma iniciativa desenvolvida no âmbito do governo estadual, portanto, controlada pelo Estado. Além disso, a rádio é voltada principalmente para a população carcerária, sujeitos que estão sob a tutela do Estado. Como não possui os presos como protagonistas – sendo a participação nela até mesmo limitada –, a Rádio Livre não pode ser considerada comunitária (já que a principal característica desse tipo de rádio é justamente a participação e o protagonismo da comunidade) e pode até ser questionada quanto ao fato de ser “livre”, questão que será analisada posteriormente.

Vale lembrar que o baixo custo com manutenção facilita o uso da rádio, porém a recepção é limitada. Por se tratar de caixas de som, a mensagem só chega a quem estiver perto do equipamento. A escuta também é compulsória, pois quem está muito próximo das caixas não pode optar por ouvir ou não, já que não há como desligar ou controlar o volume do equipamento de forma individual (sem afetar outros/as ouvintes).

É interessante observar as questões relativas à participação. Familiares que querem mandar recados podem ligar para o estúdio para transmitir mensagens ou pedir músicas. Nos dias de visitas aos presídios, podem escrever bilhetes e depositar em caixas estrategicamente posicionadas nas entradas das unidades. No caso dos presos, sugestões, pedidos de músicas e críticas são feitos através de cartas ou de recados gravados durante a visita da equipe da rádio às unidades.

No caso dos presídios, a participação não ocorre de forma plena, já que os detentos estão privados de liberdade em uma instituição do Estado, ou seja, estão sob a custódia do Estado (quem, no caso, detém o poder). Mesmo disponibilizando o espaço da rádio para a comunidade interessada em produzir programas, como ela funciona dentro de uma instituição do Estado (Secretaria de Justiça do Estado) e é voltada para pessoas tuteladas por ele, o nível de participação acaba sendo controlado.

Entretanto, vale ressaltar que, mesmo em outras rádios, como as comerciais, essa participação também é limitada e controlada por editores e produtores que selecionam os momentos e os conteúdos de participação.

É importante chamar a atenção para o “lugar” e o tipo de participação de cada um desses atores. No caso dos presos, a participação se dá apenas com pedidos de música e

recados/depoimentos escritos ou gravados quando a equipe de produção vai aos presídios. Situação não muito diferente dos familiares dos internos, os quais podem participar através de bilhetes depositados em urnas localizadas nas entradas das unidades ou através de recados por telefone. Os grupos religiosos – representados por integrantes da renovação carismática católica e igrejas evangélicas – possuem espaço na programação para veicular semanalmente as mensagens deles.

Outra característica das “rádios-poste” é a escuta. Como a Rádio Livre funciona através de caixas de som espalhadas pelas “ruas” da unidade, a escuta torna-se compulsória e coletiva, ou seja, não há como o interno ligar ou desligar o equipamento, nem aumentar ou diminuir o volume. Além de o controle das caixas de som não estar ao alcance dele, a modificação no equipamento também afeta outros internos. Não se trata de um equipamento para escuta individual.

Dessa forma, resta aos internos apenas a decisão entre ouvir ou escutar. Vários autores (Ferraretto, 2001; Romo Gil, 1994; Schaeffer, s.d.; Kaseker, 2010) diferenciam a ação do ouvir e do escutar, ou seja, ouvir não significa necessariamente escutar. De acordo com Ferraretto (2001, p. 28-29), autores como Romo Gil (1994) e Schaeffer (s.d) entendem ouvir como prática passiva, algo como simplesmente notar o som, enquanto que escutar remete à ação, à atenção.

Schaeffer (*apud* Ferraretto, 2007) apresenta quatro atitudes diferentes da escuta. A pessoa pode simplesmente notar o som (ouvir); tomar uma atitude mais ativa (escutar); ter a intenção da escuta (prestar atenção); ou escutar e prestar atenção para entender o que está sendo dito (compreender).

Outro autor que também aponta quatro atos de escuta é Abraham Moles (*apud* Ferraretto, 2007). Para ele, a escuta pode ser: ambiental, quando a pessoa busca apenas um som ambiente, sem nenhum tipo de atenção; escuta em si, quando há alguma atenção, mas que é prejudicada por outra atividade realizada pelo ouvinte; atenção concentrada, quando há uma concentração para ouvir o que está sendo dito; e escuta por seleção, que é a escuta voluntária e atenciosa (neste caso, a pessoa tomou a atitude de sintonizar determinado programa por escolha própria e quis prestar atenção à transmissão).

Mônica Kaseker destina um tópico da tese de doutorado para diferenciar as duas ações. Amparada em autores como Barthes (1995), Schaeffer (1996) e Kerckhove (1999), a

pesquisadora explica que os atos de escuta são “dotados de significação e constituídos de formas de sociabilidade” (2010, p. 20), diferentemente do ouvir, que é fisiológico.

Uma pessoa pode simplesmente ouvir, mas não escutar. Pode notar o som, mas não necessariamente prestar atenção ao que está sendo dito e o que determinado som significa. Tal comportamento pode ser exemplificado em situações cotidianas, como quando duas pessoas conversam e uma simplesmente “ouve” a outra e, quando indagada, não sabe responder nem qual o conteúdo da conversa, já que não prestava atenção. O mesmo acontece muitas vezes com programas radiofônicos, em que uma pessoa liga o rádio apenas para contar com uma sensação de companhia, não necessariamente se importando ou escutando o conteúdo da transmissão.

Algo parecido com o destacado por Kerckhove (1999):

El escuchar, en contraste con el simple oír, es un resultado de la atención selectiva. Está guiado por procesos externos, no internos. Como proceso selectivo, la escucha está encendida o apagada. Encendemos el modo de escucha para obtener información y tomar control sobre nuestro entorno. Incluso hay diferentes tipos de escucha: para las palabras, para el significado manifiesto, para el significado oculto, para las emociones, para el entretenimiento, para uno mismo, para una situación global, para Dios, para la meditación, etc. Cada uno de estos conjuntos puede denominarse "un modo". Ponemos en marcha un modo o otro dependiendo de las circunstancias y de nuestras necesidades. Como he sugerido antes, nuestro entorno cultural puede empujarnos a seleccionar un modo de forma preferente (Kerckhove, 1999 *apud* Kaseker, 2010, p. 21).

Ao estabelecer essa diferença, podemos empreender que nem todos os presos escutam a Rádio Livre prestando atenção ao conteúdo e às músicas transmitidas. Muitos simplesmente ouvem o som. Os programas são transmitidos durante todo o dia, de segunda a sexta-feira, em períodos que muitos internos realizam outras atividades: trabalham, estudam, caminham pelas unidades, leem, conversam, assistem à televisão ou escutam outros programas através de rádio a pilha.

É interessante observar ainda que, no caso da Rádio Livre, a escuta se dá de maneira coletiva, ou seja, como nas décadas de 1930 e 1940, quando o rádio ainda era novidade, um equipamento grande e pesado, como destacam Ávila e Hernández (2013, p. 33): “el acto de escuchar la radio era, pues, colectivo y las noticias encontraban a las familias sentadas a la mesa o instaladas cómodamente en la sala”.

Com o equipamento mais barato, leve e menor, o rádio (a pilha) passou a ser um aparelho quase pessoal. Cada um leva consigo e coloca na frequência que bem entender para

ouvir notícias ou músicas que mais lhe agrada.

No caso dos presídios cearenses, ocorrem as duas formas de escuta. A Rádio Livre pressupõe uma escuta coletiva, mas, com a permissão da entrada de rádios portáteis, há também quem consiga ter a escuta individual e, assim, escolher os programas de seu agrado.

#### **2.4.2 Rádio Livre: a liberdade está no ar?**

O nome e o *slogan* compõem uma frase de efeito que merece atenção, principalmente se considerados o público-alvo e o lugar de transmissão. O termo “Livre” gera interpretações diversas. Uma delas como forma de ajudar os internos a buscar a “liberdade”, já que se trata de um projeto de ressocialização. Em vários momentos da programação – como se poderá ver adiante – os produtores/convidados tentam mostrar que se pode ser livre (de drogas, “do mundo do crime”) mesmo estando encarcerado. A ideia seria mostrar que é possível conseguir transformação interior para garantir a liberdade. Essa interpretação tem a ver com o tom religioso colocado muitas vezes na programação da rádio.

Entretanto, esse mesmo nome pode ser interpretado como ironia, já que os principais ouvintes não estão “livres” para tomar decisões (como não ouvir a rádio ou entrar e sair da unidade quando quiser). O caráter compulsório, portanto, impede a liberdade de escolha entre ouvir ou não ouvir. Dessa forma, os internos não perdem apenas o direito de ir e vir, mas também a liberdade do que, quando e como escutar determinadas músicas, programas ou simplesmente contemplar o silêncio.

O termo também remete a outro tipo de comunicação, que faz contraponto à mídia comercial e hegemônica no país. As rádios livres, também chamadas de comunitárias, começaram no Brasil como rádios de baixa potência, com o objetivo de contestar a ordem vigente e de lutar pela democratização da comunicação no país. Seriam emissoras livres de interesses comerciais e lucrativos. Livres também são chamadas as rádios que não possuem autorização para transmitir a programação, ou seja, que não são regulamentadas, pois não têm outorga do Governo nem mesmo processos de solicitação de outorga em análise.

Inicialmente, no Brasil, as rádios livres também eram tachadas de piratas (alusão à ilegalidade). Mas, depois, passaram a se chamar livres, para se diferenciar das emissoras sem autorização que tinham fins lucrativos. As rádios livres também passaram a rejeitar o termo pirata e se engajar como um movimento organizado (Andriotti, 2004).

É interessante destacar o surgimento dessas rádios no Brasil. Mas, antes, é importante lembrar que as rádios livres não eram apenas emissoras “ilegais”. Tratava-se de um movimento pela democratização da comunicação, pelo direito de qualquer pessoa se expressar livremente pelas ondas sonoras.

O movimento das rádios livres surgiu na Europa, nos anos 1970, mais precisamente em 1975, na Itália:

O principal objetivo era acabar com a concentração do setor de telecomunicações nas mãos do Estado Italiano. Vivendo em um estado ditatorial, as rádios livres estimularam as pessoas a passar da situação de simples ouvintes para agentes ativos de seus discursos. Eles ainda pregavam que a comunidade deveria colocar no ar as suas idéias, sem precisar pedir autorização do estado para isso (Santos, 2009, p. 19).

A intenção era que qualquer pessoa interessada pudesse fazer uso dos microfones da rádio e expressar a opinião. As rádios não tinham fins lucrativos e geralmente eram mantidas por grupos políticos.

Estas rádios não tem fins lucrativos, emitem em baixa potência e são geridas de acordo com as normas internas dos grupos de onde surgem. A finalidade política dessas rádios não se resume na transmissão do discurso político revolucionário, elas também expressam os movimentos contraculturais e permitem o acesso a todos os tipos de opiniões. Essa abertura insere as rádios dentro dos processos sociais e políticos reais, sendo instrumento polemizador do debate público (Andriotti, 2004, p. 17).

No Brasil, as primeiras emissões ocorrem na década de 1980, inicialmente sem vínculos partidários e apenas como experiências de grupos juvenis, como a dos jovens de Sorocaba, em São Paulo<sup>77</sup>. Em 1985, estudantes da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) inauguram a Rádio Xilik, que deu o tom mais politizado a essas rádios, pois considerava que esses meios “livres” deveriam ser utilizados por movimentos e organizações sociais.

A partir da década de 1990, o conceito de “rádio livre” passa por questionamentos. Como o termo é amplo, reúne tanto as experiências sem fins lucrativos que tinham caráter político e engajado pela democratização da comunicação, como também iniciativas sem autorização que simplesmente eram movidas pelos interesses e gostos de um grupo específico, incluindo as que tinham interesses comerciais, político-partidários e religiosos.

---

<sup>77</sup> Essa cidade teve, na década de 1980, mais de 40 rádios livres (Lahni, 2010; Andriotti, 2014).

Assim, para evitar que grupos com interesses diversos se aproveitassem do mesmo conceito, o movimento a favor da legalização das rádios passou a ser chamado de “rádios comunitárias”, cujo objetivo é principalmente ser um meio de comunicação local, da comunidade para a própria comunidade.

A adoção do nome “rádio comunitária” no movimento de rádios livres antes do ano de 1994, não era acompanhada de um conceito diferenciado do conceito de “rádio livre”. A partir desse ano, as rádios que adotam esse nome são aquelas que estão de acordo com o conceito criado para se encaixar nos objetivos legalistas do movimento. No conceito de “rádio comunitária” está definido que o meio deve servir às comunidades locais, sendo regido por um estatuto de entidade sem fins lucrativos, deve servir à comunicação local, dando prioridade à produção regional de cultura, divulgando a diversidade de opiniões, observando o direito de resposta. As rádios comunitárias são veículos de comunicação voltados para a utilidade pública e para projetos sociais. Elas deverão constituir uma entidade representativa que terá por objetivo fomentar o desenvolvimento dessas rádios por todo o país, dialogando com o Governo Federal e com as rádios (Andriotti, 2004, p. 123-124).

Enquanto isso, o conceito de “rádio livre” segue destinado àquelas que não têm (nem querem ter) autorização oficial, pois acreditam que a comunicação é um direito de todos e o acesso a ela também deve ser.

É importante também não confundir rádio livre com rádio pirata. Esse segundo termo, já desgastado e evitado pelos movimentos, referia-se principalmente às rádios surgidas na Inglaterra, no fim dos anos 1950, que eram transmitidas a partir de navios em águas internacionais<sup>78</sup> a fim de divulgar propagandas de empresas que não tinham autorização para fazer publicidade no país (Lahni, 2010). O fato de não serem legalizadas era um ponto em comum entre as rádios piratas e as rádios livres. Entretanto, elas se diferenciavam no objetivo. Enquanto as primeiras buscavam o lucro, seja por meio do patrocínio de empresas ou por interesses próprios, as outras não tinham fins lucrativos e tinham como objetivo principal a luta pela liberdade de expressão.

Sobre o aspecto do *slogan* “A liberdade está no ar”, é interessante buscar novamente as palavras de Foucault (2004), para quem as relações de poder sempre estão presentes na vida das pessoas, de diferentes formas e intensidades. Para ele, a relação de poder só existe quando há alguma liberdade.

---

78 Vale lembrar que o espaço territorial marítimo na grande maioria dos países europeus se limita a 12 milhas, e não a 20 milhas, como no Brasil e em outros países da América.



Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder (Foucault, 2004, p. 277).

Ele não ignora a existência de “estados de dominação”, em que a liberdade é limitada. É interessante observar que mesmo nesses estados de dominação e de relação de poder há certa liberdade. Então, no caso da Rádio Livre, também é possível constatar algum tipo de liberdade. O interno possui, por exemplo, a “liberdade” de ouvir a rádio e não escutar, uma forma de resistência ao poder exercido pela rádio. Ou seja, mesmo em um ambiente carcerário, onde as pessoas estão privadas do direito de ir e vir, a liberdade é limitada, mas não cerceada completamente, em todas as instâncias da vida do indivíduo.

## 2.5 A radiadora e o cárcere

Antes de entrar no quesito da programação, é importante destacar algumas considerações sobre a Rádio Livre apresentadas pela equipe de produção e pela mãe de um egresso que participava ativamente da rádio enquanto o filho estava preso. Os depoimentos fornecem uma dimensão mais aprofundada da iniciativa, levando em conta os avanços e os pontos que demandam aperfeiçoamento.

É importante destacar ainda o lugar de fala de cada um, pois, como não foi possível conversar com os internos – principal público da rádio – não é possível ter uma dimensão completa do projeto em questão.

Não se pode negar o papel fundamental que a Rádio Livre exerce no sistema prisional cearense, como canal de comunicação entre familiares e internos. Mas também cabe observar a função da radiadora como difusora de projetos e opiniões da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) e do Governo do Ceará, ou seja, também atua como mais um instrumento de controle, poder e propaganda do Estado sobre a população carcerária.

Pode-se perceber a situação no comentário da apresentadora do programa *Se Intera*. Cynthia Corvello (2014) afirma que, entre os presos, predomina a ideia de que o que vem da Sejus é ruim, pois a Secretaria é responsável por mantê-los presos. Para a locutora, um dos

objetivos da radiadora é justamente quebrar esse pensamento:

Se a rádio conseguisse o que deseja, seria de extrema importância dentro da cultura carcerária. Primeiro pra romper esse muro que a comunidade carcerária tem em relação ao papel da Secretaria de Justiça dentro da vida dos apenados. As pessoas precisam entender que quando elas estão dentro de um presídio, estão cumprindo uma pena que elas devem pra sociedade e que elas têm um órgão que cuida sim que cumpram a pena, mas que elas cumpram essa pena de forma digna, e oferecendo dispositivos pra que essa pessoa, dentro do presídio, ocupe seu tempo, não fique totalmente no ócio, não só pra atender a uma demanda mercadológica, mas porque ninguém consegue ficar num lugar daquele sem fazer absolutamente nada. Eu não consigo entender como existam pessoas que consigam ficar hibernando num lugar daquele.

Então precisa romper com essa cultura carcerária de que o que vem da Justiça é ruim. E a rádio seria um veículo perfeito pra isso se ela pudesse fazer o que ela foi projetada pra fazer (Corvello, 22 de abr. 2014).

Em outras palavras, a rádio deveria servir de divulgação das ações promovidas pela Sejus e mostrar que a Secretaria existe para ajudar os internos. No entanto, é importante destacar que, por várias vezes, a Rádio Livre acaba servindo de meio de divulgação da Sejus, enfatizando os aspectos positivos promovidos pelas autoridades, mas sem mencionar as demandas e os pontos negativos enfrentados pelos internos, como superlotação, presos ultrapassando o tempo de pena, assassinatos e rebeliões.

Outra questão que merece ser ressaltada é o próprio sistema de som. Além de a escuta ser compulsória, há o problema de funcionamento das caixas sonoras. De acordo com a equipe da rádio, não existe manutenção regular por conta das especificidades do sistema prisional (como rebeliões, dias de visita, localização da Sejus). Em muitos casos, as caixas de som ficam sem funcionar, seja porque agentes penitenciários desligam o equipamento ou colocam em um volume muito baixo, ou porque a caixa de som quebra e não existe outra de reserva para substituí-la. Quando isso ocorre, são os familiares dos internos que avisam à equipe da Rádio Livre os problemas nos equipamentos sonoros para que possam ser solucionados.

Outra dificuldade enfrentada diz respeito aos funcionários das unidades. Todos os integrantes da equipe ouvidos para esta pesquisa apontaram uma resistência por parte de alguns agentes penitenciários ao funcionamento da rádio. Para estes, a radiadora seria um “benefício exagerado” para o interno, que deveria viver em um ambiente hostil, não em um local com música e programação especial.

O que acontece é que, por vezes, os próprios funcionários da unidade, eles não permitem que toque a programação da rádio. Então é, eu já cheguei a ir fazer determinadas coisas, pautas pra rádio mesmo, quando eu fui entrevistar as meninas da biblioteca, eu cheguei lá assim de repente, e estava desligado o sistema de som. Aí eles vão e pá, ligam, entendeu? Mas de vez em quando tem pessoas que apostam, que compram a ideia de que a rádio é importante e que percebem que a programação é uma programação boa, é uma programação escolhida a dedo, a gente faz com carinho e com cuidado e responsabilidade (Corvello, 22 de abr. 2014).

Os agentes argumentam que precisam baixar o volume da caixa de som na hora da chamada de internos ou da convocação de algum preso para um serviço específico, mas o coordenador Felipe Sampaio admite que alguns agentes não acreditam no projeto. Baixam o volume, fazem a chamada, e depois não aumentam novamente:

Na CPPL, o sistema [de som] é diferente. As caixas ficam no segundo piso. Então os internos ficam no térreo, as caixas ficam no segundo piso, ficam no teto do segundo piso. Então o sistema de som tem que ser alto, mas aí não atrapalha muito. Pelo contrário. Eles têm uma reclamação que o sistema de som tá baixo, pra você ter uma ideia. Porque eles querem escutar, mas, pela dificuldade, o som tem que ficar alto mesmo. A reclamação que a gente recebe da CPPL IV é disso: que o som tá baixo e que eles não conseguem escutar às vezes.

Porque assim: como o segundo piso é local por onde passam os agentes penitenciários e eles fazem muito procedimento, vão chamar os internos. Aí o som não tá baixo pros agentes, aí atrapalha, né, na hora da chamada. Aí a unidade vai lá e baixa o sistema de som, agente chama o preso, faz o procedimento, mas depois não aumenta o volume, não. Aí fica complicado. A gente também não tá lá pra ficar toda hora aumentando, regulando o volume. Aí o que acaba atrapalhando mais é isso (Sampaio, 22 de abr. 2014).

Para contornar o problema, a assessoria de comunicação da Secretaria da Justiça realiza oficinas de comunicação voltadas aos agentes prisionais. Exemplo disso ocorreu em junho de 2013, quando 50 agentes foram capacitados em comunicação. O objetivo era mostrar aos servidores “a importância da Rádio Livre na ressocialização e como a rádio pode ajudá-los” no trabalho. Na ocasião, os agentes visitaram o estúdio, na sede da Sejus, e gravaram materiais para a rádio<sup>79</sup>.

A resistência à rádio também não é regra. Alguns agentes já gravaram depoimentos, mensagens de esperança para os internos e notícias sobre cursos e capacitações de novos agentes. Outros também ajudam a levar os recados das unidades ao estúdio para serem lidos

---

79 Conforme notícia veiculada em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/leia-mais/14-lista-de-noticias/1403-sejus-promove-oficina-de-comunicacao-para-agentes-penitenciarios>>. Acesso em: 5 de mai 2015.

pelos apresentadores. Neste caso, percebe-se que a Rádio Livre acaba servindo também de instrumento para a formação de trabalhadores das unidades e para que modifiquem a visão de que “preso tem que sofrer”. Entretanto, a radiadora acaba tornando-se um canal para divulgar as boas ações da Secretaria, sem discutir os problemas enfrentados dentro das unidades, inclusive pelos próprios funcionários.

A questão do financiamento das ações promovidas pela própria rádio é outro ponto polêmico. Se ganha num aspecto porque possui equipamentos novos, por outro, perde com a falta de recursos para manter as caixas de som destruídas ou com defeito dentro das unidades<sup>80</sup>.

Há também experiências de transmissão da programação diretamente da unidade prisional, as chamadas “Ações Rádio Livre”. Entretanto, essas atividades não são regulares e são realizadas com apoio principalmente de igrejas e grupos voluntários. Dessa forma, a falta de recursos acaba por dificultar o trabalho da equipe e por não permitir que a transmissão ocorra sem falhas, o que prejudica em parte o objetivo da radiadora, que é de transmitir uma cultura de paz e tranquilidade aos internos.

Agora, ela [a rádio] não tem estrutura. Eles não têm ajuda, tá? Por exemplo, quando eles tiveram aquele evento do dia dos pais, eles fizeram com ajuda da Igreja lá de Itaitinga. Foram eles que deram as cadeiras, foram eles que fizeram o teatro, o refrigerante, era daqueles mais baratinho, mas os presos adoraram. O chocolate, o recheado, eu nunca nem tinha visto aquela marca, mas eles adoraram, porque não têm. Eles fizeram assim... e foi. Por quê? Porque é perigoso você colocar 200 homens num auditório sem algema. Aquilo dali foi um marco pro Felipe. Porque ele colocou 200 homens sem algema num auditório. Demorou por quê? Porque o número de agentes que tinha era inferior. Se eles quisessem fazer uma rebelião, pegar refém, eles poderiam ter feito. Esse evento era pra ter começado 9h, começou 12h30, coisa assim, porque tava esperando o GAP [Grupo de Apoio Penitenciário], aquela polícia que vem, impor a arma e tudo, e não foi preciso nada, nada. Eles se comportaram, eles louvaram, teve muitos que foram lá na frente dizer que queriam aceitar Jesus (Mãe de egresso, 21 de abr. 2014).

Vale ressaltar que a falta de regularidade nessas ações se dá, principalmente, por escassez de verba e pela logística, já que, para a realização de atividades dentro das prisões depende do apoio de agentes especializados na segurança do ambiente prisional devido ao risco de rebelião ou ações violentas.

---

80 De acordo com a equipe da rádio, há casos de caixas de som destruídas ou queimadas durante rebeliões. Entretanto, não se pode afirmar se os equipamentos foram quebrados propositalmente ou não. Em algumas unidades, o sistema de som também é antigo e sem manutenção, o que contribui para falhas na transmissão.

### 3 OS SONS QUE VÃO PARA O CÁRCERE

A Rádio Livre vai ao ar – pela Internet e pelas cerca de 250 caixas de som instaladas nos presídios – de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h. A programação é transmitida apenas em dias úteis, deixando em silêncio as caixas de som durante feriados e fins de semana. A transmissão começa às 8h, com músicas variadas, geralmente brasileiras, *pop rock* e MPB (Música Popular Brasileira). No intervalo, entram inserções como “Bom dia, você está na Rádio Livre” ou “Rádio Livre: a liberdade está no ar”.

Com exceção de algumas entrevistas e de depoimentos gravados, a programação é majoritariamente feita ao vivo. Ao mesmo tempo em que o programa ao vivo dá leveza e mais proximidade com o ouvinte, percebe-se que a rádio fica mais suscetível a “falhas”, como músicas e depoimentos repetidos, cortes bruscos de canções, silêncios prolongados.

Este capítulo apresenta a programação da Rádio Livre a fim de compreender a dinâmica e os objetivos da experiência, a partir da grade enviada pelo jornalista responsável pela rádio e a audição dos programas. Aqui, faz-se referência à grade do segundo semestre de 2014. Como a rádio é recente, há recorrentemente mudanças na programação. Por isso é importante destacar o período da grade detalhada a seguir. Além disso, a mudança de governador e a alteração do gestor da Secretaria também podem gerar modificações na radiadora.

Optou-se por ouvir, durante uma semana, a programação completa da rádio a fim de verificar os detalhes de cada módulo. O período de audição dos programas foi de 6 a 10 de outubro de 2014. Cabe ressaltar que o período escolhido foi apenas para descrever a programação geral, sem se deter a detalhes como discursos e conteúdos, questão que será aprofundada em outro momento. Por isso, ainda um pouco distante da transição de um ano para outro, quando geralmente ocorrem alterações na programação<sup>81</sup>.

#### 3.1 A programação geral

De segunda a sexta-feira, a transmissão da Rádio Livre começa às 8h com músicas em que predominam os gêneros *pop rock*, MPB e românticas nacionais. Entre algumas músicas, são veiculadas vinhetas com os dizeres: “Bom dia! Você está na Rádio Livre” ou “Rádio

---

81 Com a mudança de Governador do Estado do Ceará e a troca de gestão da Secretaria, a programação da Rádio Livre passou por algumas mudanças, que não vão ser objeto de análise neste momento.

Livre: a liberdade está no ar”, “A sua rádio sempre no ar. Rádio Livre: a liberdade está no ar”, “Você está ouvindo a Rádio Livre”, “Faça parte você também da nossa programação: mande seu e-mail para radiolivresejus@hotmail.com ou ligue para 3101.2507. Essa é a Rádio Livre: a liberdade está no ar. Tá ou não tá, Luizinho? Oxe, 'tá sim!”. Essas inserções aparecem todos os dias, ao longo da programação (com a mudança temporal de “bom dia” para “boa tarde”, nos programas após as 12h).

A faixa musical segue até 9h, quando o jornalista Felipe Sampaio cumprimenta os ouvintes e diz o que vai ter durante o programa *Conexão Livre*, que vai até o meio-dia, e conta também o restante da programação do dia.

*Conexão Livre* é um programa de informação e entretenimento, com música, notícias nacionais, locais e da própria Secretaria, além de quadros que variam de acordo com o dia da semana. Na segunda-feira, por exemplo, o jornalista entrevista o diretor da CPPL II, no quadro “Palavra do Diretor”, com destaque para os projetos desenvolvidos na unidade. A seguir, o apresentador informa os canais abertos à participação de ouvintes (telefone, e-mail e intranet)<sup>82</sup>, e coloca mais música (nacionais e internacionais).

Às 10h, Felipe anuncia o quadro “Momento da Notícia”, com informações nacionais, locais e sobre os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria. O quadro é assim descrito em inserções transmitidas na radiadora: “Momento da Notícia. Um programa jornalístico que aborda as principais informações da nossa cidade, do país e do mundo. Momento da notícia: de segunda a sexta, às 10 da manhã, aqui, na Rádio Livre”.

Logo após, às 10h30, o programa segue com o quadro “Café com Glitter”, com a participação da personagem Claudete de Lamark (o apresentador Gilson Lamark faz o papel de uma transgênero). O quadro tem o objetivo de ser humorístico e descontraído, com Felipe e Claudete conversando sobre algum tema do cotidiano (inclusive com as experiências pessoais da cada um). Dentro desse quadro, há outros rápidos “quadros” apresentados por Claudete (sempre no tom humorístico). São eles: Caminhando com a Mundiça<sup>83</sup>, Piada da Hora,

82 Os ouvintes podem enviar recados/sugestões pelo telefone (85) 3101.2507, e-mail radiolivresejus@hotmail.com, pela intranet (para funcionários da Secretaria), ou depositar os recados em urnas espalhadas pelas unidades prisionais. Esses canais são divulgados várias vezes ao longo da programação, por meio de gravações veiculadas durante programação musical e também durante a apresentação dos programas, quando enfatizam as formas de participar.

83 Faz referência a outro quadro apresentado por Felipe Sampaio, às quintas-feiras pela manhã: o Caminhando com a Justiça, quando algum defensor público, advogado ou funcionário da Secretaria da Justiça e Cidadania vai ao estúdio tirar dúvidas sobre os direitos dos internos e de projetos desenvolvidos pela Sejus. Vale destacar que “Mundiça”, no Ceará, é uma gíria utilizada para caracterizar negativamente pessoas que não seguem os padrões de comportamento ditos adequados pelas normas vigentes (sem querer entrar no aspecto de juízo de valor, para o senso comum, o termo seria algo como pessoas “bregas” ou “mal-educadas”,

Conselhos da Claudete, e Pensamento do Dia. Em seguida, Felipe anuncia o *Alô Rádio Livre*, quando familiares e amigos dão recados aos internos (gravados ou escritos) e pedem músicas para tocar na rádio.

Às quintas-feiras, o *Conexão Livre* ainda tem o quadro “Caminhando com a Justiça”, quando algum funcionário da Secretaria vai ao estúdio apresentar um projeto da Sejus. Também, nele, advogados e defensores públicos são convidados a tirar dúvidas sobre os direitos dos internos e, em alguns casos, egressos que fazem algum trabalho no sistema também vão dar depoimentos e comentar as atividades desenvolvidas. Alguns temas abordados nesse quadro são questões complexas, como o tráfico de seres humanos, a educação no sistema carcerário e o combate à tortura.

Os horários dos quadros não costumam ser respeitados rigorosamente. Como a maioria dos programas é ao vivo, em alguns momentos, certos assuntos acabam extrapolando o horário inicialmente pensado, o que altera os horários de outros quadros, como o próprio *Alô Rádio Livre*. O quadro “Momento da Notícia”, por exemplo, nem sempre vai ao ar todos os dias, a depender da dinâmica do programa ao vivo.

Às sextas-feiras, Felipe e alguns integrantes da assessoria de comunicação da Sejus apresentam, pela manhã, o *Especial da Semana*, que dá destaque a um gênero musical ou artista (cantor ou banda), como esclarece a chamada do programa: “Música, história e realidade reunidos no *Especial da Semana*. *Especial da Semana*, um programa com os melhores artistas de todos os tempos. Toda sexta-feira, às 9 da manhã, aqui, na Rádio Livre”. A cada semana, apresenta-se a vida e as músicas de um artista ou banda específica. Já houve programas sobre grupos como Molejo, Jota Quest e Reginaldo Rossi.

Durante as manhãs, além dos quadros, também fazem parte da programação: músicas, campanhas informativas (como as do Ministério da Saúde de combate à dengue e de incentivo aos homens irem ao médico periodicamente), depoimentos de egressos, inserções de gravações de internos dizendo que estão “ligados na Rádio Livre” e *Momentos de Reflexão*, que são apresentados por integrantes de comunidades cristãs (evangélicas e católicas) que dão conselhos ou passam mensagens tendo como ponto principal o amor de Deus. Essas mensagens geralmente estão relacionadas a uma canção religiosa que é tocada logo em seguida.

---

geralmente também se referindo a pessoas mais pobres).

Outras inserções são a das equipes de saúde da Sejus explicando como o interno deve fazer para receber atendimento odontológico na unidade em que está, e, em alguns dias, o “Momento do Agente”, quando o jornalista responsável pela rádio entrevista (gravada) algum agente penitenciário que explica qual a função dele no sistema. Em alguns momentos, a mesma gravação é repetida ao longo da programação, na mesma semana.

A transmissão segue ao meio-dia com o *Essa é da Minha Época*. O programa, apresentado pelo jornalista Gilson Lamark, é marcado por músicas estrangeiras, predominantemente de língua inglesa, além de bregas e românticas.

Às 13h, a estudante Cynthia Corvello, do curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), comanda o programa *Se Intera*. Além de músicas e do quadro *Alô Rádio Livre*, com recados escritos e gravados por familiares de internos (geralmente após as 15h), Cynthia apresenta o horóscopo do dia, dicas de leitura (em que indica um livro ou autor para os internos), dica de filme (em que lê a sinopse do filme que vai passar na Sessão da Tarde da TV Globo e faz comentários a respeito da obra – se vale a pena assistir ou não), e 30 minutos exclusivos de música nacional (com ênfase em MPB).

Às 15h, a Rádio Livre transmite a radionovela “Justiça em Cena”, produzida pela Rádio Justiça<sup>84</sup>. Com cerca de cinco minutos de duração, a radionovela vai ao ar de segunda a sexta, com episódios semanais que apresentam temas relacionados aos direitos do cidadão<sup>85</sup>.

*Se Intera* conta ainda com serviços como dicas de saúde (com algumas informações de prevenção e tratamento de doenças), gravadas pelo jornalista Felipe Sampaio, e Manual do Visitante<sup>86</sup>, em que, a cada dia, Cynthia Corvello lê um item dos direitos e deveres dos internos e visitantes. Como a apresentadora já passou pelo sistema fechado, em muitos momentos, ela manda mensagens de força e motivação para quem ainda está nas unidades, ressaltando a própria experiência.

---

84 A Rádio Justiça é emissora do Poder Judiciário administrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Pode ser ouvida *online* através do endereço eletrônico: <<http://www.radiojustica.jus.br/>> Acesso em: 14 mai. 2014.

85 De acordo com o sítio eletrônico da Rádio Justiça, a radionovela Justiça em Cena “é um projeto da Rádio Justiça iniciado em 2004, quando a emissora foi inaugurada”. Em 2007, a Rádio retomou e reelaborou o programa, com episódios semanais, os quais estão disponíveis no próprio portal da Rádio. Disponível em: <<http://www.radiojustica.jus.br/radiojustica/programacao!visualizarPrograma.action?menuSistema=mn324&entity.id=248852>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

86 O “Manual do Visitante” consiste na leitura do manual produzido pela Sejus para os visitantes de internos. Nele, a pessoa toma conhecimento dos itens que podem entrar nas unidades, como fazer para se cadastrar para visitar parentes, diferença entre preso condenado e preso provisório, como é feita a revista nas unidades etc. O Manual está disponível no portal da Sejus e também pode ser lido em: <<http://pt.calameo.com/read/003564567dec892037ea8>>. Acesso em: 31 mar. 2015.



É possível, em alguns momentos, ouvi-la dando ênfase a dicas para “as meninas do IPF” (Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa), onde ela também esteve. Em dicas de leitura, por exemplo, fala sobre alguns livros que tem “certeza” que existem no presídio feminino. Essas palavras são importantes para os/as internos/as saberem os direitos e tomarem conhecimento de prevenção de doenças e também ficarem motivados a sair de lá, tendo a apresentadora como exemplo de superação.

Assim como a programação da manhã, o programa da tarde também possui músicas, inserções de campanhas de prevenção a dengue, saúde do homem, campanha de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, de prevenção ao tráfico de pessoas, informes sobre o grupo de narcóticos anônimos, *Momentos de Reflexão* (muitas vezes repetidos), “Momento do Agente” (também repetido com o de manhã).

É importante destacar que muitas inserções (como combate à dengue, exploração sexual, tráfico de pessoas) são campanhas nacionais dos Ministérios da Saúde e da Justiça. Há também campanhas que falam de alimentação adequada nas escolas, participação infantil, violência contra criança e adolescente, entre outras. Em alguns momentos, as campanhas são da própria Rádio Livre ou da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, como são os casos das informações sobre como fazer a carteirinha para visitar filho ou marido na CPPL II e instruções sobre como prevenir doenças sexualmente transmissíveis, importantes também para a realidade dos internos.

Existem ainda inserções de depoimentos de internos, familiares e funcionários da Sejus sobre a Rádio Livre. Em outros casos, personagens famosos de emissoras de televisão local ajudam na divulgação da radiadora e dão conselhos aos internos. É o caso do Tizil<sup>87</sup>, personagem famoso do Programa *Nas Garras da Patrulha*, da TV Diário, que faz uma participação num *spot* para a rádio:

(Felipe): E aí, Tizil, você se deu bem. Saiu do presídio, está trabalhando agora? Como é que tá?

(Tizil): Meu irmão, é muita sorte do nêgo, maluco! Rapaz, diz aí, cara, que eu fiquei

---

87 Tizil é o nome do personagem principal do “Rabo de Foguete”, quadro exibido no *Nas Garras da Patrulha*, programa humorístico apresentado na TV Diário (emissora integrante do Grupo Edson Queiroz, que também é controladora da TV Verdes Mares, afiliada da Globo no Ceará). Todos os personagens são bonecos. O quadro consiste na “reprodução” de um programa televisivo de jornalismo policial. Marcelo Rezende apresenta o caso do “Rabo de Foguete”, protagonizado por Tizil, um boneco negro que usa boné, óculos escuros e está sempre com um cigarro na boca, faz uso de muitas gírias e, diversas vezes, fala errado, elementos que reforçam o estereótipo de negros e pobres. Ele, no quadro, faz a figura do “malandro” que sempre quer “se dar bem”, mas acaba preso.

sabendo, doido, que tem emprego aqui fora, cara. Na hora que eu saí, eu fui direto lá na Sejus. Meu irmão, eu recebi foi uma carta, já, cara!

(Sobe BG com palmas)

(Tizil): Eu consegui um emprego, maluco! Meu irmão, cara, aqui tem emprego garantido, cara, tem curso que o nêgo pode fazer, maluco. Rapaz, tem bombeiro, pra pedreiro, servente. Tem pra tudo, maluco. Até engenheiro, se quiser, doido. Depende só do nêgo, maluco! Rapaz, aqui fora tá muito bom, galera. Meu irmão, doido, você que tá aí, maluco, quando sair, procura a Sejus, cara. Só não vai trabalhar se não quiser, doido (Rádio Livre, out. 2014).

Outro *spot* também se destaca: em depoimentos, funcionários, egressos e familiares dizem por que gostam da Rádio Livre e, em seguida, o jornalista Felipe Sampaio explica o que é a radiadora:

(Povo fala): (Homem 1): Pra mim, a Rádio Livre não é só música, é também oportunidade, informação, é ressocialização e é expressão.

(Mulher 1): Eu escuto a Rádio Livre todos os dias e não perco um programa. Além das músicas, ficamos por dentro de tudo o que acontece no Brasil e no mundo.

(Mulher 2): Eu gosto muito da Rádio Livre porque ela interage com os familiares dos internos que acham que são esquecidos. Na realidade, não. Ficam sabendo que os familiares estão aqui fora e sentem falta deles. É por isso que eu gosto da Rádio Livre.

(Sobe BG com introdução da música “Toda forma de amor”, de Lulu Santos)

(Felipe Sampaio): A Rádio Livre é um projeto da Secretaria da Justiça que abrange familiares, servidores, internos e egressos do sistema prisional. Com programação variada de música, educação, informação e entretenimento, você escuta a Rádio Livre de segunda a sexta das oito da manhã<sup>88</sup> da tarde.

(Locutor): Rádio Livre, a liberdade está no ar. (Rádio Livre, out. 2014).

Após as 17h, horário em que os internos se recolhem às celas (também chamada de “hora da tranca”), a Rádio Livre passa a tocar exclusivamente música religiosa, com conteúdo cristão. Além das músicas, depoimentos e “momentos de reflexão” também continuam a ser transmitidos pelas caixas de som.

Às 18h, começa o programa *Momento de Reflexão*. Durante uma hora, o espaço da rádio é cedido a uma comunidade convidada. A cada dia da semana, um grupo transmite mensagens de fé cristã (católica ou evangélica) aos internos das unidades prisionais cearenses que participam do projeto. Assim, às segundas-feiras, o horário fica a cargo da Igreja Batista

<sup>88</sup> A programação desenvolvida pela equipe da Rádio Livre vai até 17h. Depois disso, os programas ficam a cargo de grupos religiosos no *Momento de Reflexão*.

Central (IBC), que faz orações, reflexões e transmite músicas. A terça-feira é destinada a uma comunidade católica da renovação carismática (Canção Nova), que geralmente transmite palestras de eventos realizados por ela em outras ocasiões.

O dia seguinte é destinado ao programa “Shalom no Ar”, da comunidade católica Shalom, também da Renovação Carismática. Apesar de a comunidade possuir um programa radiofônico na internet e em outras emissoras radiofônicas, o programa transmitido na Rádio Livre é produzido especificamente a este público, inclusive, em alguns momentos, também veiculando as mensagens enviadas pelos familiares.

Na quinta-feira, é a vez do programa “Resgate”, apresentado por um egresso do sistema que desenvolve trabalho de evangelização dentro das unidades. Com leitura e reflexão de passagens bíblicas, o programa é evangélico. Quem encerra a programação da semana, na sexta-feira, é a igreja Videira. Evangélica, a programação também é formada por músicas, reflexões e momentos de fé cristã.

Estes são os espaços (de 17h as 19h) em que as músicas religiosas ganham mais destaque. Ao longo da programação, são apenas “pontuais”, aparecem apenas para atender o pedido de ouvintes ou após os “Momentos de Reflexão” apresentado em pequenas inserções durante o dia. Assim, há um espaço demarcado às músicas religiosas, porém, não há diversidade entre as crenças apresentadas pela Rádio Livre, o que também ocorre em relação aos programas religiosos apresentados por parceiros da rádio.

Neste capítulo, pretende-se aprofundar a análise dos principais programas da Rádio Livre: o *Conexão Livre*, que vai ao ar de segunda a sexta<sup>89</sup>, das 9h às 12h, apresentado pelo jornalista Felipe Sampaio; o *Se Intera*, transmitido à tarde, de 13h a 17h, com apresentação de Cynthia Corvello; e o *Momento de Reflexão*, de cunho religioso, de 18h a 19h. Também será dado destaque especial ao *Alô Rádio Livre*, momento de divulgação dos recados de familiares aos internos, transmitido duas vezes por dia: de manhã, durante o programa de Felipe Sampaio, e à tarde, como parte da programação do *Se Intera*. O quadro a seguir sintetiza a grade de programação da Rádio Livre:

---

89 Apenas em dias úteis. Em feriados, a rádio também não funciona.

**Quadro 2:** Programação Rádio Livre

<b>Hora</b>	<b>Segunda</b>	<b>Terça</b>	<b>Quarta</b>	<b>Quinta</b>	<b>Sexta</b>
<b>8h-9h</b>	Produção Musical	Produção Musical	Produção Musical	Produção Musical	Produção Musical
<b>9h-12h</b>	<b>Conexão Livre</b> (Felipe Sampaio) Ao vivo	<b>Conexão Livre</b> (Felipe Sampaio) Ao vivo	<b>Conexão Livre</b> (Felipe Sampaio) Ao vivo	<b>Conexão Livre</b> (Felipe Sampaio) Ao vivo	<b>Conexão Livre</b> (Felipe Sampaio) Ao vivo
<b>9h</b>	Produção Musical	Produção Musical	Produção Musical	Produção Musical	Especial da Semana Ao vivo
<b>10h</b>	<i>Momento da Notícia</i> Ao vivo	<i>Momento da Notícia</i> Ao vivo	<i>Momento da Notícia</i> Ao vivo	<i>Momento da Notícia</i> Ao vivo	<i>Momento da Notícia</i> Ao vivo
<b>10h30</b>	<i>Café com Glitter</i> (Programa de humor) Ao vivo	<i>Conexão Livre</i> (Felipe Sampaio) Ao vivo	<i>Café com Glitter</i> (Programa de humor) Ao vivo	<i>Caminhando com a Justiça</i> Gravado (às vezes, ao vivo)	<i>Café com Glitter</i> (Programa de humor) Ao vivo
<b>11h</b>	<b>Alô, Rádio Livre!</b>	<b>Alô, Rádio Livre!</b>	<b>Alô, Rádio Livre!</b>	<b>Alô, Rádio Livre!</b>	<b>Alô, Rádio Livre!</b>
<b>11h30</b>	Produção Musical (Felipe Sampaio)	Produção Musical (Felipe Sampaio)	Produção Musical (Felipe Sampaio)	Produção Musical (Felipe Sampaio)	Produção Musical (Felipe Sampaio)
<b>12h</b>	Essa é da minha época (Gilson Lamark) Ao vivo	Essa é da minha época (Gilson Lamark) Ao vivo	Essa é da minha época (Gilson Lamark) Ao vivo	Essa é da minha época (Gilson Lamark) Ao vivo	Essa é da minha época (Gilson Lamark) Ao vivo
<b>13h-17h</b>	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello) Ao vivo	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello) Ao vivo	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello) Ao vivo	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello) Ao vivo	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello) Ao vivo
<b>15h</b>	<b>Rádio Novela e Alô!</b>	<b>Rádio Novela e Alô!</b>	<b>Rádio Novela e Alô!</b>	<b>Rádio Novela e Alô!</b>	<b>Rádio Novela e Alô!</b>
<b>15h30-17h</b>	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello)	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello)	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello)	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello)	<b>Se Intera</b> (Cynthia Corvello)
<b>17h</b>	Produção Musical Religiosa	Produção Musical Religiosa	Produção Musical Religiosa	Produção Musical Religiosa	Produção Musical Religiosa
<b>18h-19h</b>	<b>Momento de Reflexão</b> Igreja Batista Central – Evangélica Gravado	<b>Momento de Reflexão</b> Igreja Católica (Canção Nova) Gravado	<b>Momento de Reflexão</b> Igreja Católica (Comunidade Shalom) Gravado	<b>Momento de Reflexão</b> Resgate Evangélico Gravado	<b>Momento de Reflexão</b> Igreja Videira – Evangélica Gravado

### 3.2 Conexão Livre

O programa apresentado pelo jornalista Felipe Sampaio vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h. O objetivo é ter um caráter mais informativo, com notícias do sistema, da própria Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) e informações gerais do Ceará e do Brasil,

além de quadros que variam a cada dia.

O programa *Conexão Livre* mistura música com informação. Para isso, além de notícias e dicas dadas pelo próprio apresentador, o programa possui “intervalos” nos quais são transmitidos informes de utilidade pública, chamadas para os programas da própria rádio e campanhas de saúde, como prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e prevenção e combate ao mosquito da dengue.

Às 10h, Felipe apresenta o quadro “Momento da Notícia”, no qual anuncia as principais informações do sistema penitenciário, além de notícias do estado do Ceará e do Brasil. Um exemplo desse caráter mais noticioso foi no dia 6 de outubro de 2014, um dia depois do primeiro turno das eleições no país. Naquele dia, o apresentador da Rádio Livre noticiou os resultados do primeiro turno das eleições: disse quem foi para o segundo turno na disputa para o governo do estado do Ceará, qual foi o senador eleito pelo estado, os deputados estaduais mais votados. Também destacou os parlamentares “famosos” eleitos em outros estados e comentou sobre os candidatos da bancada da Bala no Ceará (quem foi e quem não foi eleito). Anunciou quem foi para o segundo turno para disputar a presidência da República e, para encerrar o assunto eleições, falou sobre os presos provisórios da CPPL II que votaram no primeiro turno<sup>90</sup>. Por fim, chamou uma reportagem de uma rádio parceira<sup>91</sup> sobre a campanha do Outubro Rosa.

Em relação ao Momento da Notícia, Felipe Sampaio explica:

Nós temos aqui notícias do Brasil e do mundo. Nós temos aqui o Momento da Notícia, que é pela manhã, que é um noticiário que a gente não fala de violência. Se você for abrir um site de notícias, o que você vai ver mais é violência. Tantas pessoas mortas no último feriado, tantos mortos no final de semana. Aqui a gente num dá não. A gente dá notícias inicialmente que interesse aos internos e que possam trazer alguma satisfação pra eles, que eles possam dizer: ah, isso aqui é importante pra mim. Sei lá, carta de emprego – que quando ele sair precisa de uma carta de emprego pra conseguir um local pra trabalhar –, o que significa a redução de pena pelo estudo, como funciona, quantos dias de trabalho eu tenho direito a minha remissão, então tudo isso a gente explica também (Sampaio, 22 abr. 2014).

---

90 A Lei Eleitoral permite que presos provisórios votem. De acordo com o artigo 15 da Constituição Federal, apenas são impedidas de votar as pessoas que, no dia da votação, tiverem contra si condenação criminal transitada em julgado. Em março de 2010, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a Resolução nº 23.219, que regula a instalação de seções eleitorais em prisões e estabelecimentos de internação de adolescentes para garantir o voto de presos provisórios e adolescentes quem cumprem medidas socioeducativas de internação.

91 A Rádio Livre possui parceria com outras rádios, principalmente públicas e educativas, que disponibilizam reportagens e programas para serem utilizados por outras rádios. Neste caso, a reportagem em questão era de um repórter da rádio do TSE.

É interessante destacar que o quadro em questão foi pensado para ser diário, mas nem sempre isso ocorre. Na semana analisada, entre os dias 6 e 10 de outubro de 2014, por exemplo, o “Momento da Notícia” foi transmitido apenas na segunda-feira, dia seguinte ao primeiro turno das eleições.

A falta de rigor nos horários e da frequência de determinados quadros deixa evidente que o projeto ainda precisa de ajustes. Também é notável a falta de equipe da rádio. No caso do quadro em questão, o jornalista Felipe Sampaio é o produtor e apresentador, muitas vezes não tendo tempo de realizar uma apuração prévia dos principais assuntos do dia, já que o programa é ao vivo e o jornalista também é coordenador da rádio (responsável por acompanhar os outros programas durante o dia e resolver eventuais problemas referentes à radiadora no estúdio ou nas unidades).

Em outras ocasiões, o jornalista também utiliza gravações de reportagens feitas por ele mesmo em atividades da Sejus, como entrevistas com internos e diretores das unidades sobre inaugurações de projetos ou encerramento de cursos, e a reportagem passa a ser transmitida em várias ocasiões durante a programação.

Outro quadro do *Conexão Livre* é o “Café com Glitter”. Apresentado pelos jornalistas Felipe Sampaio e Gilson Lamark, o quadro tem uma proposta de ser humorístico ao mesmo tempo em que tenta apresentar um pouco mais do trabalho da Secretaria da Justiça. A vinheta de abertura do quadro é um barulho de carro e depois de alarme de travamento de portas, como se a pessoa estivesse chegando em um local. Depois, uma voz imitando o apresentador do SBT, Silvio Santos, chama Claudete de Lamark e anuncia o “Café com Glitter”.

Claudete é a personagem interpretada por Gilson Lamark, que simula uma voz masculina afeminada, com forte marca estigmatizante da população LGBT<sup>92</sup>. O quadro pretende ser descontraído. Felipe e Claudete conversam sobre assuntos cotidianos, contam causos da vida de cada um, e fazem brincadeiras e piadas um com o outro, uma forma de aproximar apresentadores e ouvintes. Entretanto, em certos momentos, algumas piadas podem reforçar estereótipos e preconceitos contra alguns setores da sociedade. Um exemplo foi o que ocorreu com a religião de matriz africana. No dia 9 de outubro de 2014, quando Claudete chegou, o apresentador fez uma brincadeira dizendo que ela estava toda de preto, “parecendo uma galinha preta” e emendou com a expressão “chuta que é macumba”, fazendo referência negativa a alguns elementos de religiões de matriz africana, contribuindo, assim, para a

---

92 Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros.

estigmatização e a persistência do preconceito contra essas religiões.

O “Café com Glitter” ainda apresenta: “Piada da Hora”, “Conselho da Claudete” e “Pensamento do Dia”, todos em tom de brincadeira, mesmo inicialmente parecendo ser sério. Um dado interessante é que, geralmente, Claudete recebe convidados, sendo, na maioria das vezes, pessoas da própria Sejus, que vão explicar o trabalho que desenvolvem na Secretaria. É uma forma de divulgar as atividades da Secretaria, em tom descontraído, ao mesmo tempo em que valoriza o trabalhador e o aproxima do público-alvo: internos do sistema penitenciário e familiares.

O *Conexão Livre* segue ainda com mensagens gravadas de diretores, agentes penitenciários, depoimentos de egressos e reflexões de religiosos (evangélicos e católicos). Outro quadro importante do *Conexão Livre* é apresentado às quintas-feiras, às 10h30min. O “Caminhando com a Justiça” recebe a visita de alguém do sistema (defensor público, advogado) para tirar dúvidas dos internos sobre julgamento, penas, alvarás etc, como explica Felipe Sampaio:

A gente produz, a gente traz sempre um defensor público, tem um tema, e, quando a gente tem um tempo antes, a gente vai lá na unidade e procura sempre gravar na voz do interno. Procura gravar pra ficar mais próximo da realidade, mostrar que eles estão participando [...] Eles escutam: olha, minha voz aqui que bacana. [...]

Eu já sei o tema, o tema vai ser sobre a remissão de pena. Então, quando a gente vai à unidade, a gente aproveita e já leva uma pergunta também e diz: olha, o tema vai ser sobre remissão de pena. O que você tem pra perguntar sobre isso? (Sampaio, 02 abr. 2013).

Em algumas ocasiões, o “Caminhando com a Justiça” também recebe egressos e funcionários da Sejus que explicam alguns programas de defesa dos direitos humanos desenvolvidos pela Secretaria. Foi o que ocorreu no programa transmitido no dia 9 de outubro de 2014. O quadro, ao vivo, recebeu o nigeriano Cornelius Okwudili Ezeokeke, egresso do sistema penitenciário cearense, que contou a história da vida dele e como está depois de sair da prisão, destacando as oportunidades que aproveitou e os desafios enfrentados<sup>93</sup>.

93 No programa, Cornelius disse que foi preso por tráfico de drogas. Na penitenciária, iniciou os estudos principalmente para conseguir se comunicar com as pessoas, pois tinha dificuldade por causa do idioma português. Coursou a Escola de Jovens e Adultos (EJA) e depois se formou em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza. Depois que saiu da prisão, iniciou o curso de especialização em Segurança Pública pela Universidade do Parlamento Cearense. Começou a trabalhar na Sejus em 2008 na limpeza e, na época da entrevista (2014), atuava na Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização, também da Secretaria. Foi um dos vencedores do concurso de redação Escrevendo a Liberdade, promovido pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) e é autor de dois livros: *Penas mais rígidas, justiça ou vingança* (2011), e *Paradoxos do Cárcere* (2013). A história, porém, não é só de superação, é de preconceito

O programa também apresenta o *Alô, Rádio Livre*, recados de familiares para os internos do sistema prisional cearense, questão que será abordada de forma mais detalhada posteriormente.

### 3.3 Se Intera

De segunda a sexta-feira, uma voz feminina comanda as tardes dos internos e de quem escuta a Rádio Livre pela internet: Cynthia Corvello, que já cumpriu pena no sistema prisional cearense e é estudante de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), apresenta, de 13h as 17h, o *Se Intera*, programa com música, dicas de leitura, horóscopo, sinopse de filmes e novelas da TV Globo e mensagens para quem passa algo parecido com o que ela viveu: a realidade da prisão.

A apresentadora do programa chegou na Rádio Livre em 2013, quando conseguiu ir para o regime semiaberto, mas já conhecia a rádio da própria cela. Como já relatado no capítulo anterior, o primeiro contato dela com a radiadora ocorreu a partir de um problema na rádio, que funcionou durante uma madrugada com músicas evangélicas e forró, atrapalhando o descanso das internas do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF).

Meu primeiro contato com a Rádio foi desastroso. Tinha uma caixinha de som em frente à minha cela. Eu levantava 4h30min da manhã, porque eu saía do presídio 5h30 da manhã pra ir pra faculdade todos os dias. E aí teve uma noite que ficou tocando, muito, mas muito alto mesmo pela caixinha de som Calcinha Preta<sup>94</sup> e música evangélica ao vivo. E aquele povo gritando, louvando o senhor como se Deus fosse ter algum problema auditivo até três horas da manhã (Corvello, 22 de abr. 2014).

Cynthia reclamou do problema da rádio e teve resposta do Rodrigo de Moraes, na época, coordenador do projeto. Depois, conheceu Felipe Sampaio, atual coordenador da Rádio Livre, em um evento realizado no presídio, no qual ela foi mestre de cerimônias. Depois, quando conseguiu a progressão para o regime semiaberto, passou a trabalhar na Rádio Livre à tarde, no horário oposto ao da faculdade.

De acordo com ela, o nome do programa, *Se Intera*, faz referência à linguagem dos

---

pela raça/cor, e discriminação por ser ex-presidiário.

94 Banda de forró de Sergipe. A carreira começou em 1995, com o “forró eletrônico”, mais agitado e com a presença de bateria, guitarra e metais, diferente do forró pé de serra, mais tradicional. Um dos sucessos da banda foi a música: “Você não vale nada, mas eu gosto de você”.



presídios: “Se Intera é uma linguagem da própria comunidade carcerária, pra pessoa se ligar, pra pessoa ficar atenta” (Corvello, 22 abr. 2014).

A ideia inicial era fazer um programa destinado ao público feminino, mas ela não concordou:

O programa que tinha anteriormente, no horário, era um programa voltado para o público feminino. Aí eu falei pro Felipe: não rola. Porque eu não vou poder dar dicas de manicure porque não entra manicure, não vou poder dar dica pra cabelo porque não entra um monte de artigo pra cabelo. Quando muito entra uma tinta por mês, e olha lá. Não vou poder dar dica de maquiagem porque nem todo mundo pode receber maquiagem.

Então vamos fazer um programa que tenha dica de saúde que de vez em quando eu dou uma dica de beleza e tal. Ah, legal. Que mais, Cynthia? Ah, eu sei que o pessoal lá é noveleiro, inclusive os homens. Na Pacatuba, na hora do resumo das novelas, eles ficam quietos. O Rodrigo [Moraes, ex-coordenador da rádio], que trabalhava lá, ele dizia: Cynthia, na hora que você fala o resumo das novelas, eles ficam quietinhos. E quando eu tava lá [presa], às vezes eu ficava na angústia de querer saber se ia passar um filme bom em algum canal e não tinha ideia. Então, também tem a dica de filmes. Como tem a biblioteca, quase todas as unidades agora têm livros, dica de leitura. Na dica de leitura, às vezes eu coloco um momento de reflexão, uma frasezinha, um puxãozinho de orelha. Na dica de saúde eu também dou um puxãozinho de orelha, questão de higiene, questão de bom humor, do mau humor. As pessoas resmungam muito de tudo que tem lá. Então eu dou um puxão de orelha assim bem discretinho. [...] Então eu busquei colocar elementos que são do interesse da pessoa que tá lá dentro (Corvello, 22 de abr. 2014).

Como já passou pelo regime fechado, Cynthia aproveita a experiência para passar tranquilidade e perseverança aos demais internos. No programa, durante a saudação inicial, manda abraços para funcionários do IPF e para colegas que também estão lá. Em vários momentos, comenta a trajetória pessoal dela, como forma de se aproximar dos ouvintes. No dia 6 de outubro de 2014, por exemplo, ela parabenizou todos os internos que votaram no primeiro turno das Eleições Gerais e disse que não pôde votar porque ainda cumpre pena (pois está em semiaberto).

No programa, dá dicas de leitura, filmes, resumo de novelas, curiosidades, apresenta músicas, manda mensagens de conforto e esperança, e oferece dicas de saúde. Também é no *Se Intera* que é apresentada a radionovela “Justiça em Cena”, e a segunda edição do *Alô Rádio Livre* (recados para os internos).

A radionovela é uma produção da Rádio Justiça e vai ao ar de segunda a sexta, às 15h. Com duração de cinco minutos, toda semana traz um tema diferente, sobre assuntos relacionados aos direitos e deveres do cidadão. Vale ressaltar que a Rádio Livre possui parceira com a Rádio Justiça e utiliza não só as radionovelas, mas também reportagens e

notícias transmitidas pela rádio administrada pelo Supremo Tribunal Federal<sup>95</sup>.

Cynthia explica que o *Se Intera* é pensado e modificado a partir das demandas dos internos e das internas. Como tem contato direto com o presídio feminino, a apresentadora sabe quando o quadro é bem recebido pelas internas ou não. No caso do masculino, o retorno ocorre principalmente por meio dos familiares.

Em entrevista realizada em abril de 2014, Cynthia destacou, por exemplo, o quadro de interpretação dos sonhos, que era transmitido durante o *Se Intera*. Ela disse que decidiu não transmiti-lo mais justamente porque não recebia retorno dos ouvintes, ao contrário do que ocorria em relação ao horóscopo que, segundo ela, “tem bastante audiência” (Corvello, 22 de abr. 2014).

A apresentadora, por já ter cumprido o regime fechado e estar, agora, no semiaberto, não só conhece e vivenciou o presídio feminino como ainda tem contato com as internas, o que facilita a participação delas no programa. Em outras palavras, Cynthia acaba sendo a “ponte” entre a Rádio Livre e as internas do IPF:

As meninas, elas ficam muito felizes, elas gostam muito, elas adoram a hora do Alô. Elas se sentem valorizadas, que eu pego pensamentos delas e gravo e coloco pra tocar, entrevistas com elas mesmo, dicas de leituras delas mesmo, então elas acabam participando disso, entendeu? Elas participam da programação e essa é a nossa ideia, que as pessoas que estejam dentro dos presídios também participem da programação, mas é um pouco complicado (Corvello, 22 de abr. 2014).

Também se pode observar uma proximidade maior da apresentadora com as internas. No *Se Intera*, Cynthia faz questão de mandar “alôs” e “abraços às meninas do IPF”, parabeniza quem ela lembra que faz aniversário na data, ou cita alguém em comentários que ela faz. Um exemplo foi o que ocorreu no dia 6 de outubro de 2014. Logo no início do programa, a apresentadora “parabeniza tia Martinha [funcionária do IPF]” pelo aniversário e dedica duas músicas a ela. No dia seguinte, 7 de outubro de 2014, ao mandar abraço para as “meninas do IPF”, a apresentadora diz que está “com saudades”.

Em alguns dias, o programa também transmite reportagens e quadros gravados. Por exemplo, o do Programa de Ações Continuadas de Assistência aos Drogadictos do Sistema

---

95 De acordo com Felipe Sampaio (2013), a equipe da Rádio Livre foi a Brasília em março de 2013 para conhecer a Rádio Justiça. Firmaram parceria para que a radiadora cearense pudesse transmitir programas e notícias da Rádio Justiça. Na ocasião, a então coordenadora da Rádio Justiça gravou uma mensagem para a Rádio Livre, a qual ainda é veiculada pela rádio poste: “Olá, eu sou Alexandra Fiori, coordenadora de jornalismo da Rádio Justiça. Estamos juntos com a Rádio Livre. E você confere nossa programação de segunda a sexta, das 8h da manhã às 7h da noite. Fique ligado, sintonize seus direitos”.

Penitenciário (Pacad), que tem um quadro com dicas de saúde e bem-estar que é gravado e transmitido durante o *Se Intera*. A ideia é dar exemplos de superação e de ações que fazem a pessoa se sentir bem, como trabalho voluntário, meditação etc.

Outro quadro gravado que é transmitido durante a programação da tarde é o Manual do Visitante<sup>96</sup>. Nele Cynthia lê a publicação da Sejus que diz quais são os direitos e deveres dos internos e familiares, uma forma de garantir e divulgar informações úteis e diretamente relacionadas ao público ouvinte.

### 3.4 Momento de Reflexão

Durante a semana, a partir das 17h, a Rádio Livre passa a se dedicar apenas a músicas e programas religiosos. O horário escolhido para “acalmar os espíritos” é justamente na hora em que os internos são trancados nas celas, como destaca Sampaio (2013):

E de segunda a sexta, no horário de 6h as 7h da noite, nós temos o Momento de Reflexão. Por que esse horário? O dia todinho eles ficam muito agitados. Então, o horário que acontece a tranca, como chamam, que eles ficam trancados, jantam e depois vão pra cela descansar, não podem mais sair, é a partir de 5 horas [da tarde]. E é quando termina aqui o nosso expediente. Então, cinco horas a gente bota aqui umas músicas lentas, músicas evangélicas, que eles gostam muito, né, têm referência, e 6 horas começa um programa (Sampaio, 2 de abr. 2013).

A primeira hora é destinada apenas a músicas cristãs (evangélicas e católicas). Depois, de 18h a 19h, a programação da Rádio Livre se encerra com programas promovidos por igrejas ou grupos religiosos.

Cada dia da semana é dedicado a uma comunidade diferente. Na segunda-feira, é transmitido o programa “Só por Hoje”, produzido por integrantes do projeto “Celebrando a Restauração”, da Igreja Batista Central. A produção apresenta músicas religiosas, leitura da Bíblia, depoimentos, mensagens para evitar “recaídas” (de drogas, prostituição, masturbação etc), orações e explica sobre o projeto “Celebrando a Restauração”<sup>97</sup>. O programa é feito para a Rádio Livre, pois o locutor, em vários momentos, “conversa” com os internos

96 Lançada em 2014, a publicação apresenta informações como: dias de visita, itens que podem entrar nas unidades, como fazer o cadastro para visitante, quem pode visitar, diferença entre preso provisório e preso condenado etc. O Manual também está disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/003564567dec892037ea8>>. Acesso em: 23 de abr. 2015.

97 “Celebrando a Restauração” é um projeto desenvolvido pela Igreja Batista Central (IBC) dentro e fora de unidades prisionais. Tem cunho religioso (evangélico). O projeto é responsável pelo programa que a IBC comanda na Rádio Livre durante o *Momento de Reflexão*.

Na terça-feira, a programação religiosa fica a cargo da Igreja Católica. O programa se resume a uma palestra gravada, aparentemente sem nenhum vínculo ou relação com os presídios. O palestrante fala para uma plateia e, pelo contexto, tem-se a impressão que se trata de um evento ou acampamento católico. O palestrante (que não é identificado), conta experiências pessoais, discute um texto bíblico e faz referência aos dias anteriores (daí a impressão de se tratar de um acampamento). Vale ressaltar que em nenhum momento é feita referência aos internos, o que evidencia que o programa não foi feito para a Rádio Livre, sendo apenas um “tapa-buraco” na programação.

Na quarta-feira, a Rádio Livre recebe o programa “Shalom no Ar”, da comunidade católica Shalom<sup>98</sup>. O programa, produzido por um integrante da comunidade, é feito exclusivamente para a radiadora da Sejus. Nota-se que o apresentador Tiago Fontenele fala diretamente para os internos, mandando abraço e oferecendo músicas às pessoas que estão nas CPPLs. Além de oração e músicas católicas, o programa apresenta depoimentos e ainda tem quadros com outras pessoas, como o da missionária católica Emir Nogueira, que fala sobre Maria; outro convidado apresenta o “Minuto da Catequese”, em que explica alguns temas sob a visão cristã<sup>99</sup>; e o padre da comunidade católica, Antonio Furtado, apresenta o quadro “Palavra de Vida”, em que interpreta uma passagem bíblica.

Também nesse programa o locutor Tiago Fontenele lê ou transmite a gravação de alguns familiares de internos, como se fosse mais uma edição do *Alô, Rádio Livre*<sup>100</sup>.

Na quinta-feira, a Rádio Livre transmite o programa “Resgate”, apresentado pelo radialista Zairton Filho, egresso do sistema penitenciário cearense<sup>101</sup>. O programa evangélico traz músicas, depoimentos de ex-internos, leituras e interpretações de passagens bíblicas, e mensagens de esperança. O apresentador também tenta tranquilizar e acalmar os internos. O

98 A Comunidade Católica também é dona de uma emissora de rádio em Fortaleza (Ceará). Desde 2008, a concessão da frequência 690 AM, até então da Rádio Dragão do Mar, passou para o Shalom, sendo chamada Rádio Shalom 690 AM Dragão do Mar. Como em outras emissoras sob o comando de comunidades religiosas, a rádio, que antes tinha cunho político, passou a ser evangelizadora. Disponível em: <[http://www.shalom690.com/index\\_web.php](http://www.shalom690.com/index_web.php)>. Acesso em: 25 de abr. 2015.

99 No dia 8 de julho de 2014, por exemplo, o apresentador explicou que “nada é por acaso porque Deus existe”.

100 É interessante a utilização das mensagens de familiares no programa por ser uma forma a mais de contato entre internos e familiares, mas, ao mesmo tempo, é um pouco complicado. Por ser durante um programa religioso, a chance de uma parcela significativa de internos não prestar atenção é muito grande, principalmente porque não há uma marca sonora que identifique – como nos outros momentos dos “Alôs” – a leitura dos recados. Por outro lado, pode ser considerada uma estratégia da comunidade para que mais internos prestem atenção ao programa, sendo uma ferramenta de evangelização da comunidade. Vale lembrar que, na hora em que o programa vai ao ar, os internos já estão “trancados” nas celas, não podendo mais circular por pátios e corredores.

101 Zairton trabalhou na Rádio Livre, mas, em meados de 2014, deixou a equipe da rádio e foi para outro emprego, mas continuou com o programa às quintas-feiras.

programa faz parte de um projeto de evangelização realizado nos presídios.

Zairton, quando esteve preso, passou a ser uma liderança “entre os irmãos” (evangélicos). Depois que saiu do sistema, resolveu voltar para fazer o trabalho de evangelização junto com outras pessoas (alguns também egressos).

Quem encerra a semana é a Igreja Videira, com o programa “Estou na Videira”, também produzido especificamente para a Rádio Livre, com mensagens direcionadas aos internos. Apresenta músicas *gospels*, leitura do Evangelho, reflexões bíblicas levando para a realidade dos presos, e orações. Assim como o programa da comunidade Shalom, o “Estou na Videira” também transmite recados e mensagens para os internos e incentiva a participação através do telefone da Rádio Livre.

Nesse caso, faz-se a mesma observação já colocada por ocasião da veiculação dos recados pela comunidade católica. Como se trata de um programa religioso – voltado para um público específico de determinada religião –, sem a chamada sonora típica dos “Alôs” da Rádio Livre, as mensagens podem se perder, visto que não há uma forma de chamar a atenção das pessoas que não estão prestando atenção no programa. Por outro lado, como estão nas celas, a chance de concentração (se o volume das caixas de som estiverem em altura adequada e todos os integrantes da cela estiverem atentos) é maior. Entretanto, se houver algum outro equipamento sonoro no local ou conversas em tom mais alto, a chance de a pessoa não ouvir o programa é bastante alta, já que não há como o indivíduo se deslocar para mais perto da caixa de som ou ir para outra localizada em uma área com menos ruído (pois o programa é transmitido em um momento em que todos já estão trancados nas celas).

Vale destacar que os programas religiosos, como são de grupos voluntários, acabam por depender da disponibilidade de tempo dos responsáveis pelos programas de cada dia. Isso significa que o programa pode ser inconstante ou terminar “de um dia para o outro”. Como exemplo, pode-se citar o caso do grupo espírita. Segundo o coordenador da Rádio Livre, o programa que contava com a participação de um grupo espírita deixou de ser veiculado devido a falta de horários compatíveis do integrante da comunidade com a equipe da radiadora para as gravações.

Assim, o programa deixou de ir ao ar, ficando no lugar dele gravações de palestras de uma comunidade carismática católica. Em entrevista à pesquisadora, Felipe Sampaio (2014) destacou o compromisso dos produtores dos programas religiosos:

Inclusive os programas que rodam toda semana, todo dia que nunca falta são os religiosos. Às vezes a gente precisa reprisar um programa de saúde, por exemplo, porque o dentista ou então o médico não teve condições de 'tá' aqui pra falar sobre determinado assunto. A gente reprisa, não tem problema, mas o religioso, não. É bem mais criterioso (Sampaio, 22 abr. 2014).

Entretanto, à exemplo do que ocorreu com o grupo espírita (que acabou não colocando ninguém no lugar), outros casos foram observados, desde repetição de gravações das palestras católicas, a mudanças de programas de uma semana para outra. Foi o caso da sexta-feira, dia disponibilizado à Igreja Videira. No dia 17 de outubro de 2014, o programa que foi ao ar foi o “Momento do Oleiro”, também de cunho evangélico e destinado aos internos do sistema prisional cearense (com músicas, recados e orações). Na semana seguinte, 24 de outubro, o “Estou na Videira” voltou a ser transmitido, dessa vez com a apresentação de outro integrante da igreja, que justificou a ausência da “irmã Diana” (apresentadora do programa) por motivo de saúde.

Vale ressaltar que, no caso dos programas religiosos, todos são previamente gravados, já que vão ao ar às 18h, depois que encerra o expediente administrativo da Secretaria. Geralmente, ou as pessoas responsáveis pelo programa vão ao estúdio da Rádio Livre na Sejus (em Fortaleza) para gravar em algum horário disponível (pela manhã ou pela tarde) ou gravam em outro local e já enviam o programa pronto.

### **3.4.1 A evangelização está no ar**

A Rádio Livre não é exceção quando se trata de programas religiosos em meios de comunicação. É cada vez mais frequente o uso de meios como rádio e televisão por parte de grupos religiosos para conseguir mais adeptos ou fidelizar os que já seguem a profecia. As igrejas notaram que os meios de comunicação também são canais para evangelização, principalmente – assim como ocorre na Rádio Livre – de igrejas cristãs.

Apesar de ter conquistado espaço e concessões nos últimos anos, a utilização de conteúdos religiosos em programas radiofônicos no Brasil não é recente. A primeira transmissão de programa com viés religioso data dos anos 1940 (Prata; Lopez; Campelo, 2014), com o programa “A Voz da Profecia”, criado nos Estados Unidos e que, aqui no Brasil, era comandado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Entre os anos 1950 e 1970, o programa “Meditação Matinal”, apresentado por um pastor presbiteriano, ganhou destaque nas manhãs da Rádio Tupi e, posteriormente, da Rádio Bandeirantes, em São Paulo (Campos, 2004).

Feitosa (2013) afirma que a Igreja Católica também tinha uma inserção nas rádios. Segundo a pesquisadora, em 1941, foi ao ar a primeira rádio de concessão católica no país, a Rádio Excelsior de Salvador (2013, p. 210). A partir dali, foram surgindo novos programas e emissoras de caráter religioso no país, principalmente evangélicos e católicos, com o objetivo de evangelizar e conseguir mais adeptos:

A religião explora o diálogo e a proximidade característicos do rádio e insere-se em produções antes alheias a ela, como o jornalismo, a música e os já tradicionais cultos. Com esta coordenação entre o tradicional e o inovador, a evangelização reveste-se de mídia, converte-se da tradicional igreja eletrônica em um diálogo próximo, ainda que mediado e midiático, fundamental para a conquista e fidelização dos sujeitos (Prata; Lopez; Campelo, 2014, p. 14).

Além disso, Prata (2013, p. 925-926) acredita que as rádios religiosas acrescentam um elemento à relação de comunicação que interfere na forma como o ouvinte escuta e se torna fiel à rádio: a Igreja. “A partir desta triangulação, com a entrada da igreja, podemos afirmar que há um desequilíbrio na configuração do modelo emissor-receptor, hibridizando-o com a entrada de um novo elemento e o desenho passa a ser emissor-receptor-igreja”.

Isso porque tanto a emissora passa a convidar os ouvintes a irem à igreja em questão (forma de evangelizar e conseguir mais adeptos) como a igreja incentiva os fiéis a ouvirem a programação da rádio (uma forma de conseguir mais ouvintes e fazer com que os discursos apresentados em cultos e missas não se resumam a esses espaços).

O rádio também desempenhou um importante papel na formação de uma rede de sustentação mútua, um autêntico círculo vicioso envolvendo a mídia, o líder carismático e os milagres a ele atribuídos. O rádio tem sido um dos principais meios empregados para a fabricação e sustentação da liderança carismática no Brasil. Posteriormente, todo esse mecanismo e *know-how* no mundo da comunicação radiofônica iria se transferir para a televisão, principalmente pelos pentecostais que conseguiram montar eficientes sistemas centralizados de arrecadação de dízimos e ofertas, o verdadeiro segredo para a passagem da instrumentalização da televisão em lugar do rádio por parte da igreja de Edir Macedo e da igreja de seu cunhado R. R. Soares (Campos, 2004, p. 155).

Foi na década de 1990 que a disputa por concessões de rádio e TV ficou mais acirrada entre católicos e protestantes. De acordo com Dias (2001), as experiências de “Igreja Eletrônica” – também chamadas de religião comercial – no Brasil vieram dos Estados Unidos, durante os anos 1960-1970, com forte apelo midiático e com programas sustentados nos pilares: reza, cura e salvação.

Para Santos e Capparelli (2004), a Igreja Eletrônica se instalou no Brasil principalmente a partir da compra da TV Record pela Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), do bispo Edir Macedo, em 1989. “Em pouco mais de uma década, são 15 canais religiosos, pertencentes a dez denominações religiosas, que são exibidos tanto na TV aberta quanto nos pacotes de TV por assinatura” (Santos; Capparelli, 2004, p. 06).

Em relação ao rádio, é difícil<sup>102</sup> mensurar a quantidade exata de emissoras religiosas existentes atualmente no país. Mas, de acordo com pesquisa realizada em 2014 (Prata; Lopez, Campelo, 2014, p. 12), cerca de 40% das redes de rádio brasileiras estão nas mãos de grupos religiosos.

É importante destacar que, quando se fala em rádios comandas por grupos religiosos, o predomínio é de religiões cristãs (principalmente católicas e protestantes), ficando para trás outras referências religiosas e culturais brasileiras, o que é tema de discussão entre organizações sociais e movimentos pela democratização da comunicação no país<sup>103</sup>.

### 3.4.2 Considerações sobre a programação religiosa

É importante destacar que a relação da Rádio Livre com a religião existe desde o surgimento da radiadora. De acordo com Rodrigo Moraes (2015), a ideia de transmitir uma rádio dentro dos presídios surgiu a partir de uma visita do pastor Armando Bispo, da Igreja Batista Central (IBC), à CPPL II. Ao notar as caixas de som espalhadas pela unidade, o líder evangélico perguntou à administração para que servia o sistema de som e logo depois convidou Rodrigo Moraes a desenvolver funções para o equipamento.

Segundo o Moraes (2015), o caráter mais religioso da rádio, com músicas e programas de igrejas e grupos de orações foi desenvolvido a partir de demandas dos próprios internos.

---

102 Não há, por exemplo, um sistema de busca pela Anatel ou Ministério das Comunicações que permita verificar qual o caráter da rádio outorgada.

103 Interessante destacar a fala da integrante do Conselho Nacional de Política Cultural, Mãe Beth de Oxum, durante o lançamento da Política Nacional de Cultura Viva, em abril de 2015. Na ocasião, a coordenadora do Ponto de Umbigada (PE), destacou a importância da democratização da mídia: “Os povos indígenas, os quilombolas, os de matriz africana não têm direito à comunicação. Qual o canal afrobrasileiro que a gente tem?”, questionou. Cf. em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2015-04/juca-ferreira-lanca-politica-nacional-de-cultura-viva>>. Acesso em: 27 de abr. 2015. Em pesquisa rápida pela internet, a Rádio Tropical Solimões (830 AM), em Nova Iguaçu (RJ), foi a única rádio encontrada na busca que tinha um horário na programação destinado a outros grupos religiosos e culturais (como Umbanda, Candomblé, Cigano). Cf. em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio\\_Tropical\\_Solim%C3%B5es](http://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio_Tropical_Solim%C3%B5es)>. Acesso em: 27 de abr. 2015.



Ele lembra que a Rádio Livre surgiu na CPPL II na época em que lá era realizado o projeto Renascer, surgido pelos próprios internos com caráter de evangelização.

Então, automaticamente, a rádio precisa atender ao público. Se o público, naquela unidade, em sua maioria, estava aderindo ao projeto Renascer, se voltando para uma fé religiosa, automaticamente eu não poderia colocar uma música que ia de encontro com aqueles costumes, com o interesse do público. É tanto que a programação era feita uma consulta antes: quais são as músicas que vocês gostam de ouvir? E, muitas vezes, quando nós colocávamos músicas que fugiam, por exemplo, um *rap*, um *funk*, sei lá, músicas que iam mexer muito com a lembrança do passado, eles rejeitavam. Diziam: “não, essa música vai lembrar o meu tempo de liberdade, vai dar saudade, e muitas vezes vai me lembrar o crime. Porque eu estava numa balada, eu estava usando droga...” (Moraes, 26 de jan. 2015).

O comunicador que iniciou o projeto da Rádio Livre lembra que o Estado é laico, mas, para ele, o que importa é que a diversidade de religiões seja respeitada na programação:

O fato de o Estado ser laico, é que ele não defende uma única religião, ele dá liberdade pras demais religiões, pra todas as religiões. É tanto que atualmente na Rádio Livre nós temos programas evangélicos, programas católicos, programas espíritas. E qualquer outra instituição que queira participar, ela também terá seu espaço garantido aqui na rádio.

Mas, é bem verdade que, no início, a programação tinha um maior foco com músicas religiosas. Aí, pra que não fosse só evangélica, nós consultamos pessoas que não eram evangélicas, quais são as músicas. Muitos deles, na época era, eu quero padre Marcelo Rossi, eu quero do padre Marcelo Rossi, e tudo. E toda vez que a gente mudava pro forró, pra uma música que era mais eclética, existia essa resistência (Moraes, 26 de jan. 2015).

O discurso também é utilizado pelo atual coordenador da Rádio Livre, o jornalista Felipe Sampaio:

Temos programas religiosos que as pessoas podem até falar: poxa, mas o Estado não é laico? Mas dentro do presídio tem essa cultura, né? De ter principalmente os cultos, né? Porque a maioria dos internos são evangélicos. Mas, pra não agradar somente aos evangélicos, a gente tem um programa católico, nós já tivemos um programa espírita que a pessoa hoje em dia não tá mais porque a agenda dele não coincidiu mais com a nossa programação, mas ainda estamos em busca de um espírita pra voltar a nossa programação. A gente também abriu espaço para outras religiões, né? Pras pessoas que acreditam, por exemplo, no budismo, se quisessem o espaço está aberto, né? Pra agradar realmente a todos e fazer com que a Rádio Livre possa alcançar o maior número de pessoas (Sampaio, 22 de abr. 2014).

Vale lembrar que, além dos programas noturnos diários, ao longo do dia há inserções de depoimentos e *Momentos de Reflexão*, com músicas religiosas, interpretações bíblicas e

mensagens curtas de fé e esperança, sempre de cunho cristã. A exceção ocorre às 8h30, quando a radiadora transmite uma mensagem destinada a meditação/yoga.

Outro exemplo que fugiu à regra ocorreu no dia 7 de outubro de 2014, no quadro de saúde realizado pelo Pacad (Programa de Ações Continuadas de Assistência ao Drogadicto). Na ocasião, o quadro, transmitido durante o programa *Se Intera*, recebeu como convidada uma seguidora da Organização Brahma Kumaris<sup>104</sup> para falar sobre o perdão.

O coordenador da Rádio Livre explica que a participação majoritária de religiões cristãs na programação se dá principalmente porque são grupos e igrejas que já faziam atividades nos presídios:

[...] foi até fácil porque as igrejas que participam hoje já tinham um contato com o presídio. Por exemplo, a igreja Videira, a irmã Diana, já fazia um trabalho no presídio feminino. Então ela já conhecia, por isso que ela topou de primeira. Tá até hoje. A Igreja Batista já tinha o projeto Celebrando a Restauração, do pastor Nelson, que está até hoje (Sampaio, 22 de abr. 2014).

Mas, ao mesmo tempo, revela que também convidou outras comunidades para participar da programação. O critério do convite – ao contrário do que ocorreu com as duas primeiras citadas por ele – não foi o trabalho realizado dentro das instituições ou a proximidade com esse público, mas sim o fato do coordenador da Rádio Livre conhecer a comunidade ou pessoas que fazem parte dela:

Aí nós tivemos de fora a Comunidade Shalom, que não tem nada com o presídio, mas eles aceitaram e toda semana mandam um programa realmente, e o programa espírita, como eu falei anteriormente, que o apresentador ficou durante um ano só e saiu e a gente não conseguiu realmente trazer outra pessoa, até porque eu não conhecia (Sampaio, 22 de abr. 2014).

O jornalista ainda revela que, mesmo a rádio estando “aberta” a integrantes de outras religiões, não houve qualquer divulgação ou incentivo à participação delas:

Mas nunca partiu da gente realmente de divulgar, olha, nós estamos com vagas, se alguma comunidade espírita ou da umbanda quiser participar. Realmente nunca houve, a gente nunca foi atrás de divulgar realmente isso. Porque a gente passou um bom tempo com esses programas e esses horários cheios, fechado, então nunca precisou (Sampaio, 22 de abr. 2014).

---

<sup>104</sup>Brahma Kumaris é uma organização internacional com sede na Índia. O objetivo é alcançar a paz no mundo a partir da transformação interna de cada indivíduo. Por isso, valoriza a espiritualidade e o fortalecimento dos valores inatos de cada um. Cf. em: <<http://www.brahmakumaris.org/>>. Acesso em: 24 de abr. 2015.

A argumentação leva a perceber que há um “privilégio” a religiões e grupos hegemônicos (cristãos), distanciando-se da pluralidade de crenças, tão importante para minimizar preconceitos ou estereótipos a determinadas religiões. É fato que a maioria dos internos se declara cristã. Segundo o Censo Penitenciário (2014), 43,9% dos internos do sistema penitenciário cearense se declaram católicos; 25,6% evangélicos; e 28% dizem não ter religião.

Entretanto, outras religiões – mesmo em minoria – também estão presentes nas instituições. Segundo o estudo, 0,5% dos internos se declaram espíritas e 0,3% disseram que seguiam outras religiões. “Considerando a variável outras religiões, 15 respondentes referem-se às de origem africana” (Sejus, 2014, p. 45). 1,7% dos entrevistados no Censo não quiseram informar a crença.

Este dado revela que, apesar de os cristãos serem maioria nos presídios, eles não correspondem à totalidade. A ausência de programas, músicas ou depoimentos de seguidores de outras crenças fere o princípio da pluralidade. Deve-se levar em consideração que a Rádio Livre, apesar de não precisar de concessão, é um veículo de comunicação promovido pelo Governo do Estado do Ceará. E, como Estado brasileiro é laico, deveria respeitar a pluralidade de vozes, crenças, culturas e cores, sendo até mesmo um instrumento de educação, de combate ao preconceito e à intolerância religiosa, ainda presente nos dias atuais.

### **3.4.3 Sobre silêncios**

Ao observar a programação religiosa da Rádio Livre, fica evidente o “silenciamento” em relação a religiões não-cristãs. Eni Orlandi (2009) aponta que existem “formas de silêncio”: o silêncio fundador, que indica a possibilidade de outro sentido ao que está sendo dito; e o silenciamento ou política do silêncio. Esta última forma, segundo a pesquisadora, ainda se divide em duas outras: o silêncio constitutivo, quando uma palavra “apaga” outra, para evitar sentidos indesejáveis ao discurso; e o silêncio local, que é a “censura”, o que não pode ser dito em determinado contexto. “As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando palavras” (2009, p. 83).

Os presídios são espaços onde as relações de poder são evidentes. E a Rádio Livre –

vista como uma radiadora desenvolvida justamente pela instituição do Governo responsável por manter os indivíduos encarcerados e por garantir o bom “funcionamento” dessas instituições – torna-se também uma fonte de relação de poder, pois nela não há plena participação dos ouvintes e existem consideráveis formas de silenciamentos.

Bertolucci (1997, p. 149), ao analisar o trabalho de Orlandi, destaca que o silêncio, quando imposto por um grupo dominante, “intervém na formação e no movimento dos sentidos”. No caso da radiadora, o silêncio imposto em relação a outros grupos religiosos pode reforçar ainda mais o preconceito e a discriminação.

Também é importante destacar que o silenciamento não está presente só em relação aos programas religiosos. A Rádio Livre, por ser uma rádio destinada ao público encarcerado, possui particularidades que fazem com que determinados assuntos não sejam debatidos ali. É o que Orlandi (2009, p. 83) chama de “silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (é o que se faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer)”.

É o que ocorre, por exemplo, em relação a determinados temas não noticiados, como a questão da violência, e músicas com letras consideradas de duplo sentido. De acordo com Felipe Sampaio (2013), há uma seleção de músicas que podem e que não podem ir ao ar:

Uma vez a gente colocou aqui uma música da Preta Gil que a Ana Carolina que canta, Sinais de Fogo. Ela nem fala nada demais não: “vou fazer sinais de fogo pra você me ver”, tem uma parte dela que é assim. Eu não tinha nem me tocado<sup>105</sup>, aí a Bianca<sup>106</sup> disse: “não bote essa música não”. Aí a gente vai lá e tira já. Então, realmente tem que ter todo o bom senso e o cuidado com a letra. Aí uma música que não pode realmente, a gente percebe e já bota logo na faixa musical dentro da pasta do computador dizendo: não pode ir ao ar, pra gente já saber. Aquela “Vamos fugir desse lugar” não pode. Aquela ali a gente nem tem no acervo, do Skank. Tem outra também que eu brinco muito é aquela “Tô numa boa tô aqui de novo”, do Falamansa, “daqui não saio daqui não me movo”. Então a gente já não coloca também. Então a gente tem todo um cuidado com as músicas e a gente vai fazendo esse trabalho realmente (Sampaio, 2 de abr. 2013).

Essa orientação das músicas e mensagens que não devem ser veiculadas na rádio também está presente no discurso dos apresentadores, o que deixa claro aos ouvintes que existem seleções. No dia 7 de outubro de 2014, por exemplo, durante o programa *Se Intera*, a apresentadora Cynthia Corvello, ao comentar sobre as formas de participação na rádio, chamou atenção aos ouvintes que estavam pedindo música:

105 Nem me tocado: expressão que significa não tinha notado, percebido

106 Bianca Felippsen foi assessora de comunicação durante da gestão de Mariana Lôbo na Sejus.

Lembrando a vocês que a programação dessa rádio é transmitida para unidades prisionais. Então, quando forem fazer o pedido, prestem atenção a certos critérios, como conteúdo da música, o ritmo. Tem que ser uma coisa legal, alguma coisa positiva, alguma coisa que leve uma energia boa pra dentro das unidades, ok? (Corvello, 7 de out. 2014).

De acordo com o coordenador da Rádio Livre, quando há algum pedido de música que a equipe considera não adequada à programação, geralmente dizem que a canção pedida não está disponível no momento e colocam outra do mesmo grupo ou do mesmo ritmo que mais se aproxime da música pedida e que possua mensagem condizente com a programação da radiadora.

### 3.5 Alô, Rádio Livre?

Durante duas vezes ao dia, por volta das 11h e das 15h, a locução muda de tom. Com aspecto de mais tranquilidade do que de costume, os apresentadores do *Conexão Livre*, Felipe Sampaio, e do *Se Intera*, Cynthia Corvello, chamam a atenção dos ouvintes ao mesmo tempo em que pedem calma. É chegada a hora do *Alô, Rádio Livre!*

Com uma vinheta com toques de telefones e várias pessoas falando “alô, Rádio Livre”, os ouvintes já sabem que é o momento dos recados dos familiares dos internos. Durante esses dois momentos do dia, os apresentadores repassam as mensagens escritas ou gravadas por parentes e amigos. Enquanto os locutores leem os recados, há uma música instrumental ao fundo, marca característica que evidencia a afetividade daquela hora.

Quem vai às unidades prisionais, na Sejus ou no Núcleo de Defensoria Pública encontra, na recepção, urnas da Rádio Livre. Nelas, é possível depositar recados para os internos para que as mensagens sejam lidas pelos apresentadores da rádio. Quem preferir, também pode ligar diretamente para o estúdio da rádio e gravar uma mensagem, ou mandar um e-mail para a equipe da radiadora.

Os recados colocados nas urnas são recolhidos quando alguém da equipe vai à unidade fazer alguma visita de manutenção das caixas de som. Zairton Filho, que realiza voluntariamente trabalho de evangelização nos presídios, aproveita quando pode e busca os recados. Alguns funcionários das próprias unidades também fazem parceria com a rádio e levam, quando podem, as mensagens à Sejus.

É o caso de um agente penitenciário da CPPL II, que, na primeira semana de outubro

de 2014, entregou à Rádio Livre vários recados deixados na unidade. A equipe fez questão de agradecer o favor ao vivo. Na quarta-feira dessa semana (dia 8 de outubro), Cynthia, ao anunciar os recados, diz: “Ah, quero agradecer ao Leandro, que trabalha na CPPL II, superparceiro do trabalho da Rádio Livre. Ele tanto leva os papéis de recados para o presídio quanto traz também pra que a gente possa ler pra vocês. Então, 'brigadão', Leandro. Valeu mesmo!”. No dia seguinte, o apresentador do *Conexão Livre* também faz um agradecimento ao agente penitenciário na hora de transmitir as mensagens.

De acordo com Cynthia Corvello (2014), a rádio recebe de 20 a 30 recados por dia. Todos ficam guardados no estúdio. A ideia é que, em outro momento, os locutores possam ler as mensagens novamente para que, caso o interno não tenha ouvido da primeira vez, tenha uma segunda oportunidade para escutar.

E a hora mais esperada é justamente a dos Alôs: “na hora dos recadinhos, tem uma chamada específica, tem o horário dos recadinhos, e tem uma trilha sonora dos recadinhos. E, antes de falar, eu já vou falando: 'aê galera, vai chegando perto das caixinhas de som, vamos fazer silêncio e tal.' Eles fazem silêncio, muito legal.” (Corvello, 22 de abr. 2014).

Segundo o idealizador da Rádio Livre, Rodrigo Moraes (2015), o primeiro recado de familiar transmitido pelas caixas de som foi na época da inauguração da CPPL II, quando a radiadora ainda nem funcionava. A mãe de um interno queria mandar um recado para o filho e, na ocasião, o diretor deixou que ela passasse a mensagem através do sistema de som da unidade. A partir daí, quando ele assumiu a radiadora, começou a transmitir os recados dos familiares que iam à unidade fazer cadastro ou entregar o malote<sup>107</sup>.

E, para o interno, ele se sentiu acolhido quando ouvia o recado da mãe, o impacto de um recado, que o recado era pra um interno, mas todos lembravam. Exemplo: eu vivenciei muitos recados como: “meu filho, aqui é mamãe, eu quero dizer que lhe amo muito e que, mesmo que você tenha cometido um erro, cometido essa falha, eu quero dizer que lhe amo. Eu quero dizer que não desisto de você. E quando você retornar, mamãe tá aqui fora. Vou passar aqui para o seu filho”. E o filho: “papai, te amo, papai.”

Então, essa mensagem tinha o impacto tanto para o interno como para os demais. Porque na lei da cadeia existe o respeito com o familiar. Então, no momento do recado, todos ficavam em silêncio. Porque poderia ser pra eles, então eles ficavam naquela expectativa, e também respeitavam porque era do próximo. Essa é a lei da cadeia.

Então, esse interno que recebeu o recado era beneficiado, né, ali, confortado, mas os demais também faziam menção à sua família, né? Diziam: “não, eu também tenho

---

107Em determinados dias da semana, não é possível fazer visita, mas os familiares podem deixar materiais para os internos. O cadastro para ter acesso à unidade também é feito no local.

filho, eu também tenho uma mãe, eu também sou gente” (Moraes, 26 de jan. 2015).

Entrevistada para esta pesquisa, a mãe de um jovem que ficou 10 meses preso na CPPL IV concorda com a opinião de Rodrigo:

[...] você tá ali, preso, e você ouvir sua mãe dizer: “Eeeei, meu filho, olha, eu não te esqueci, não. Fui lá no Fórum, olha, a sua advogada disse assim, assim: preste atenção, viu? Vai tentando que eu tô orando, olha, tua mulher vai num sei o quê, olha, teu filho...” aí ele: “oi, papai, num sei o quê...” É [muita] emoção.

A tecnologia tá tão avançada, tão avançada. Os celulares não são mais nem celular, é tudo, né? Você faz tudo. E você dentro de uma prisão ficar esperando um recadinho lá naquelas caixinhas desse tamanho que às vezes funciona e às vezes chia mais do que funciona... não é um paradoxo não? (Mãe de egresso, 21 de abr. 2014).

Durante a permanência temporária do filho no presídio, a mãe ouvia e participava da Rádio Livre todos os dias. Ela entendia aquele momento como uma forma de se sentir próxima do filho e fazer com que ele recebesse o apoio da família:

Elas [amigas do trabalho] diziam: “Armária<sup>108</sup>, acho que eles não te suportam mais, né? Porque todo dia tu vem e liga, tu é insuportável”. Eu dizia: “É, vamos ver”. Eu acho que eles gostam, né? Porque eles já sabiam que eu ia... Eles diziam: “Dona ..., hoje é o aniversário da Rádio Livre”. Eu falava 15 minutos. Meu telefone era limitado, 15 minutos lá falando com os meninos. E eu dizia que eles tinham um retorno, porque eles sabiam. Eu fiquei tão assim, como eu te falei, eu fiquei tão feliz quando eles disseram assim: “Olha, eu queria que a minha mãe fosse igual à tua” – quando eu falei lá na palestra – “porque ela todo dia liga pra ti, todo dia ela manda recado pra ti. Minha mãe nem lembra de mim”. Aí [o filho]<sup>109</sup> disse: “não, a minha mãe é legal, minha mãe é bacana” (Mãe de egresso, 21 de abr. 2014).

Os apresentadores leem, em média, cinco recados a cada “Alô”. São geralmente mensagens de fé, esperança, saudade e declarações de amor. Muitos familiares aproveitam também para pedir músicas, principalmente *gospel*.

Entretanto, nem mesmo o momento dos recados é absolutamente contínuo. No dia 6 de outubro de 2014, por exemplo, o Alô pela manhã não foi ao ar. À tarde, Cynthia leu as mensagens ao vivo para os ouvintes. Primeiro chamou atenção para o presídio e a “rua” para a qual se destinava o recado: “Atenção, recado para a CPPL II, rua E. CPPL II, rua E”. Em seguida, disse para quem se dirigia o recado e o nome da pessoa que enviara, para só então ler

108 Armária: expressão cearense que significa “Ave, Maria!” Uma forma de exclamar algo que não concorda ou que não agrada.

109 Apesar de a mãe ter autorizado divulgar o nome do filho, a pesquisadora preferiu ocultar a identidade do jovem por não ter conversado diretamente com ele.

a mensagem: “Te amo, nunca vou te abandonar. [Cynthia faz uma pausa como se estivesse tentando entender o que está escrito ou verificando se pode anunciar no ar ou não] Logo sua liberdade vai cantar. Beijos. Jesus te ama”.

Cynthia também faz comentários e elogios ao ler os recados, uma forma de deixar mais leve e até de “conversar” com o destinatário da mensagem. No mesmo dia, por exemplo, ao ler um recado para o mesmo presídio, ela ironizou (em tom de brincadeira) um pedido da mãe de um interno e também elogiou a mensagem escrita:

Ela pede pra tocar a música que a gente nunca toca aqui [em tom de brincadeira, pois é uma música muito pedida e tocada na rádio], muito bem Felipe, Advogado Fiel<sup>110</sup> [falando para o coordenador da rádio]. Ai, é lindo o recado dela, olha: 'Quando a noite parecer não ter fim, Deus faz nascer o amanhecer'. Bonito, né? De novo [repete o trecho do recado] 'Quando alguém diz que nada somos, Deus diz que somos mais que vencedores. De sua mãe que te ama muito. [Cynthia comenta]: Olha, diz pra sua mãe que foi lindo o recado dela e que eu vou anotar. Eu gostei muito do que ela escreveu, viu? (Corvello, 6 de out. 2014).

No mesmo dia, Cynthia lê duas mensagens para o presídio feminino. No caso, recados de companheiros. A apresentadora pede às internas que prestem atenção nos recados e que repassem às destinatárias:

Recado para o Instituto Penal Feminino. D 22. Meninas da tia Neném, meninas da Famel, meninas do corredor, da padaria, da cozinha, façam com que esse recado chegue. É para \*<sup>111</sup>, ela é da ala D. D 22. Instituto Penal Feminino, D 22. [repete o nome da interna]. O recado é do seu esposo. Ele diz o seguinte: 'eu te amo muito. Não se preocupe, pois estou do seu lado. Eu estou com você até o fim'.

Mais um recado para o IPF. Por favor, galera, façam com que chegue até a \* [repete o nome da interna do Instituto Penal Feminino]. Recado é do \*: 'eu te amo muito, não te esqueci, estou fazendo de tudo por você aqui fora. Não se desespere que eu te amo demais' (Corvello, 6 de out. 2014).

A maior preocupação da apresentadora para que o recado chegue à interna não é por acaso. Além das caixas de som no presídio não funcionarem bem, poucos recados são destinados a elas. Segundo o coordenador da radiadora, são raras as mensagens enviadas às mulheres presas, principalmente remetidas por homens:

110 Música gospel. Depois da leitura de todos os recados do dia Cynthia atende o pedido da mãe do interno e coloca a música para tocar.

111 Optou-se por utilizar o símbolo \* no lugar dos nomes de internas e companheiros para preservar a identidade dessas pessoas, pois não foi pedida a autorização delas.



Ligam muitas mães, a maioria é mães ou esposas. Homem liga pouco. As mulheres que recebem recados no presídio feminino, são ou das mães, ou das irmãs. Marido praticamente nunca liga. [...]. Porque geralmente a presa, ela é esquecida realmente. O homem, quando ele vai preso, a mulher não larga, ela é fiel. A mulher vai até lá, visita, leva comida, leva mantimento, leva material de higiene. O homem não. Quando a mulher é presa, a primeira coisa que o cara faz é esquecer, abandonar. E deixa ela lá e pronto, some (Sampaio, 22 abr. 2014).

Assim como ocorre com as visitas, os recados transmitidos pela Rádio Livre podem ser considerados elementos de ligação com o mundo externo. É quando o interno recebe informações e o apoio da família e de amigos, da comunidade onde mora. E, em relação às mulheres presas, a marca da ausência de visitas, na maioria dos casos, se repete na pouca frequência de mensagens enviadas por parentes.

Moura (2005), em pesquisa com mulheres presas por tráfico de drogas no presídio feminino do Ceará (IPF), revela que metade das internas (50,8%) não recebe visitas de familiares e companheiros. Fato admitido pelas próprias internas, que notam o maior abandono da família no caso das prisões femininas: “A maioria das entrevistadas observa que, enquanto os homens são visitados, com regularidade, pelas mulheres e pela família, em geral, tendo apoio e acompanhamento durante o período de reclusão, as mulheres reclusas sofrem o abandono dos familiares: as visitas vão escasseando com o tempo” (Moura, 2005, p. 89).

O abandono sofrido pelas mulheres presas por parte dos familiares não é só percebido em dias de visitas, mas também na ausência de recados para as internas. Talvez, por isso, Cynthia, ao perceber que leria um recado para esse público (e também por saber que as caixas de som nem sempre funcionam bem) enfatizou tanto a importância do recado e pediu diversas vezes que todas as “meninas do IPF” se empenhem em fazer com que o recado chegue à destinatária.

Na semana entre 6 e 10 de outubro de 2014, esses dois foram os únicos recados para o presídio feminino. Os demais se destinaram principalmente à CPPL II e CPPL III<sup>112</sup>. Em geral, os recados se revezam, com os de maior participação entre as unidades CPPL II (primeira a possuir a Rádio Livre), CPPL IV e presídio da Pacatuba, que são unidades mais novas e onde o sistema de som apresenta menos problemas.

Em determinados momentos, a rádio serve de comunicação também entre os internos. Sampaio (2013) diz que há recados de internos para internos que estão em outros presídios.

---

112 Vale lembrar que foi nessa semana que o funcionário da CPPL II levou os recados depositados nas urnas da Rádio Livre da unidade para o estúdio da radiadora, na sede da Sejus, como relatado por Cynthia Corvello e Felipe Sampaio durante a programação dos Alôs.

Em abril de 2013, por exemplo, durante visita de campo ao estúdio da rádio, teve-se acesso a alguns recados escritos para serem lidos durante a programação da radiadora. Entre os bilhetes, o de um interno que pedia para a mãe, que estava no presídio feminino, mandar notícias: “Mãe, estou bem, manda uma resposta”.

Um caso parecido ocorreu no dia 8 de outubro de 2014. Naquele dia, o coordenador da Rádio Livre, durante a leitura dos recados no *Conexão Livre*, leu um recado de uma interna do IPF para outro que estava na Pacatuba: “A x<sup>113</sup>, aqui no IPF, mandando recado para o y, na Pacatuba vivência C, tá certo? Ela diz o seguinte: y, fique na fé que vai ficar tudo bem, pede para a Paula me ver, tá certo? Vai dar tudo certo, estou com muita saudade.”

Dessa forma, a Rádio Livre acaba sendo uma ferramenta para internos se comunicarem entre si e não perderem as relações familiares com quem também está preso em outra unidade prisional<sup>114</sup>. Um recurso para manter o contato mesmo ambos estando presos.

### 3.5.1 Considerações sobre os Alôs

Ao ouvir o momento dos recados, percebe-se a importância que a radiadora tem para o público carcerário cearense. Em várias ocasiões, acaba sendo uma forma de contato dos familiares com o interno. É o caso de pessoas que moram distante do presídio, que não têm condições financeiras de estar presente semanalmente no horário de visita.

Nesse aspecto, os recados acabam servindo como conforto, tanto para o interno que escuta a mensagem, como também para o parente que a envia, por acreditar que vai se fazer presente – mesmo fisicamente distante – no cotidiano do preso. A mãe do egresso<sup>115</sup> entrevistada para a pesquisa, por exemplo, afirma que, durante os 10 meses em que o filho esteve preso, ligava para a Rádio Livre todos os dias:

Eu mandava todos os dias, todo dia, todo dia. E às vezes ele nem escutava, mas eu mandava todo dia, todo dia, todo dia. Lá em cima o pessoal escutava, né? Aí quando os meninos iam lá, faziam qualquer coisa. E eu reclamava porque o som não tava lá, num sei mais o quê. Aí a Cynthia: “olha, eu tenho aqui um recadinho do coração e eu tenho certeza que tu vai gostar.” Ela leu lá. Foi, como dizem, foi pancada, doeu.

113 Os nomes foram substituídos por “x” e “y” para preservar as identidades dos internos.

114 Na pesquisa “O amor nas ondas do rádio: um estudo de recepção radiofônica com mulheres-presidiárias”, Alvarez (2008, pp. 74-75), ao analisar a recepção das internas do Madre Pelletier, no Rio Grande do Sul, ao programa *Love Songs*, percebe que muitas mulheres que estão na penitenciária também trocam mensagens com os companheiros que estão presos a partir de correspondências trocadas no programa.

115 No primeiro contato, o filho dela ainda estava preso na CPPL IV.

[...] Não, ele escreveu. Ela disse: “olha, o papelzinho tá aqui.” Quando eles vão lá. Eles pedem, na Rádio, que quando você faça o bilhetezinho você coloque a rua e o X, que é a cela, e o nome dele. Então, por exemplo, Rua A, X 2, então é na Rua A, cela 2 (Mãe de egresso, 21 de abr. de 2014).

A participação dos familiares pode significar que a comunidade – principalmente os parentes – começa a acreditar na importância da rádio e a dela se apropriar. Neste caso, pode-se fazer referência a outros programas radiofônicos, fora do ambiente carcerário, que servem a quem vive em regiões afastadas dos grandes centros urbanos e têm dificuldade de se comunicar com outras pessoas. É o caso do programa *Ponto de Encontro*, da Rádio Nacional da Amazônia, que transmite recados pessoais para populações ribeirinhas.

No programa, pessoas que estão na região, em locais mais distantes, mandam cartas ou telefonam para a rádio pedindo notícias de parentes ou amigos ou apenas informando a eles (que podem estar ouvindo) coisas corriqueiras do cotidiano, como ida ao médico, dia de viagem entre outros assuntos.

Batista (2006), ao analisar esse programa, observa que, pelas mensagens enviadas, pode-se concluir que o ouvinte confia na emissora.

O pedido de informações sobre familiares desaparecidos determina a importância do serviço para o ouvinte, que ao escrever e passar informações particulares demonstra confiança na credibilidade do veículo e, em especial do programa. Mesmo sabendo das dificuldades de encontrar o parente ou amigo desaparecido, eles acreditam no trabalho realizado pelo programa. Para muitos ouvintes, o rádio é a única alternativa de encontrar a pessoa desaparecida. Eles querem ter pelo menos uma informação se o desaparecido está vivo e se está bem (Batista, 2006, p. 42).

Entretanto, no caso da Rádio Livre, não é possível fazer tal afirmação. Deve-se observar que, por ser um projeto desenvolvido pela Secretaria da Justiça e Cidadania – a responsável pela administração do sistema carcerário — há uma relação de poder inegável e que, na maioria das vezes, é vista com receio por grande parte dos internos.

Além disso, nem todos os recados são veiculados. Assim como ocorre com as músicas, faz-se uma seleção prévia das mensagens que serão lidas ou colocadas no ar durante a programação.

A gente escuta direitinho. Se não tiver nada, tudo bem, pode entrar. Por exemplo, o familiar liga dizendo: “ah, eu deixei o seu material, a sua roupa, o seu material de higiene aí no presídio na quinta-feira.” A gente não dá um recado desse. Por quê? Porque vai que não recebe no mesmo dia, o sistema não tem só um interno, tem mais de mil em determinadas unidades pra atender. Então não é porque a familiar deixou

o material na quinta-feira que ele vai receber no dia seguinte. Ele pode receber muito tempo depois, uns 15 dias depois. Pode ser que aquele material nem entre, também. Então a gente não dá o recado pra ele não ficar na expectativa.

Por exemplo, alvará. Tem mulher que liga e diz assim: “olha, deu certo, viu, o seu alvará. Você vai sair, você vai sair amanhã.” Beleza, o alvará dele tá aprovado, mas não quer dizer que ele vá sair amanhã. Tem todo um processo. Então um recado desse tipo a gente não dá pra não atingir uma expectativa e depois o interno não sai, não recebe o material aí vai ficar com raiva até da rádio porque a rádio tá dando informação falsa, né? (Sampaio, 22 de abr. 2014).

Os recados passam primeiro por uma triagem, são selecionados e lidos da forma como a coordenação acha mais adequada, não da forma como o familiar ou interno realmente a redigiu. Sampaio (2014) explica que os recados considerados inadequados ou não são veiculados ou são transmitidos com um novo texto.

Aí a gente fala: “olha, fulano de tal, seu familiar ligou, disse que o seu alvará vai dar certo, você fique calmo, fique tranquilo que está tudo caminhando, o seu advogado mandou resposta, disse pra você não se preocupar que você pode sair a qualquer momento.” Esse é um recado que ele vai ficar tranquilo e vai saber: “não, eu posso sair hoje, posso sair amanhã, é só aguardar.” (Sampaio, 22 de abr. 2014).

Da mesma forma acontece com os recados por telefone. Segundo o coordenador, a Rádio Livre não transmite recados ao vivo. Todos são gravados e cuidadosamente analisados. A equipe observa o que o familiar que ligou para a rádio quis dizer com o recado. Se houver alguma gíria, busca desvendar o significado e, se for o caso, editar a mensagem ou mesmo nem a veicula. Limita-se a informar ao interno que o familiar ligou e mandou um “alô”, para não ignorar completamente a mensagem.

[...] já teve um familiar que ligou e [disse]: “olha, ele tá com a jeriquita, lá.” E a gente não sabia o que era jeriquita. Jeriquita, sei lá, é uma bebida? É um palavrão? O que é? Na verdade, jeriquita é... Ou uma gambiarra, por exemplo, ele pode tá lá com uma amante. A amante pode significar jeriquita. [...]

Por exemplo, cruzeta. Aí também tem o significado de cruzeta. O que significa isso? É quando uma determinada pessoa faz sei lá duas informações sobre determinado preso. Por exemplo, se ele cometer algum vacilo, como eles dizem, algum problema. Aí eu posso fazer uma cruzeta com você e outra pessoa. [espécie de fofoca] Por isso que a gente tem que saber pra não entrar na programação quando o familiar ligar. Por isso que os recados são gravados, nenhum ao vivo. Pra não ter esse problema porque, imagina, um familiar liga, dá o recado dele, então a gente não tem como averiguar, já passou o recado mesmo. Se for ao vivo, não tem como cortar (Sampaio, 22 de abr. 2014).

Ao mesmo tempo, não se deve ignorar que esses cuidados são tomados pelo contexto

em que a rádio está inserida. Como se trata de uma prisão, certos cuidados são necessários por questão de segurança.

Também é importante destacar ainda que a leitura é feita pelos apresentadores, ou seja, por pessoas que vão ler e interpretar as mensagens de acordo com o repertório de cada um, e não com a visão de mundo e sentimento da pessoa que escreveu. Em alguns casos, a visão de mundo fica evidente nessas leituras. Estranhamentos, comentários e pausas feitos pelos apresentadores demonstram, muitas vezes, que a diversidade não é um assunto pensado ou discutido profundamente na rádio ou presente no cotidiano dos produtores.

Um exemplo ocorreu no “alô” lido por Felipe Sampaio no dia 8 de outubro de 2014. Durante a leitura dos recados, o apresentador pareceu constrangido ao ler a mensagem de uma pessoa – provavelmente do sexo masculino – para um interno do mesmo sexo.

Olha só, recado aqui do x para o y na vivência F lá na Pacatuba. Obrigado a todos aí pela audiência na Pacatuba. Oferece a música do Raul Seixas e diz o seguinte: [sete segundos de silêncio] “meu amor, eu estou esperando, torcendo para tudo dar certo. Orai, fé em Deus que logo, logo tudo se resolve. Adoro você. Fique com Deus e feliz aniversário, meu amor.” Eu acho que, que deve ser apelido dele, né? x deve ser apelido [quatro segundos de pausa]. É, o recado foi dado, não é isso, Cynthia? [riso de constrangimento, depois 11 segundos em silêncio] (Sampaio, 8 de out. 2014).

As pausas, junto com o tom de voz e o riso de constrangimento na possibilidade de ser um recado amoroso trocado por dois homens, evidenciam que a homossexualidade não é um tema muito debatido na Rádio Livre. Mesmo que não seja um assunto do cotidiano do locutor, o estranhamento ao ler a mensagem se evidencia e também demonstra a pouca ou ausência de mensagens enviadas a pessoas amantes do mesmo sexo através da Rádio Livre.

Também cabe ressaltar que, ao mesmo tempo em que os recados são dados para uma pessoa específica, outros ouvintes recebem a mesma informação. Dessa forma, acaba que todos têm acesso a informações da intimidade dos outros<sup>116</sup>, algo parecido com o que ocorre nos programas sentimentais transmitidos pelas rádios comerciais, tal como exposto pela pesquisadora Rosalía Winocur:

*La intimidad mediática* que establecen estos programas con cada uno de los hogares, contribuye a recrear una comunidad de pertinencia muy importante para contrarrestar el miedo y la inseguridad del *afuera* y el sentimiento de soledad del *adentro*. Estos lazos virtuales se integran a partir del territorio real, seguro y

---

116 Muitos recados de familiares para internos informavam o nascimento de filhos, comunicavam sobre quando iriam receber visitas ou davam conselhos.

conocido del hogar; cada quien, sin dejar de estar en su casa, comparte la cabina de grabación y al mismo tiempo convive con otros en sus hogares. Los secretos y las confesiones circulan sin que hacerlos públicos constituya una amenaza para sus autores, *todos* participan de la intimidad de *todos* sin que esto violente la intimidad de *nadie* (Winocur, 2002, p. 184, grifos da autora).

Vale lembrar que o contexto carcerário se difere do “mundo externo”. E, como os recados se destinam a pessoas específicas, praticamente todos sabem a quem se dirige a mensagem. Entretanto, no caso dos presídios, esse sentimento de participar de uma comunidade, partilhar da intimidade dos outros internos, pode acabar sendo algo que se aproxima do que defende Winocur (2002).

É importante destacar o papel do rádio na construção de sentido e interação do preso com o exterior dos presídios, mas vale ressaltar que a mediação não acontece apenas através dos meios, mas também da relação deles com o cotidiano do próprio cárcere.

Isso significa que a construção de sentido não se dá apenas pela Rádio Livre, mas também pela relação com outras instâncias, daí a importância de se levar em consideração o contexto no qual o ouvinte se insere.

A recepção e a interação integrariam, dessa forma, um mesmo sistema de mediações socioculturais, que englobaria o cotidiano familiar, crenças e religiosidade, identidades locais, regionais, nacionais, etnicidade, classe, comunidades de gosto, temporalidade social (relação entre tempo produtivo, do trabalho, das relações sociais, e tempo rotineiro, do lazer), entre outras instâncias (Kischinhevsky, 2012, p. 412-413).

Da mesma maneira, o ouvinte não é um sujeito passivo no processo de comunicação, mas ativo, com vontades e resistências. Até mesmo no contexto carcerário, em que os presos estão lá compulsoriamente e recebem as mensagens de forma compulsória, eles podem ser sujeitos ativos do processo. Podem, por exemplo, concordar ou discordar das mensagens que são transmitidas pelas caixas de som, podem ligar os rádios a pilha em volume mais alto ou simplesmente não prestar atenção ao que está sendo dito.

Por outro lado, Martín-Barbero (1995, p. 58) alerta que não se deve cair em “extremos”, ou seja, nem pensar que tudo na comunicação está a cargo do receptor, mas tampouco acreditar que “o receptor faz o que quer com a mensagem”.

Mesmo o preso – que tem a liberdade de ir e vir cerceada – tem contato com outras instâncias e pessoas (agentes penitenciários, familiares em dia de visita, religiosos que fazem trabalho de evangelização em presídios, profissionais da saúde, educadores e advogados) que

contribuem para a construção de sentidos, não sendo a Rádio Livre a única ferramenta de sociabilidade e contato do preso com o “mundo externo” à prisão.

Carvalho (2009, p. 33) explica que o presídio, mesmo “separando” o preso do restante da sociedade, recebe influência de fatos que ocorrem no ambiente externo e a partir de grupos que atuam dentro e fora da instituição, tais como familiares, grupos religiosos e defensores de Direitos Humanos. “Estes e outros processos de comunicação entre instituições e acontecimentos sugerem que a prisão não atua sozinha, por mais fechada que seja”.

Entretanto, não se pode negar o papel da rádio na construção de sentido desse preso, devendo-se, sim, levar em consideração também o conteúdo das mensagens transmitidas pela rádio (sem esquecer o contexto em que ela é apresentada e muito menos quem é o emissor dessas mensagens – no caso, o Estado).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde 2013, o barulho muitas vezes ensurdecedor de grades e cadeados abrindo e fechando nas prisões foi minimizado com músicas, depoimentos e mensagens de apoio vindas de familiares. A Rádio Livre, que iniciou na CPPL II e depois se expandiu a mais cinco unidades, busca transmitir mensagens de fé e esperança para os presos do sistema carcerário cearense.

Esta pesquisa permitiu perceber a importância que o meio de comunicação tem para a comunidade carcerária, principalmente para os familiares dos internos. A partir de conversas com a mãe de um egresso (uma se deu quando o filho ainda estava detido, e outra ocorreu dois meses após a saída dele da prisão), foi possível observar que, em muitos casos, a rádio serve como uma forma que mães e esposas possuem para aliviar a dor e a saudade de filhos e companheiros.

As pessoas que estão aqui fora tanto podem ouvir (e saber o que eles lá dentro estão ouvindo) os programas da Rádio Livre como também conseguem enviar recados. Como afirma a mãe entrevistada, é confortante saber que pode enviar um recado e que o filho vai ouvir a voz dela e, se não ouvir, algum companheiro de cela ou conhecido da prisão que escutar a mensagem vai repassar o recado para o destinatário.

Considerando apenas esse aspecto, a existência da Rádio Livre já se justificaria, por representar uma alternativa de fazer com que familiares e internos mantenham os vínculos afetivos. Quem não pode ir à penitenciária no dia de visita, por exemplo, pode fazer-se “presente” por meio dos recados lidos ou gravados na rádio. Quem consegue visitar toda semana também pode fazer o mesmo e se sentir mais próxima do parente.

Entretanto, esse contato não acontece de forma plena. Assim como ocorre no ambiente prisional (nas revistas de visitas, no controle de quem e do que entra na prisão), a radiadora também possui “regras” para estar presente nos alto-falantes. A participação não se caracteriza como totalmente “livre”, pois os recados são selecionados e gravados, passando por leitura e análise prévias antes de ir ao ar.

O familiar pode falar ou escrever o que quiser, mas nem sempre o recado será transmitido na íntegra. Durante o período analisado, por exemplo, o que mais se ouviu foram recados de apoio e esperança para o interno, principalmente com teor cristão. Em alguns casos, foram transmitidos recados de parentes dizendo que já foi à unidade para fazer a



carteira de visitante ou que conseguiu advogado.

Alguns recados (como a entrega de material na unidade) são editados. Não há mensagens em referência ao próprio sistema, sejam elogios ou críticas. No entanto, não foi possível saber se a ausência de mensagens com esse teor se deve a edições e a seleções da equipe da rádio ou se realmente as pessoas não enviam comentários dessa natureza.

A programação da Rádio Livre, para as pessoas que estão fora do sistema, é transmitida pela internet, no sítio eletrônico da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), e, por isso, nem todos têm acesso à rádio. Muitos familiares escrevem recados e depositam nas urnas localizadas na recepção da unidade prisional, mas nem todos têm acesso aos programas da radiadora justamente por não ter acesso frequente à internet. Essa situação dificulta ainda mais a participação, porque a rádio não funciona em dias de visita.

Como se trata principalmente de uma população pobre, nem todas as pessoas têm condições de ter computador conectado à internet para ouvir a Rádio Livre (a Sejus ainda não disponibilizou aplicativo que possibilite a escuta pelo celular) nem possuem tempo ou fazem trabalhos que permitam a escuta. No caso da mãe do egresso ouvida para esta pesquisa, por exemplo, a escuta se dava porque o local de trabalho da entrevistada permitia que ela fizesse esse uso.

Nesse sentido, uma solução pensada pela secretaria foi a instalação de caixas de som no Núcleo de Execuções Penais da Defensoria Pública do Ceará (Nudep). Assim, quem vai ao local buscar ajuda ou informações para quem está preso tem a oportunidade de conhecer e ouvir a Rádio Livre enquanto aguarda atendimento.

Outro aspecto importante é a programação religiosa. A laicidade do Estado não impede a veiculação de programas religiosos na rádio, mas é importante respeitar a pluralidade de credos, o que não ocorre na radiadora, por veicular somente programas de religiões cristãs. A Rádio Livre perde, com isso, a oportunidade de quebrar preconceitos e estigmas existentes na sociedade brasileira em relação a algumas religiões – principalmente as de matriz afrobrasileira. A radiadora poderia servir não apenas para propagar a fé, mas para informar e educar os internos a respeito da diversidade religiosa.

Em um primeiro momento, a equipe argumenta que priorizou, na grade da Rádio Livre, a inserção de grupos religiosos que já atuavam nos presídios. Porém, com o “espaço livre” na programação, passou a convidar grupos que não desenvolviam atividades dentro das instituições, mas que foram convidados porque um integrante da rádio possuía proximidade

com o grupo. Ou seja, para ocupar o horário vago na programação, não houve divulgação ampla, nem foi utilizado o critério de diversidade religiosa. A Igreja Católica, por exemplo, já possuía um programa em um dia da semana. Enquanto isso, outras crenças, como candomblé, umbanda, budismo, seguem sem visibilidade na radiadora.

A Rádio Livre é uma ferramenta de apropriação de internos e da população externa à comunidade carcerária, mas somente até certo ponto. Há seleção das pessoas que podem participar da programação e edição dos comentários, o que significa que a liberdade de colaboração das pessoas interessadas é reconstruída antes de ser colocada na programação. Como o interno tem a restrição de direitos dentro das unidades prisionais, eles e os familiares também sofrem a restrição da liberdade de expressão nos equipamentos sonoros.

Quando o cidadão ingressa no sistema prisional, tem diversos direitos restringidos e liberdades limitadas, e muitas dessas perdas se estendem aos familiares. Neste caso, também se reflete na Rádio Livre. Nem todas as mensagens escritas são lidas, assim como nem todos os pedidos de músicas são atendidos. Assim, o controle do sistema prisional se estende a ouvintes e colaboradores da radiadora.

Mesmo assim, não se deve deixar de lado a contribuição que a Rádio Livre tem para o sistema prisional. A proximidade do interno com a família atua como elo afetivo com o mundo externo, o que pode ajudá-lo no momento do retorno ao convívio social ao sair da prisão. Assim, a Rádio Livre oferece conforto emocional e afetivo a internos e familiares, ajudando, inclusive, a minimizar a distância entre os muros das prisões e a “vida” aqui fora.

Como também é objetivo desta pesquisa contribuir para o aprimoramento da rádio, apresentamos aqui algumas sugestões para que a radiadora cumpra melhor o objetivo proposto: o da ressocialização. O primeiro ponto a ser abordado é a sondagem. É preciso realizar uma pesquisa inicial com os internos e agentes penitenciários para conhecer a opinião deles a respeito da Rádio Livre. Se eles são os principais ouvintes da radiadora – e que não têm a opção de escolher quando e onde ouvir –, é fundamental saber o que pensam e o que querem da rádio.

A equipe da Rádio Livre tem alguma noção sobre isso a partir de mensagens enviadas pelos familiares, mas acredito que isso não é o suficiente, pois nem todos os internos têm parentes que participam da programação. Pode ser feita uma sondagem inicial considerando pelo menos questões como: qual o programa que mais gosta de ouvir na rádio? De que menos gosta? Mudaria alguma coisa na programação? Sente-se representado nos programas

religiosos?

Essas são apenas algumas sugestões de perguntas que a equipe da rádio pode fazer para si e também para os internos. Como é difícil conseguir tempo e pessoal para fazer essa sondagem, poderia aproveitar alguma atividade que fosse desenvolvida dentro das unidades para abordar também o assunto.

Neste sentido, poderiam ser dispostas urnas – semelhantes às destinadas aos recados dos familiares – dentro das vivências ou em locais estratégicos das unidades para que os internos também pudessem escrever recados para parentes e amigos e dar a opinião sobre a rádio (algo como “críticas e elogios”). É importante criar canais de comunicação para que os internos também possam comunicar-se com a equipe da rádio, visto que o contato deles com os comunicadores é mínimo (apenas em eventos esporádicos ou em visitas de manutenção das caixas de som), e se sentir parte do projeto.

O segundo ponto que merece destaque é o da capacitação. Após a sondagem (e a avaliação da equipe), promover oficinas de comunicação, dentro da possibilidade e realidade de cada presídio. Assim como a assessoria de comunicação da Sejus realizou oficinas com os agentes penitenciários, explicando a importância da Rádio Livre e apresentando para eles o funcionamento da radiadora, o mesmo poderia ser feito com os internos, a partir de inscrições voluntárias. Seria mais uma atividade a ser desenvolvida dentro das unidades e ainda ajudaria a divulgar e melhorar a iniciativa.

Como existem estúdios dentro dos estabelecimentos, não haveria necessidade de deslocamento dos internos até a sede da Sejus, o que facilitaria o processo, sem prejudicar a rotina nem a segurança do sistema. A partir dessas oficinas, seria possível atingir o terceiro ponto: a participação.

Os internos que mais se destacassem nas atividades (a partir de critérios como participação, comportamento, interesse, entre outros) poderiam participar da programação da Rádio Livre. Poderia ser feita uma espécie de “correspondentes” dentro das unidades. Assim, o interno poderia responsabilizar-se pela coleta de notícias das unidades e participar na programação da radiadora. Informações, por exemplo, de campeonatos internos de futebol, termos de cursos e oficinas, informações sobre atendimento médico e odontológico dentro das unidades e inscrições para aulas.

Isso poderia ser adaptado evidentemente à realidade da Secretaria e do próprio sistema prisional e também ao interesse dos próprios internos. Após as oficinas, alguns agentes

prisionais começaram a colaborar nos recados, levando-os da unidade em que trabalha à sede da Secretaria, o que demonstrou uma mudança de comportamento de alguns agentes, que passaram a acreditar no projeto. Isso também poderia ser possível com os internos.

Acredito que, com maior participação, a Rádio Livre poderia servir como mais uma atividade dos internos para a ressocialização, e também como forma de apresentar à sociedade uma visão diferente do sistema carcerário. Uma visão a partir da realidade de quem vivencia aquela situação.

### **Não há ponto final**

Assim como delimitar o objeto, finalizar uma pesquisa não é fácil. Fica sempre uma questão, uma inquietação, um sentimento de que ainda não é hora de parar. Mas, para um trabalho acadêmico, é preciso estabelecer limites para não ultrapassar os objetivos propostos nem tornar a pesquisa um tratado infinito. Afinal, existe prazo para acabar.

Aqui, a hipótese central consistia em verificar se a Rádio Livre era um meio de comunicação da Sejus apropriada pelos internos e familiares ou um instrumento de controle da Secretaria. Não se pode anular as duas proposições, pois ambas se complementam. A Rádio é, sim, apropriada pelos internos e familiares, mas também serve como meio de controle do Estado, visto que essa apropriação é selecionada pela Sejus. A participação é limitada e as mensagens, divulgadas apenas após a autorização e conveniência da Secretaria.

Mas, este trabalho também teve a intenção de apresentar a radiadora e de fazer uma pesquisa científica com impacto social e político. Por isso, a análise de uma experiência de comunicação em presídios, locais, muitas vezes, “esquecidos” pelo poder público e pela sociedade, que se lembram deles apenas quando há fugas em massa ou rebeliões sangrentas que estampam, por algum período, as manchetes de jornais e o topo das páginas de jornais web. Por ser uma iniciativa nova e uma experiência incomum em outras unidades, pretendeu-se aqui apresentar a Rádio Livre, apontando os aspectos positivos e os pontos em que se poderia avançar para, assim, possibilitar que a iniciativa seja aprimorada e divulgada, além de evidenciar que é possível realizar tal experiência em unidades prisionais.

A ideia é prosseguir com os estudos a respeito da radiadora, porque não houve a oportunidade de acessar, entrevistar e conhecer o cotidiano do público principal, os internos, que não foram ouvidos para este trabalho. Esta restrição, aliás, simboliza os limites impostos

ao cotidiano da Rádio Livre. É fundamental compreender como os internos ouvem/escutam a programação da radiadora e de que modo eles apreendem as transmissões. Mas somente com um trabalho de campo extenso, que compreende entrevistas com os internos, poderíamos chegar as respostas.

No entanto, as entrevistas realizadas com colaboradores, familiares e ex-internos permitem concluir que a Rádio Livre explora com eficiência uma das características mais nobres da radiodifusão, o princípio do rádio companheiro, que ajuda a quebrar o sentimento de solidão. A voz da mãe, da mulher, do filho, a música preferida, o conselho do pregador fortalecem o pertencimento e o afeto. A Rádio pode não ser plenamente livre, mas a imaginação, esta não se cerceia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Batista de; BERTOLINI, Júlia Loureiro. Rádio, uma janela para o mundo. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (Orgs). **Mídia sonora em 4 dimensões: 1º ouvintes e falantes, 2ª memória política, 3ª programas de rádio, 4ª tecnologia e futuro.** Porto Alegre, EDIPUCRS, 2011.

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas. Itinerário de uma pesquisa. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2), 1991. Disponível em: <[http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0312/A\\_PRISA\\_O.pdf](http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v0312/A_PRISA_O.pdf)> Acesso em: 16 abr. 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: El poder soberano y la nuda vida I.** Trad. Antonio Gimeno Cuspinera. Pre-Textos, 1998.

ALVAREZ, Geovana D'abreu. Amor e solidão pelas ondas do rádio no Madre Pelletier. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (org.). **Comunicação e gênero: a aventura da pesquisa.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ANDRIOTTI, Cristiane Dias. **O movimento das rádios livres e comunitárias e a democratização dos meios de comunicação no Brasil.** Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (dissertação): 2004. f. 232

AQUINO, Yara. Rádio Livre prepara presos para o Enem. **Agência Brasil**, 07 dez. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/domingo-radio-livre-prepara-presos-para-o-enem>>. Acesso em: 21 mai. 2015.

ASSUNÇÃO, Karol. Juca Ferreira lança Política Nacional de Cultura Viva. **Agência Brasil**, 08 abr. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2015-04/juca-ferreira-lanca-politica-nacional-de-cultura-viva>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

ASSUNÇÃO, Ana Karolina; RIBEIRO, Milena de Castro; BONFIM, Sírnia. A Quadra está no ar: estudo de caso da Rádio Centro de Comunicação Alternativa, em Fortaleza. In: **XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**, 2012, Recife.

ÁVILA, Virginia Medina; HERNÁNDEZ, José Botello. **Homo Audiens: conocer la radio: textos teóricos para aprehenderla.** México: PAPIIT, 2013.

BAIERL, Luzia Fátima. Medo social: dilemas cotidianos. São Paulo: Revista ponto-e-vírgula, 3.ed. 2008, p. 138-151

BARATTA, Alessandro. **Criminología crítica y crítica del derecho penal: introducción a la sociología jurídico penal.** 1ªed. traducción de Álvaro Búnster. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

BATISTA, Débora Barbosa. **O papel do rádio no fornecimento de informações às comunidades locais**: um estudo de caso do programa Ponto de Encontro, da Rádio Nacional da Amazônia. Monografia (graduação). Centro Universitário de Brasília, Curso de Comunicação Social, Brasília, 2006. 76 f.

BERNARDES, Márcia. **Jovens e Internet**: usos sociais e sociabilidades juvenis femininas em uma instituição de acolhimento. Dissertação (mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, São Leopoldo, 2011. 150 f.

BERTOLUCCI, Cely. Resenha de As formas do silêncio no movimento dos sentidos. In: **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 3, Brasília: UnB, 1997.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 16 Jan. 2015.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 16 Jan. 2015.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm)>. Acesso em: 16. Jan. 2015.

BUCHAMAR, Bruna. Por meus filhos: usos das tecnologias de comunicação entre estrangeiras presas em São Paulo. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (eds.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Bellaterra: Institut de la Comunicació, Universitat Autònoma de Barcelona, 2012.

CAMPOS, Leonildo Silveira Campos. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista da USP**, nº 61, março-maio de 2004. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/61/15-leonildo.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. 2015.

CARVALHO, Robson Augusto da Mata. **O tempo como pena e o trabalho como “prêmio”**: o cotidiano de presos na Penitenciária Industrial Regional de Sobral (PIRS). Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2009. 190 f.

CASTRO, Bruno de. **Ceará tem 19.392 presos, o maior número da história**. O Povo, Fortaleza, 10. Jan. 2014. Cotidiano, p.4.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, **III Mutirão Carcerário do Estado do Ceará**: Relatório Geral. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF: Fortaleza, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, **Mutirão carcerário**: raio-x do sistema penitenciário brasileiro, s.l: CNJ, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Novo diagnóstico de pessoas presas no Brasil**.

Brasília: CNJ, 2014. Disponível em: <  
[http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico\\_de\\_pessoas\\_presas\\_correcao.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf)>.  
 Acesso em: 17 jan. 2015.

CORVELLO, Cynthia. Isonomia (igualdade e direitos). **Diga-me com quem andas** [blog – Internet]. São Paulo: postado por Família de Cynthia Corvello. 12 dez. 2011. Disponível em: <<http://diga-mecomquemandas.blogspot.com.br/search/label/Cartas%20de%20Cynthia?updated-max=2012-01-05T10:06:00-02:00&max-results=20&start=60&by-date=false>>.  
 Acesso em: 2 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Isonomia – a reparação. **Diga-me com quem andas** [blog – Internet]. São Paulo: postado por Família de Cynthia Corvello. 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://diga-mecomquemandas.blogspot.com.br/search/label/Cartas%20de%20Cynthia?updated-max=2012-06-03T19:29:00-03:00&max-results=20&start=40&by-date=false>>. Acesso em: 2 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Entrevista 3**. [22 abr. 2014]. Entrevistadora: Ana Karolina Cavalcante Assunção. Fortaleza, 2014. 1 arquivo.mp3 (44 min.).

DATAFOLHA: 87% são a favor da redução da maioria penal. **O Globo**, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/datafolha-87-sao-favor-da-reducao-da-maioridade-penal-15877273>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

DIAS, Arlindo Pereira. **Domingão do Cristão**: estratégias de comunicação da Igreja Católica. São Paulo: Salesiana, 2001.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2ª.ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As regras do método sociológico**. 3ª.ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. O ato de escuta: pistas para a compreensão das alterações nas formas do ouvir radiofônico. In: **Ghrebh – Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia**. n.9, São Paulo: PUCSP, 2007. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/revista/ghrebh9/artigo.php?dir=artigos&id=Ferraretto>>. Acesso em: 21 Mai. 2015.

FEITOSA, Carla Valéria da Costa. Religião e mídia: comunicação e poder. In: **Tuiuti**: Ciência e cultura, n. 46, p. 205-214, Curitiba, 2013.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio**: o veículo, a história e a técnica. 2.ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2001.

FERRARETTO, Luiz Artur; KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio. In: **Enciclopédia**



**INTERCOM de comunicação.** São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares, 2010. v.1.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 20.ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** 25.ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

\_\_\_\_\_. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: **Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRADE, Laura. **Quem mandamos para a prisão?** Visões do Parlamento brasileiro sobre a criminalidade. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

FREIRE, Mariana. **Número de detentos no Ceará é 74% maior que capacidade de presídios.** O Povo, Fortaleza, 15 jan. 2015, Cotidiano. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/15/noticiasjornalcotidiano,3377349/numero-de-detentos-e-74-maior-que-capacidade-de-presidios.shtml>>. Acesso em: 18. Jan. 2015.

GARLAND, David. **La cultura del control: crimen y orden social em la sociedad contemporánea.** Trad. de Máximo Sozzo. Barcelona: Gedisa editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. **Castigo y sociedade moderna: un estudio de teoría social.** México: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

GRACIANO, Mariângela. **A educação nas prisões: um estudo sobre a participação da sociedade civil.** Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Educação, São Paulo, 2010. 261f.

GRISA, Jairo. **Histórias de ouvinte: a audiência popular no rádio.** Itajaí: Univali, 2003.

HUDSON, Barbara. **Minority Report: prevendo o futuro na vida real e na ficção.** In: ZACKSESKI, Cristina; DUARTE, Evandro Pisa (orgs.). **Criminologia e cinema: perspectivas sobre o controle social.** Brasília: UniCEUB, 2012, p. 33-48.

KAPLÚN, Mario. **Producción de Programas de Radio: El guión. la realización.** Quito: Editorial "Quipus", 1999. Ediciones Ciespal, Colección Intiyán.

\_\_\_\_\_. A natureza do meio: limitações e possibilidades do Rádio. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci. (Orgs.). **Teorias do Rádio.** Textos e contextos. Volume 2. Florianópolis: Insular, 2008, p.81-90.

KASEKER, Mônica Panis. **O que escutar quer dizer: a constituição do *habitus* do ouvinte de rádio no cotidiano familiar.** Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2010, 325 f.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio social: mapeando novas práticas interacionais sonoras. **Revista Famecos**, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v.19, n.2, pp.410-437, mai/ago. 2012.

LEITE, Marta Thais. **A voz da liberdade**: como uma rádio pode ressocializar presos em Guarabira/PB. Olinda: Livro Rápido, 2011.

LIMA, Roberto Kant de. A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996.

LIMA, Celina Amália Ramalho Galvão; SANTOS, Walberto Silva dos; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. (coord.). **Censo Penitenciário do Estado do Ceará 2013-2014**. Fortaleza: Sejus, 2014.

LOBO, Nathália. Projeto pacifica presídio do CE. **Diário do Nordeste**, polícia, 21 mar. 2011. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/projeto-pacifica-presidio-do-ce-1.180268>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

MÃE de egresso. **Entrevista 2**. [21 abr. 2014]. Entrevistadora: Ana Karolina Cavalcante Assunção. Fortaleza, 2014. 1 arquivo .mp3 (1h48min.).

MARTÍN-BARBERO, J.(1995). América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 39-68.

MILLER, Terena Santana. A televisão na rotina das presidiárias do Madre Pelletier. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (org.). **Comunicação e gênero**: a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MORAES, Rodrigo. **Entrevista 6**. [26 jan. 2015]. Entrevistadora: Ana Karolina Cavalcante Assunção. Fortaleza, 2015. 1 arquivo.mp3 (52 min.).

MOURA, Maria Juruena de. **Porta fechada, vida dilacerada – mulher, tráfico de drogas e prisão**: estudo realizado no presídio feminino do Ceará. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2005. 145 f.

NAÇÕES UNIDAS no Brasil se posicionam contra a redução da maioria penal. **ONU**, 11 mai. 2015. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/nacoes-unidas-no-brasil-se-posicionam-contra-a-reducao-da-maioridade-penal/>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. **Escuta sonora**: educação não-formal, recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2002. 280 f.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2009.

PASTANA, Debora Regina. O “Estado punitivo brasileiro” e a “democracia representativa elitista” de Boaventura de Souza Santos. **Cronos**, Natal-RN, v.8, n.1, Jan-Jun 2007, pp.185-199.

\_\_\_\_\_. Os contornos do Estado Punitivo no Brasil. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, [S.l.], Ago. 2009. pp.207-221. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/direito/article/view/14981/10033>>. Acesso em: 7 Jan. 2014.

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL. **Prisões privadas no Brasil em debate**. São Paulo: ASAAC, 2014.

PENNA, João Camilo. **Escritos da sobrevivência**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

PERUZZO, Cicilia Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Participação nas Rádios Comunitárias no Brasil**. In: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998. Recife. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (orgs.). **Comunicação e Cidadania: questões contemporâneas**. Fortaleza, Edições Demócrito Rocha, 2011. p.9-27.

PITTS, Natasha. Rádio Livre leva música, notícia e evangelização a presos provisórios no Ceará. **Adital**, 17 nov. 2009. Disponível em: <[http://www.adital.com.br/site/noticia\\_imp.asp?cod=42983&lang=PT](http://www.adital.com.br/site/noticia_imp.asp?cod=42983&lang=PT)>. Acesso em: 31 jan. 2015.

POVO MARCADO. **Blog institucional**. Disponível em: <<http://povomarcado.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

PRATA, Nair; LOPEZ, Debora Cristina; CAMPELO, Wanir. Panorama do rádio religioso no Brasil. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014. Foz do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-0548-1.pdf>>. Acesso em: 23 de mar. 2015.

PRATA, Nair. A fidelização do ouvinte e as estratégias de audiência no rádio. **Anais do 8º SOPCOM**. Lisboa: 17-19 de outubro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Portal institucional**. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

PRIVATIZAÇÃO do sistema carcerário é caminho sem volta, diz especialista. **R7**, 14 out. 2014. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/privatizacao-do-sistema-carcerario-e>>

caminho-sem-volta-diz-especialista-14102014>. Acesso em: 17 jan. 2015.

RÁDIO JUSTIÇA. **Portal institucional**. Disponível em: <<http://www.radiojustica.jus.br/>>. Acesso em 14 mai. 2014.

RÁDIO SAARA. **Portal institucional**. Disponível em: <<http://www.radiosaara.com.br/index.html>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

RÁDIO SHALOM. **Portal institucional**. Disponível em: <[http://www.shalom690.com/index\\_web.php](http://www.shalom690.com/index_web.php)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

RELATÓRIO Mundial 2014. **Human Rights Watch**, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.hrw.org/pt/world-report/2014/country-chapters/121500>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

SACCHETTA, Paula. Quanto mais presos, maior o lucro. **A Pública**, 27 mai. 2014. Disponível em: <<http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

SAMPAIO, Felipe de Oliveira. **Entrevista 4**. [22 abr. 2014]. Entrevistadora: Ana Karolina Cavalcante Assunção. Fortaleza, 2014. 1 arquivo .mp3 (51 min.).

\_\_\_\_\_. **Entrevista 1**. [22 abr. 2013]. Entrevistadora: Ana Karolina Cavalcante Assunção. Fortaleza, 2013. 1 arquivo .mp3 (59 min.).

SANTIAGO, Tatiana; TOMAZ, Kléber; MACHADO, Livia. 'Rolezinhos' em shoppings são grito por lazer e consumo, dizem funkeiros. **G1 São Paulo**, 18 dez. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/12/rolezinhos-em-shoppings-sao-grito-por-lazer-e-consumo-dizem-funkeiros.html>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

SANTOS, Gilvan Vitorino da Cunha. **Segregação das vítimas da sujeição criminal: lugar de bandido é na cadeia**. 2010. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SANTOS, Rosângela de Souza. **Rádio comunitária: um canal de expressão e participação do povo**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 90 f.

SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. Crescei e Multiplicai-vos: a explosão religiosa na televisão brasileira. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v.2, n. 11, p.1-24, julho/dezembro de 2004.

SEJUS. **Portal institucional**. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/>>. Último acesso em: 27 mai. 2015

\_\_\_\_\_. **Rádio Livre**. Disponível em: <<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/component/content/article/54-categoria-video/1268-radio-livre>>. Último acesso em: 27 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Manual do visitante das unidades penitenciárias do Estado do Ceará.** Fortaleza: Sejus, 2014.

VAZ, Paulo. Vítima virtual e mídia. In: **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina**, Curitiba, 2009, p. 51-69.

VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Marina. Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crime. In: **e-Compós. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, vol. 4, p. 1-22, 2005.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

\_\_\_\_\_. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. In: **Novos Estudos**. n.80. São Paulo: Cebrap, 2008, p. 9-19.

WINOCUR, Rosalía. **Ciudadanos mediáticos: la construcción de lo público en la radio**. Barcelona: Gedisa, 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2<sup>a</sup>.ed. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.